

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FERNANDA MARTINS VALOTTA

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E TAXA DE HOMICÍDIOS NA
ÁREA CONURBADA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ**

Maringá

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E TAXA DE HOMICÍDIOS NA
ÁREA CONURBADA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ**

Dissertação apresentada por Fernanda Martins Valotta ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá como um dos requisitos para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a: ANA LÚCIA RODRIGUES

Maringá

2013

FERNANDA MARTINS VALOTTA

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E TAXA DE HOMICÍDIOS NA
ÁREA CONURBADA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof^ª. Dr^ª. Ana Lúcia Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Teixeira de Andrade
Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC-MINAS)

Prof^ª. Dr^ª. Simone Pereira da Costa Dourado
Universidade Estadual de Maringá

Aprovada em: (24 de maio) de Maio de 2013

Local de defesa: Bloco H, *campus* da Universidade Estadual de Maringá.

A todas as pessoas que infelizmente compuseram essas cifras e que, inevitavelmente, foram vítimas do implacável capital.

AGRADECIMENTOS

À Ana Lucia Rodrigues, a quem devo toda a minha admiração por ter me orientado e apostado nessa pesquisa. Professora que me orientou além dos limites que um trabalho de mestrado pressupõe. Mesmo quando todas as condições concretas me levavam a mergulhar em um profundo desânimo, pois estas indicariam a impossibilidade de realizar essa pesquisa, com suas palavras e otimismo me levou a crer que tudo seria possível. Dispenso além de admiração, muito carinho, pois você sempre compartilhou comigo, de maneira tão pontual, todo o seu arcabouço intelectual me ensinando ainda que o bem estar de muitas pessoas está atrelado ao tipo de intervenção que se opta em realizar no social. A você meus eternos agradecimentos.

À professora Luciana Teixeira de Andrade pelos fundamentais apontamentos realizados junto à banca de qualificação.

À professora Simone da Costa Pereira por ter aceitado participar da banca da minha qualificação, mesmo quando a sua agenda a impedia. E, ainda pelas grandes contribuições por ela realizadas e que foram cruciais na finalização dessa pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais que contribuíram diretamente na minha formação nessa etapa.

Ao Fernando Santiago Junior que tantas vezes me incentivou nas conversas realizadas informalmente na Secretaria do Programa de Mestrado da UEM.

A CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo subsídio da bolsa que me permitiu estudar e me dedicar integralmente a essa pesquisa durante os dois anos.

Ao Doutor Nagib Nassif Palma delegado chefe da Divisão de Homicídios da Delegacia de Polícia Civil de Maringá por ter aberto as portas da instituição para eu realizar a pesquisa. Obrigada por tantas gentilezas.

À escritã Solange Maria de Oliveira, da Delegacia de Polícia Civil de Maringá que foi fundamental na realização e conclusão do meu trabalho de campo, sendo sempre tão admirável e generosa comigo, tornando-se uma grande amiga.

Aos escrivãos Murillo Montor Vasconcelos e Alci Aquimi Ohara da Delegacia de Polícia Civil de Maringá, muito obrigada.

Ao investigador da Polícia Civil de Sarandi, o senhor Márcio Bertoni pela gentileza e atenção que sempre me dedicou.

Ao comandante Gilberto Felipe do Destacamento da Polícia Militar de Paiçandu por tanta presteza e gentileza.

Aos tantos amigos que me ajudaram na realização do trabalho e que, nesse momento seria impossível citar todos. Em especial ao Everton Henrique Faria (Carreirão) e Franciele Alves da Silva amigos que durante toda a graduação em Ciências Sociais me ensinaram muito além de todas aquelas teorias. A vocês todo o meu amor e gratidão.

À Ana Carolina Torrente Pereira e Felipe Fontana amigos que fiz nos últimos anos da graduação em Ciências Sociais e que enfrentaram comigo, cada qual a seu modo os dois anos do mestrado. Meus amores, muito obrigada sempre.

Ao Luiz Donadon Leal, o LUK pelas conversas informais que travamos no Observatório das Metrópoles e que fizeram com que eu pudesse repensar sempre as minhas práticas.

Aos meus irmãos Ronaldo Sergio Martins Valotta, Sandra Regina Martins Valotta e Andreia Martins Valotta, em especial a minha irmã Andreia, que me ajudou muitas vezes sem nem ao menos perceber, estaremos sempre de mãos dadas.

Aos meus pais Nelson Valotta Chiarelli e Luzia Martins Valotta que fizeram de mim o que eu sou. Em especial a minha mãe que foi sempre a luz dos meus olhos nos momentos de escuridão. Foram sempre os seus pés que me conduziram nessa caminhada. Amo eternamente.

À minha tia Nena que sempre demonstrou total interesse e orgulho por minha pesquisa e por todas as coisas que me envolviam. Te amo eternamente.

Ao André Rocha de Oliveira, por tanta paciência e compreensão.

Aos amigos Wesley Ferreira de Souza e Wesley Oliveira Furriel por colaborarem com a parte técnica desta pesquisa, tanto na elaboração dos mapas quanto na parte da tabulação dos dados estatísticos. Meus mais sinceros agradecimentos.

À Cinira Vilas Boas, minha grande amiga que mesmo quando milhares de quilômetros nos separavam, ela nunca me abandonou.

Enfim, agradeço a todas essas pessoas que muitas vezes privei do convívio, me ausentando de reuniões, almoços e encontros por estar ocupada demais com a pesquisa. Sem

vocês esse trabalho, provavelmente, não teria sido sequer iniciado. Obrigada a todas as mãos que, junto comigo, de uma forma ou de outra escreveram e tornaram possível esta pesquisa.

“As atividades rotineiras e repetitivas habitam e moldam o corpo, condicionando musculaturas e atrofiando possibilidades. Convencendo-nos de que não podemos executar esse ou aquele movimento, que somos incapazes, insuficientes e inabilitados. Se nos submetemos a essa mecanização, abrimos mão de ampliar espaços, de ousar e de experimentar o novo, o não conhecido e o não dominado”.

Augusto Boal

VALOTTA, Fernanda Martins. **SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E TAXA DE HOMICÍDIOS NA ÁREA CONURBADA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ. 138f.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Dr. Ana Lucia Rodrigues (orientadora) – UEM. Maringá, 2013.

RESUMO

A violência urbana é um fenômeno que, a partir da década de 1980, vem se constituindo como um grave problema para a sociedade brasileira. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde - OMS, no ano de 2000 morreram no mundo todo 1 milhão e 600 mil pessoas vítimas de alguma forma de violência. Diante desse cenário, se justificam estudos que analisem o fenômeno da violência urbana. Essa pesquisa trata desta importante temática e tem como foco específico as ocorrências de homicídios, pois estes se compõem como indicadores da violência urbana, fenômeno não mais restrito às grandes capitais, mas que se encontra em crescimento também no interior do Brasil. Os municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu (PR) se constituem nos territórios dessa Região Metropolitana que serão estudados por apresentarem as maiores taxas de homicídios dentre os que integram essa metropolização. A pesquisa se constituirá da identificação das relações que este fenômeno apresenta com as características socioespaciais do território onde os homicídios ocorrem bem como nos locais onde residem as vítimas. Para o estabelecimento da correlação entre a taxa de homicídios e a organização social do território utilizaremos a Tipologia Socioespacial e o Modelo de Regressão Linear Multivariada.

Palavras-chaves: Violência Urbana. Homicídios. Tipologia Socioespacial. Área conurbada da Região Metropolitana de Maringá.

VALOTTA, Fernanda Martins. 138f. **SPATIAL SEGREGATION AND THE HOMICIDE RATES IN THE EMBODIED CITIES OF THE METROPOLITAN AREA OF MARINGÁ.** (Master in Social Science) – State University of Maringá. Supervisor: Dr. Ana Lucia Rodrigues (orientadora) – UEM. Maringá, 2013.

ABSTRACT

Since the 1980's decade, the street violence is a phenomenon which has been configured such as a crucial issue to the Brazilian society. According to the World Health Organization - WHO, in the year 2000, one million and six hundred thousand people lost their lives to some type of violence. Due to this scenario, researches aiming the analysis of the phenomenon of street violence can all be validated. This paper deals with such an important theme and it is aimed specifically towards the homicide rates because those data constitute the street violence indicators. This phenomenon is no longer kept within the bounds of large capitals, it is also, however, increasing all over the Brazilian hinterland regions. The districts of Maringá, Sarandi and Paçandu in Paraná embodies the Metropolitan region which will be analysed due to its high homicide rates among other rates that are also part of the same metropolitan region. This research will be composed by the identification of the relations presented within the social and spatial territory characteristics where homicides take place, as well as the places where the victims of those crimes live. To establish a correlation between the homicide rate and the social organization of the territory will use the typology and socio Multivariate Linear Regression Model.

Keywords: Street Violence. Homicides. Social-spatial typology. Embodiment of the metropolitan region of Maringá.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APOND	Área de Ponderação
BO	Boletim de Ocorrências
BOU	Boletim de Ocorrência Unificado
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Categorias Sócio Ocupacionais
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
DATASUS	Banco de Dados do Sistema Único de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEA	População Economicamente Ativa
PD	Plano Diretor
PIB	Produto Interno Bruto
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
RM	Região Metropolitana
RMM	Região Metropolitana de Maringá
UEM	Universidade Estadual de Maringá

LISTAS DE GRÁFICOS, MAPAS, TABELAS E FIGURAS

Gráfico 1: Evolução das taxas de homicídios nos municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	67
Gráfico 2: Total de homicídios no município de Paiçandu- PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	69
Gráfico 3: Horário e dia da semana das ocorrências de homicídios em Paiçandu-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	72
Gráfico 4: Faixa etária das vítimas de homicídios no município de Paiçandu-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	73
Gráfico 5: Meio utilizado nas ocorrências de homicídios no município de Paiçandu –PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	74
Gráfico 6: Sexo das vítimas de ocorrências de homicídios no município de Sarandi – PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	76
Gráfico 7: Faixa etária das vítimas de ocorrências de homicídios no município de Sarandi-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	77
Gráfico 8: Meio utilizado nas ocorrências de homicídios no município de Sarandi-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	78
Gráfico 9: Horário e dia da semana das ocorrências de homicídios em Sarandi-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	79
Gráfico 10: Sexo das vítimas de ocorrências de homicídios no município de Maringá – PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	82
Gráfico 11: Faixa etária das vítimas de homicídios no município de Maringá-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	83
Gráfico 12: Meio utilizado nas ocorrências de homicídios no município de Maringá-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	84
Gráfico 13: Horário e dia da semana das ocorrências de homicídios em Maringá-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	86
Gráfico 14: Horário e dia da semana das ocorrências de homicídios em Maringá, Sarandi e Paiçandu-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	85

MAPAS

Mapa 1: Região Metropolitana de Maringá- PR, segundo a legislação de criação e inclusão de municípios – 2011	40
Mapa 2: Mapeamento de Sarandi, Paiçandu e Maringá – PR	41
Mapa 3: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Sarandi – PR no ano de 2007	94
Mapa 4: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Sarandi –PR no ano de 2008	94
Mapa 5: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Sarandi –PR no ano de 2009	95
Mapa 6: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Sarandi –PR no ano de 2010	95
Mapa 7: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Sarandi –PR no ano de 2011	96
Mapa 8: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Maringá –PR no ano de 2007	97
Mapa 9: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Maringá –PR no ano de 2008	98
Mapa 10: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Maringá-PR no ano de 2009	98
Mapa 11: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Maringá-PR no ano de 2010	99
Mapa 12: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Maringá-PR no ano de 2011	99
Mapa 13: Local de moradia das vítimas de homicídio em Maringá, Sarandi e Paiçandu- PR nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011	101
Mapa 14: Local das ocorrências de homicídios ocorridos em Maringá, Sarandi e Paiçandu- PR nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011	102
Mapa 15: Tipologia Sócio-Ocupacional para a Região Metropolitana de Maringá – 2010.....	11

FIGURAS

Figura 1: Imagem aérea do município de Maringá – PR (atual)	27
--------------------------------------------------------------------------	----

Figura 2: Projeto da cidade de Maringá – 1945 (Ante Projeto)	28
Figura 3: Legenda da planta inicial de Maringá – 1945.....	29
Figura 4: Área Central de Sarandi-PR	34
Figura 5: Jardim Universal no município de Sarandi- PR	35
Figura 6: Jardim Triângulo no município de Sarandi- PR	35
Figura 7: Rodovia que liga Paiçandu-PR ao polo metropolitano	37
Figura 8: Jardim Canadá no município de Paiçandu-PR	38
Figura 9: Área conurbada entre os municípios de Maringá e Sarandi	43
Figura 10: Projeto de Requalificação Urbana da Zeis Santa Felicidade	104

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: População com 15 anos ou mais que trabalha e/ou estuda do aglomerado urbano de Maringá e a mobilidade pendular para outros Municípios e para a cidade polo	42
Tabela 2: Total e Taxa* de homicídios nos municípios de Maringá (Pr), Sarandi (Pr) e Paiçandu (Pr) no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	66
Tabela 3: Sexo das vítimas de homicídios nos municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	70
Tabela 4: Mês das ocorrências de homicídios em Paiçandu-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	71
Tabela 5: Horário e dia da semana das ocorrências de homicídios em Paiçandu-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	71
Tabela 6: Mês das ocorrências de homicídios em Sarandi - PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	79
Tabela 7: Horário e dia da semana das ocorrências de homicídios em Sarandi-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	79
Tabela 8: Mês das ocorrências de homicídios em Maringá - PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	86

Tabela 9: Regressão Multivariada - Taxa de homicídios x Nível de Instrução, Renda e a Tipologia Sócio Ocupacional	121
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

QUADROS

Quadro1: Total de moradores e densidade demográfica dos municípios da região Metropolitana de Maringá – 2010	39
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Quadro 2: Evolução das Taxas de Homicídio na População Total Segundo Área Geográfica. Brasil, 1998, 2008.....	49
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Quadro 3: Total e taxa* de homicídios no município de Paiçandu-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	68
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Quadro 5: Total e taxa* de homicídios no município de Sarandi – PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011	75
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Quadro 6: Grupos e Categorias Sócio-Ocupacionais – 2010.....	81
---------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
I CAPÍTULO: O CONTEXTO DE FORMAÇÃO DA ÁREA ANALISADA SOB O LEGADO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	26
a. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DOS MUNICÍPIOS ANALISADOS.....	26
b. OS MUNICÍPIOS INTEGRADOS NA DINÂMICA METROPOLITANA.....	
c. HOMICÍDIOS NO BRASIL	44
d. O CRESCIMENTO E A DINÂMICA DA VIOLÊNCIA.....	48
e. REVISITANDO TEORIAS PARA COMPREENDER A VIOLÊNCIA URBANA	52
II CAPÍTULO: RETRATO DOS HOMICÍDIOS NA ÁREA DE ESTUDO.....	
2.1 RELATO DE CAMPO: PERCURSO, SENTIMENTOS E IMPRESSÕES	60
2.2 RETRATO DOS HOMICÍDIOS NA ÁREA DE ESTUDO	65
2.3 HOMICÍDIOS NO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU- PR.....	68
2.4 HOMICÍDIOS NO MUNICÍPIO DE SARANDI – PR.....	74
2.5 HOMICÍDIOS NO MUNICÍPIO POLO DA REGIÃO METROPOLITANA – MARINGÁ- PR	81
III CAPÍTULO: A RELAÇÃO ENTRE A TAXA DE HOMICÍDIOS, A TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL, A RENDA E O NÍVEL DE INSTRUÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE MARINGÁ (PR), SARANDI (PR) E PAIÇANDU (PR)	91
3.1 ESPACIALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS HOMICÍDIOS EM MARINGÁ, SARANDI E PAIÇANDU	92
3.2 A CORRELAÇÃO ENTRE AS CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO E AS TAXAS DE HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
ANEXOS	131

INTRODUÇÃO

Onze Fitas

*Por engano, vingança ou cortesia
Tava lá morto e posto, um desgarrado
Onze tiros fizeram a avaria
E o morto já tava conformado
Onze tiros e não sei porque tantos
Esses tempos não tão pra ninharia
Não fosse a vez daquele um outro ia
Deus o livre morrer assassinado
Pro seu santo não era um qualquer um
Três dias num terreno abandonado
Ostentando onze fitas de Ogum
Quantas vezes se leu só nesta semana
Essa história contada assim por cima
A verdade não rima
A verdade não rima
A verdade não rima...*

Fátima Guedes

Ao longo dos últimos anos o fenômeno da violência e, em especial, da violência urbana, se incorporou aos temas tratados na academia e vem sendo constantemente debatido e analisado pelas diversas áreas do conhecimento, pois se constitui numa das questões sociais mais preocupantes da atualidade. Os resultados das pesquisas e estudos subsidiam e fomentam políticas públicas capazes de reduzir os impactos desse fenômeno na sociedade. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência é caracterizada como:

O uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE,2002 apud SOUZA,2006, p.39)

Vários estudos indicam que o fenômeno da violência urbana vem aumentando nos

últimos anos, em especial, a partir da década de 1980¹. Esse fenômeno é considerado como multifacetado ao passo que apresenta várias modalidades, entre elas citamos: crimes, sequestros, latrocínios, estupro, homicídios, crime contra o patrimônio entre outros. A modalidade de violência pesquisada nesse trabalho se refere aos homicídios² e ao território conformado pela área conurbada da Região Metropolitana de Maringá. Tomamos como pressuposto que essa categoria é um indicador e, ainda mais uma expressão objetiva da violência urbana, pois “a morte revela, *per se*, a violência levada a seu grau extremo” (WAISELFISZ, 2011).

O aumento das ocorrências de homicídios nas últimas décadas tem ganhado grande repercussão no cenário nacional, pois apresenta cifras significativas, por exemplo, no Brasil, no ano de 2010 morreram 49.932 pessoas vítimas de homicídios³. Em 2000 havia morrido 1 milhão e 600 mil pessoas no mundo (OMS, 2002)⁴ vítimas de alguma modalidade de violência e desse total, 560 mil (35%) dos casos estavam relacionados a prática de homicídios. Ainda com base nos dados da OMS (2002) os homicídios atingem, em sua maioria, homens especialmente com idade entre 15 e 29 anos.

Essa pesquisa visa compor o conjunto de estudos⁵ que busca identificar possíveis relações entre a organização e o perfil social do território e as ocorrências de homicídios nele concentrado, pressupondo que as áreas populares e operárias - onde residem moradores ocupados em atividade de baixa qualificação e baixos salários – também são os locais em que a concentração de vítimas de homicídios é mais elevada. De acordo com a OMS (2002) do montante de 560 mil vítimas de homicídios as taxas se concentraram de maneira mais acentuada em países que apresentam rendas consideradas baixas. Assim, em 2000 o “índice

¹ (WAISELFISZ, 2011; RODRIGUES E ROMANO, 2010; ANDRADE, 2008, 2010; ADORNO, 2002, 2005; ABRAMOVAY, 2003, SOUZA, 2006).

² De acordo com as definições extraídas do Código Penal entende-se por homicídio doloso quando há intenção de matar. Informações extraídas do Código Penal artigo 121 – Título I Dos Crimes contra a Pessoa- Capítulo I Dos Crimes Contra a Vida. Disponível in “Código Penal, Constituição Federal, Legislação Penal/ obra coletiva de autoria da Editora Revista dos Tribunais. – 17. ed. Ver., ampl. e atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. – (TR Códigos).

³ Informação extraída do relatório Análise da Mortalidade por homicídios no Brasil disponível no site do Ministério da Saúde. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

⁴ World report on violence and health (Relatório Mundial sobre violência e saúde). Editado por Etienne G. Krug (et. al.).

⁵ Em especial as realizadas por pesquisadores que compõem a Rede Nacional Observatório das Metrôpoles, tais como: RODRIGUES (2010), ANDRADE e ARAÚJO (2009), ROMANO (2011).

de mortes violentas em países de renda baixa a média foi de 32,1 para cada 100 mil habitantes, mais do que o dobro do índice em países de alta renda 14,4 para cada 100 mil” (OMS, 2002, p.10). Ou seja, o estudo indica que, de fato, as maiores taxas de homicídios são localizadas em territórios segregados que acumulam, também, precárias condições de vida. Sobre a classificação das taxas de homicídios seguimos, nesse trabalho, os critérios definidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS): taxa considerada baixa - varia de 0,42 até 8,02; taxa considerada média – baixa - varia de 8,02 até 15,95; taxa considerada média - alta: varia de 15,95 até 32,42; taxa considerada alta- varia de 32,42 até 107,48. Essa taxa é calculada e apresentada para cada 100 mil habitantes. No ano de 2000 a OMS estimou que a taxa mundial de homicídios girava em torno de 8,8 por 100 mil habitantes⁶. Sempre que nos remetermos à classificação das taxas de homicídios na área conurbada da Região Metropolitana de Maringá tomaremos como referência a classificação estabelecida pela Organização Mundial da Saúde - OMS.

De acordo com Adorno (2002)⁷ a violência urbana é um fenômeno que vem causando grandes preocupações na sociedade brasileira, particularmente, nas últimas décadas, sentimentos de medo e insegurança têm, para o autor, perpassado diferentes classes, diferentes grupos sociais e ainda diferentes barreiras geográficas. Ou seja, a violência urbana em suas modalidades não poderia ser considerada um fenômeno que atinge apenas pessoas de classes sociais inferiores com rendas baixas e moradores de locais precários. No entanto, a quantidade de homicídios apresenta maior frequência em alguns grupos sociais e territórios específicos. Por exemplo, em relação aos nossos objetos de investigação, observa-se que apresentam taxas de homicídios dispares entre si, mesmo sendo territórios que conformam uma única mancha urbana e mantém alto grau de integração. No processo de metropolização dessa espacialidade as taxas de homicídios são utilizados nessa pesquisa como *proxy* (indicador e expressão) da violência urbana.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)⁸ analisa os índices de

⁶ Disponível in Organização Mundial de Saúde, *World Report on Violence and Health* (2002), p. 10 apud Conselho de direitos Humanos 11ª Sessão 3º Item da Agenda “Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais incluindo o direito ao desenvolvimento”. Relator: Dr. Philip Alston apud SOUZA, 2001, p.40.

⁷ MICELI, Sérgio. (org.). O Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: _____. **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**. v. 4.

⁸ Outras informações vide Ministério da Justiça no site www.portal.mj.gov.br/senasp

homicídios ocorridos no período de 1998 até o ano de 2002 e reafirma tais pressupostos:

[...] A dinâmica itinerante da criminalidade impõe o desafio de que os governos devem desenvolver políticas públicas de segurança pública que não selecionem o seu público alvo em função dos limites geográficos impostos pelas áreas de municípios ou estado, dados que diversos fatores determinantes dos eventos criminais são dispersos e itinerantes, ultrapassando as fronteiras estabelecidas pelos limites legais entre as unidades geográficas (SENASP, 2004 apud SOUZA, 2006, p.40).

Além do fato dos homens serem as principais vítimas de homicídios, pode-se dizer que as características espaciais associadas à maneira como os territórios estão organizados, também definem maior ou menor incidência de homicídios. As regiões do Brasil apresentam taxas muito diferentes. A região sudeste, por exemplo, composta por São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, contabilizou no ano 2000, aproximadamente 60% dos homicídios do país (DATASUS, 2000)⁹. Desse total, 70% são de homicídios que tiveram a arma de fogo como meio empregado (ONG Viva Rio, 2004 apud SOUZA, 2006, p. 39). Esse meio perpetrado nas ocorrências de homicídios é o modelo mais utilizado em todas as regiões do país, com 70 a 80% dos casos. Nos municípios de Sarandi, Paiçandu e Maringá 74%, 77% e 87%, respectivamente, utilizaram arma de fogo na prática de homicídio, não se distanciando muito em relação à média nacional.

Na década de 2000 as grandes capitais da região sudeste, mostraram-se as com a maior concentração de homicídios do Brasil. Contudo, atualmente, as ocorrências de homicídio têm aumentado também nas áreas localizadas no interior dos estados, por conseguinte, as capitais deixaram de ser os únicos territórios produtores desse fenômeno. Este processo de migração tem sido chamado de “interiorização da violência” (WAISELFISZ, 2011). Contudo o mesmo autor propõe que o que de fato há é um processo em curso chamado de disseminação da violência sobre o qual nos propomos a discorrer durante o andamento da pesquisa.

Uma recente pesquisa sobre a taxa de homicídios na Região Metropolitana de Maringá especificamente entre os anos de 1998 a 2007, (RODRIGUES; ROMANO, 2010) mostra que

⁹ Para falar em homicídio, o principal banco de dados no Brasil é o Sistema de Informação do Sistema Único de Saúde – DATASUS que apresenta as informações de “morte por causas externas”, donde se extraem as informações de homicídios. Disponível em:<www.datasus.gov.br>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2011.

no período pesquisado ocorreu um aumento de aproximadamente 54% no total das ocorrências. Foram 57 casos no ano de 1998 e 105 ocorrências em 2007, totalizando, dessa forma, 564 casos nos dez anos abrangidos pelo estudo.

Esse fenômeno de crescimento da taxa de homicídios na região de Maringá se insere no processo de disseminação da violência, que alcança localidades outrora consideradas seguras. As explicações estão associadas à dinâmica de crescimento econômico que o interior do país experimentou desde a década de 1970, o que ocasionou à constituição de processos de metropolização que, por sua vez, produziram espaços altamente hierarquizados e segregados, caracterizados por altas taxas de homicídios (WASELFISZ, 2011). Observa-se que isso se inclui no processo que formata as metrópoles brasileiras, “marcadas pelo aumento da pobreza, da violência, das formas precárias de habitação” (ALVES, 2011, p.109).

Esse processo de metropolização que pode ser o indutor, dentre outras coisas, da violência urbana nessas áreas, também se reproduziu sob as mesmas bases na Região Metropolitana de Maringá. É importante ressaltar que essa região foi forjada desde o nascedouro por meio de processos de segregação socioespacial com reprodução das desigualdades sociais e econômicas, engendradas pelo modelo de expansão da cidade polo que afastou os moradores de baixas rendas para as cidades do seu entorno, especialmente o entorno próximo. Esses territórios se constituem nos municípios de análise dessa pesquisa, pois apresentam um processo de conurbação formando uma única mancha urbana com Maringá (RODRIGUES, 2004).

Maringá nasceu como uma cidade planejada, por meio de um empreendimento imobiliário que gerou o controle do valor do solo urbano e possibilitou intensa e, desde então até os dias atuais, frequente especulação imobiliária, tornando Sarandi e Paiçandu opções de moradia para contingentes de moradores de baixas rendas (RODRIGUES, 2004). Dado o alto preço do solo urbano no município de Maringá, as pessoas foram “empurradas” e levadas a estabelecer residência nos municípios vizinhos. Mecanismos de segmentação socioespacial e diferenciação social foram acionados pautados na lógica do mercado, que diferenciou os preços das diferentes áreas do polo metropolitano em relação aos das cidades vizinhas, restando aos segmentos mais pauperizados residirem além dos limites do município de Maringá.

Portanto, a maneira como foi pensada e edificada a cidade de Maringá, impactou na constituição das cidades de seu entorno, que mesmo sendo áreas contíguas apresentam realidades urbanísticas, econômicas e sociais disformes quando comparadas ao polo.

Isso também pode ser percebido nas taxas de homicídios que a tríade municipal apresenta e que são substancialmente desarmoniosas e distintas entre si. Portanto, justifica-se assim a análise dos homicídios nesses municípios conurbados da Região Metropolitana de Maringá, a fim de estabelecer possíveis correlações existentes entre as características socioeconômicas do território onde as ocorrências de homicídios se dão.

Dessa forma, o objeto desta pesquisa refere-se à análise das ocorrências de homicídios registradas nos municípios conurbados da Região Metropolitana de Maringá-PR. Os dados a serem analisados são compostos do total das ocorrências de homicídios computados no período que compreende os anos de 2007 a 2011, entendemos que este recorte perfaz uma série temporal razoável para o estabelecimento de uma análise comparativa do período e de algum exercício de correlação entre os dados de homicídio e as características do território, dadas pela Tipologia Socioespacial desta territorialidade estabelecida com dados do Censo de 2010 (INCT-Observatório das Metrôpoles, 2013). Observa-se que os dados de homicídios se tornaram mais acessíveis com a criação do Sistema de Boletim de Ocorrência Unificado (BOU)¹⁰, no ano de 2005, melhorando e unificando a qualidade das informações coletadas tanto em relação à estas ocorrências - homicídios - quanto às práticas de furtos, roubos, estupros, estelionato e demais modalidades de crimes.

Tomamos as ocorrências de homicídios como *proxy* do fenômeno da violência urbana, pois o estabelecimento da associação da ocorrência de homicídios à organização social do território se compõe de indicações, pistas, vestígios oferecidos por um conjunto de estudos, no qual se incluem os que vêm sendo realizados no âmbito da rede de pesquisadores do Observatório das Metrôpoles¹¹. Admite-se que as características da ocupação do espaço

¹⁰ O Sistema BOU – Boletim de Ocorrência Unificado foi desenvolvido para registrar as ocorrências da Polícia Civil e Polícia Militar, sendo instituído pela Resolução nº 309/05-SESP. Para maiores informações vide <http://www.bou.pr.gov.br>

¹¹ É um grupo que funciona como um *instituto virtual*, reunindo hoje 159 pesquisadores (dos quais 97 principais) e 59 instituições dos campos universitário (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeitura) e não governamental, sob a coordenação geral do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As instituições reunidas hoje no Observatório das

urbano expressam processos de desigualdades que, por sua vez, engendram fenômenos como a violência urbana. Os processos socioespaciais em curso nas áreas metropolitanas brasileiras têm significativa importância na compreensão dos mecanismos societários de exclusão e integração, através de seus efeitos sobre a estrutura social, os mecanismos de produção e de reprodução de desigualdades e as relações de interação e sociabilidade entre os grupos e classes sociais.

Esses processos socioespaciais podem se constituir em elementos que guardam relação com maior ou menor incidência de ocorrência de homicídios em determinados territórios, o que é válido também para a área conurbada da Região Metropolitana de Maringá.

Nesse trabalho de pesquisa apresentaremos levantamentos empíricos que formataram um banco de dados que, por sua vez, engendrou estudos e diagnósticos sobre os homicídios ocorridos em Maringá e no seu entorno conurbado composto por Sarandi e Paiçandu. As ocorrências de homicídios nesses territórios serão associadas às características socioespaciais dessas localidades, dando visualização, por meio da espacialização a alguns aspectos da diferenciação social e da segmentação socioespacial da sociedade, bem como sua expressão atual que é a violência urbana, aqui caracterizada pelas taxas de homicídios.

Primeiramente serão apresentados os principais referenciais teóricos que nortearão as reflexões desta pesquisa: violência urbana, ocorrências de homicídios e segregação socioespacial. Na sequência apresentaremos os resultados da pesquisa empírica sobre os homicídios, realizada nas unidades locais de Delegacia Civil e Destacamento da Polícia Militar dos municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu referentes aos dados de sexo, faixa etária, meio empregado, data e horário das ocorrências, assim como o local das ocorrências e de moradia das vítimas.

A sequência do trabalho se dará com o mapeamento e o cruzamento do local de ocorrência dos homicídios e de moradia das vítimas, o que permitirá identificar quais são as localidades que apresentam as maiores taxas dessas ocorrências, bem como as características

Metrópoles vêm trabalhando de maneira sistemática sobre 14 metrópoles e uma aglomeração urbana: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém, Santos, Vitória, Brasília e a aglomeração urbana de Maringá. Há um grande projeto em andamento realizado com o apoio do CNPq/INCT, por meio do TR (Termo de Referência) “Organização Social do Território e Criminalidade Violenta”.

sociais e econômicas que esses territórios apresentam. Isto se dará por meio da associação dessas variáveis com a Tipologia socioespacial da RMM, destacando os três municípios analisados (RODRIGUES, 2013).

Assim, a pesquisa bibliográfica se dará com a finalidade de descrever os conceitos de segregação e segmentação que serão utilizados para as reflexões sobre os dados desse trabalho. Ao mesmo tempo, contaremos com o levantamento de dados primários coletados nas unidades locais das Delegacias de Polícia Civil de Maringá e Sarandi e também do Destacamento da Polícia Militar de Paiçandu. Os dados secundários se referem às estatísticas e foram disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Organização Mundial da Saúde (OMS), Sistema de Informação do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP/PR) e Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Essas informações serão utilizadas para a leitura sobre a temática pesquisada, para as análises dos dados e ainda para a elaboração e consolidação desse trabalho.

Diante disso, no primeiro capítulo serão apresentados alguns aspectos socioeconômicos e históricos dos municípios pesquisados, que guardam alguma relação com a temática dessa dissertação. Para tal, destacaremos aspectos do padrão urbanístico adotado pela companhia que realizou a implantação da cidade de Maringá claramente definida por processos de segregação socioespacial. Essa etapa se dará por meio de uma sucinta análise de alguns autores que investigam as características e processos urbanísticos e sociais envolvidos na constituição dessas três municipalidades pesquisadas, assim como uma revisão teórico-conceitual sobre segregação, para subsidiar as reflexões sobre as características socioespaciais dos três municípios caracterizados por processos de segregação (RODRIGUES, 2004).

No segundo capítulo será apresentado a base empírica composta pelo relato de campo e pelo quadro das ocorrências de homicídios no polo metropolitano e nos dois outros municípios para o período pesquisado entre 2007 a 2011. Além do total das ocorrências serão apresentados e descritos os dados do perfil das vítimas, enfatizando a diferença nas taxas que as três localidades apresentam, mesmo se tratando de uma única área conurbada numa territorialidade com grande integração.

O capítulo terceiro contemplará a busca de relações entre o território e os homicídios

ocorridos, ou seja, se a estrutura social dos territórios estudados – que será caracterizada pela Tipologia socioespacial dos municípios – é capaz de definir maior ou menor incidência de homicídios nesta área em estudo. Para isso, será realizada uma análise de Regressão Linear Multivariada tendo a taxa de homicídios para os 05 anos pesquisados para cada Área de Ponderação¹², como variável dependente e os dados de renda domiciliar, nível de instrução e a Tipologia Socioespacial como variáveis independentes.

Os resultados dessa análise serão georreferenciados na base cartográfica composta pelos três municípios desagregados por Área de Ponderação. Com isto será possível identificar se as ocorrências de homicídios têm alguma relação com as características socioespaciais dos territórios pesquisados.

Nas considerações finais procuraremos fornecer subsídios capazes de fomentar ações municipais na área de segurança pública numa tentativa, mesmo que muito incipiente, de garantir os direitos sociais mínimos a um grande contingente de pessoas que estão cotidianamente tendo seus direitos sociais negligenciados pelo poder público.

¹² Área de Ponderação é uma territorialização construída pelo IBGE resultante da agregação de setores censitários com alto grau de homogeneidade e se constituem em áreas suficientemente consistentes do ponto de vista metodológico, o que é garantido pela adoção dos seguintes critérios: a) o maior nível geográfico utilizado é o município. Isto significa que uma área de ponderação é composta por setores censitários contíguos dentro de um único município, podendo ser o próprio município; b) é formada pela associação de, no mínimo 400 domicílios particulares ocupados; c) em alguns municípios, as áreas de ponderação foram definidas automaticamente considerando suas divisões administrativas distritais; d) para os municípios com mais de 190 mil habitantes, as áreas de ponderações foram definidas em conjunto com o IBGE. Nesses municípios, também foram considerados os critérios de tamanho mínimo e de contiguidade do conjunto de setores para a definição das áreas de ponderação. Informações extraídas do Censo Demográfico 2010 Resultados Preliminares da Amostra. Rio de Janeiro 2011. Disponível no site: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/notas_resultados_preliminares_amostra.pdf. Acesso dia 01 de novembro de 2013.

1

O CONTEXTO DE FORMAÇÃO DA ÁREA ANALISADA SOB O LEGADO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

“Na primeira noite, eles se aproximam e colhem uma flor do nosso jardim. E não dizemos nada.

Na segunda noite, já não se escondem, pisam as flores, matam nosso cão. E não dizemos nada.

Até que um dia, o mais frágil deles, entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua. E, conhecendo nosso medo arranca-nos a voz da garganta.

E porque não dissemos nada já não podemos dizer nada?” (Maiakovski – poeta russo que escreveu no início do século XX).

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DOS MUNICÍPIOS ANALISADOS

De acordo com dados do Censo 2010 Maringá possui uma população de 357.077 habitantes. Seu grau de urbanização é de 98,2% e possui uma densidade demográfica de 732.12 habitantes por Km². É classificada como a segunda cidade mais densa dentre as que integram essa região metropolitana, perdendo apenas para Sarandi. O índice de Gini¹³ do município é classificado em 0,42 (IBGE, 2010).

A população maringaense é composta primordialmente de pessoas da cor “branca”, esse grupo representa aproximadamente 71% da população total. O grupo de cor “preta” totaliza 3,5% ou 12.127 indivíduos; os de cor “parda” representam 22% ou 78.542 moradores e a cor ou raça “amarela” e “índios” juntos representam 3,7%, da população. Isso significa que o último grupo citado comporta uma quantidade superior à população de cor preta. A população feminina do município de Maringá representa 52% do total ou 185.680 mulheres. Enquanto que a masculina corresponde a 48%, significa que 171.396 compõem esse grupo (IPARDES, 2012).

Os aspectos educacionais do município revelam que Maringá conta com 223 estabelecimentos de ensino na educação básica¹⁴. Sendo divididos em: 114 Centros de Educação Infantil (CMEI), 119 estabelecimentos de pré-escola, 112 de Ensino Fundamental e 45 de Ensino Médio (IPARDES, 2012). Há no município 01 (uma) instituição de ensino superior estadual. Nesta cidade 94,6% da população é alfabetizada (IPARDES, 2012). O índice que mede a qualidade do ensino escolar no Brasil, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- 2011), aponta que na última etapa da educação básica, o ensino médio, esses índices oscilaram entre 3,2 e 6,0. Sendo o pior e o melhor índice apresentado no município, respectivamente¹⁵.

¹³ Esse índice mede o grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima). Disponível in www.ibge.gov.br

¹⁴ A etapa da educação básica brasileira compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Disponível in www.mec.gov.br

¹⁵ Os dados utilizados sobre o IDEB no município se constituem como objeto de dissertação, tendo como autor PEREIRA, Ana Carolina Torrente. Lembrando que a meta do governo é que esse índice alcance, em todo o território nacional, a média 6,0 até o ano de 2022.

Aspectos da infraestrutura revelam que 92,85% do município estão ligados a rede geral de esgoto, enquanto que a média nacional é de 49,4% (PLHIS, 2010).

Deter-nos-emos agora em revelar aspectos da formação da cidade polo, pois sua lógica de implantação e de desenvolvimento incide, diretamente, na conformação dos demais municípios da região.

A cidade de Maringá (PR) foi fundada pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná no ano de 1947. Destacamos que são inúmeros os estudos¹⁶ que apresentam e analisam este processo de fundação e constituição do município. No ano de 1951, Maringá deixou de ser distrito de Mandaguari, tornando-se administrativamente emancipada. Atualmente configura-se como o terceiro maior município do Estado do Paraná e o sétimo mais populoso da região sul do Brasil (IBGE, 2010). Destaca-se pelo desenho urbanístico planejado e por ser um importante entroncamento rodoviário regional (figura 01):

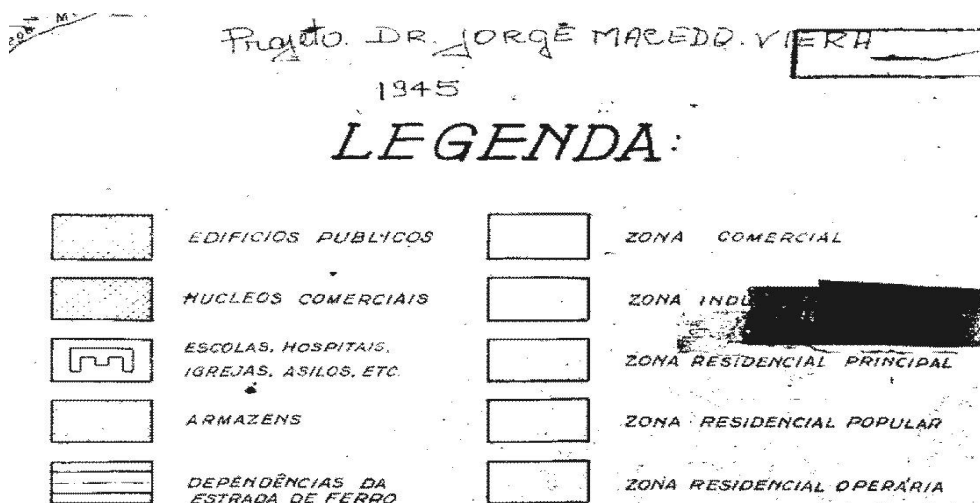
Figura 1: Imagem aérea do município de Maringá – PR (atual)



Fonte: Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Maringá-PR. 2009.

¹⁶ FRANCE LUZ (1999), RODRIGUES (2004). ARAÚJO (2005), CORDOVIL (2011), ROLLO e DIAS (1999), MOTA (2006).

Figura 03: Legenda da planta inicial de Maringá – 1945



Fonte: Projeto Memória – Secretaria de Cultura e Patrimônio – (PM de Maringá apud RODRIGUES, 2004,p.38).

A despeito de ser uma cidade planejada com áreas definidas para alocar diferentes grupos sociais, com áreas residenciais denominadas como operária, popular e principal, além dos eixos comerciais e áreas industriais. Em Maringá foi adotado um modelo de desenvolvimento urbano que não acomodou em seu território, grupos efetivamente heterogêneos quanto às baixas rendas. A renda foi um mecanismo que determinou a localização espacial dos distintos segmentos sociais no espaço urbano. Os moradores com menor poder de aquisição do solo urbano se acomodaram em territórios longínquos da área central maringaense e, inclusive em municípios vizinhos, como Sarandi e Paiçandu (RODRIGUES, 2004).

A autora ainda indica que a rígida legislação urbanística que regulou a ocupação e o alto preço do solo urbano, foram mecanismos decisivos no processo de segregação socioespacial que empurrou um grande contingente de moradores para as cidades do entorno do polo metropolitano. A rigor, pode-se afirmar em conformidade com os estudos referidos, que a ocupação desse território teve como fator determinante a questão financeira, atuando como um importante impeditivo dos grupos mais pauperizados em se alocarem nas áreas centrais ou ainda na própria cidade polo. Dessa forma, Rodrigues (2004), aponta que:

Pressupomos que a definição inicial destes lugares diferenciados para a moradia foi, por si só, um indicativo de segregação social que se originou do deslocamento das camadas populares para as extremidades marginais (bordas) da cidade. Esse antecedente aliado ao tempo histórico decorrido (que já evidenciou uma ocupação de espaços distintos que abrigam, claramente, as classes altas, médias e baixas) demonstra processos que excluíram a baixa renda não só dos melhores lugares da cidade, como também dos seus próprios limites, afastando-a para os municípios vizinhos, que até hoje são aglomerações urbanas desprovidas da infra-estrutura básica que, em Maringá, foi oferecida desde o início de sua fundação. (RODRIGUES, 2004. p. 19).

Destarte, mesmo que o projeto inicial da cidade não tenha sido plenamente implantado, por conta de distintas dinâmicas incluindo a especulação imobiliária, o polo metropolitano mantém, desde sua fundação, ou melhor, desde seu desenho original “uma segmentação residencial dada pela posição socioeconômica do morador, que definirá o espaço da cidade que ele ocupará” (RODRIGUES, 2004.p.46). Isso decorre também da atuação do poder público que agiu como um mantenedor desse processo, por meio, por exemplo, das decisões e ações políticas expressas nos marcos regulatórios, cujo expoente é o Plano Diretor Municipal o instrumento de planejamento urbanístico, que tem por função sistematizar o desenvolvimento físico, econômico e social do território municipal, visando o bem-estar da comunidade local. De uma forma geral, o planejamento é um processo técnico destinado a transformar a realidade existente em direção a objetivos previamente estabelecidos. No município de Maringá a atual lei que dispõe sobre o Plano Diretor é a Lei Complementar n°. 632/2006¹⁷.

Como consequência desse planejamento estratégico pautado em aspectos legais, adotado desde a sua constituição, o município de Maringá não apresenta problemas inerentes a inúmeras cidades com o mesmo porte, como por exemplo, a existência de favelas ou outra forma de sub-habitação. Como aponta Araújo, (2005):

Chama a atenção o fato de, no município, não haver favelas. Não há, como em outras cidades do seu porte, aglomerações de sub-habitações, ou seja, moradias edificadas com material de péssima qualidade, sem segurança na sua infra-estrutura, com instalação clandestina de água e luz, sem uma divisão para a definição dos

¹⁷ Informação sobre Plano Diretor disponível in <http://www.mp.rs.gov.br/urbanistico/doutrina> acesso dia 20 de dezembro de 2012. Informação e lei sobre Plano Diretor do Município de Maringá disponível no site www.maringa.pr.gov.br acesso dia 20 de dezembro de 2012.

cômodos e, muitas vezes, localizados em áreas de risco. Como cidade planejada que é Maringá tem, já no seu projeto, áreas destinadas para a população de baixo poder aquisitivo e, nessas áreas, assim como em toda a cidade, não é permitida a construção de sub-habitações: todas as novas construções devem ser de alvenaria (ARAÚJO, 2005, p.12).

A autora destaca as características da infraestrutura dos bairros localizados nas áreas periféricas de Maringá, à medida que essas localidades não disponibilizam aos seus moradores os mesmos serviços públicos¹⁸ e equipamentos públicos¹⁹ que os disponibilizados na área central. Comprometendo, inclusive a oferta de posto de trabalho, conforme indica a citada autora:

Estes bairros periféricos não têm ao seu dispor os mesmos serviços públicos e privados que os bairros mais centrais e, quando têm, os serviços diferem na quantidade e na qualidade da sua oferta. Somado a isso, as ofertas de trabalho são quase inexistentes (ARAÚJO, 2005, p.17).

Ao mesmo tempo em que a ocupação de bairros localizados nas franjas de Maringá permitiu a acomodação de grupos com rendas inferiores, essa realidade extrapolou os limites territoriais do polo metropolitano transbordando para a ocupação de Sarandi e Paiçandu. Assim, como apresentado por Rodrigues, (2004):

Noutras palavras, entendemos que a cidade acabou definindo uma espacialidade que separou os moradores conforme suas possibilidades econômicas de acesso ao solo urbano e, ao fim, segregou-os num limite tão extremo que os grupos de renda baixa da população só encontraram possibilidade de moradia fora dos limites da cidade, no entorno metropolitano (RODRIGUES, 2004, p. 46).

Os municípios de Sarandi e Paiçandu, que receberam esse grande contingente populacional em decorrência do processo de segregação socioespacial mesmo sendo fundados praticamente no mesmo período, apresentam características urbanísticas, econômicas e sociais muito díspares. Ou seja, o legado do planejamento adotado em Maringá impactou a

¹⁸ Entende-se por serviços públicos as “atividades de interesse comum reguladas e/ou mantidas pelo poder público, compreendendo os sistemas de saneamento ambiental, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos - de energia e iluminação pública, de circulação e transportes, de telecomunicações, de informações e atendimento as questões de interesse público”. Informações extraídas do site do Ministério das Cidades in: www.cidades.gov.br. Acesso dia 20 de dezembro de 2012.

¹⁹ Consideram-se equipamentos públicos: os de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado. Informações contidas na Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Uso do Solo Urbano.

organização social e espacial dos municípios de seu entorno próximo, ocasionando problemas de toda ordem. A seguir apresentaremos alguns dados que esperamos que sejam capazes de demonstrar as diferenças existentes entre estes três municípios que, mesmo se tratando de uma mancha urbana única apresentam características bastante distintas entre si.

Sarandi surge como distrito em decorrência, também, de empreendimentos da Companhia de Terras Norte do Paraná que pressupunha, naquele período, a ocupação do Norte do Paraná (PLHIS, 2007). No ano de 1935 inicia-se a sua criação como um pequeno núcleo, em 1947 funda-se como um pequeno patrimônio. Posteriormente, no ano de 1951, torna-se distrito de Marialva²⁰. No ano de 1981 emancipa-se administrativamente, sendo elevada a categoria de município²¹.

Como já citado anteriormente, alguns estudos dentre os quais de Veloso (2003) e de Rodrigues (2004) enfatizam que em decorrência do alto preço do solo urbano maringaense um expressivo contingente populacional foi “empurrado” para Sarandi, gerando demanda habitacional que atraiu loteadoras de Maringá praticando um preço de venda bastante inferior quando comparados aos preços da terra urbana desta cidade. Essas loteadoras²² voltavam suas ações para atender aos segmentos de rendas inferiores que não conseguiram residir em território maringaense, pois naquele momento os loteamentos eram estrategicamente direcionados para esses grupos a preços baixos devido a precariedade de sua implantação. Como resultado desse processo desprovido de controle urbanístico por parte do poder público, Sarandi apresenta até os dias atuais uma descontinuidade na malha urbana e muitos bairros com precária condição de moradia e de infraestrutura. Ou melhor, substancialmente a cidade teve uma expansão e ocupação desordenadas engendradas pela atuação do mercado imobiliário, que não teve nenhuma preocupação com o traçado urbanístico da urbe (VELOSO, 2003). De acordo com informações contidas no Plano de Habitação Municipal, percebe-se que:

Como consequência desse processo tem-se em Sarandi um tecido urbano desorganizado, um padrão de parcelamento desarticulado e um sistema viário em que não se percebe a sua hierarquia. O mesmo Plano Diretor destaca ainda que este processo de deterioração urbanística, ocorrido em Sarandi e Paçandu, repete uma

²⁰ Vide Lei estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951. Disponível in www.ibge.gov.br

²¹ Por meio da Lei nº 7502, de 14 de outubro de 1981. Disponível in www.ibge.gov.br

²² Podemos destacar as três grandes loteadoras responsáveis pelo parcelamento do solo em Sarandi: Construtora Vicky, Imobiliária Sol e Wegg Empreendimentos (PLHIS, 2007).

tendência da urbanização brasileira recente que se caracteriza pelo crescimento urbano proporcionado a periferização das populações de baixa renda em regiões sem os serviços públicos básicos e com padrão urbanístico inadequado (PLHIS, 2007, p. 15).

Esse modelo de urbanização adotado no Brasil que cria regiões para moradores de baixa renda, onde os serviços e equipamentos públicos são ineficientes, também refletiu e serviu como o modelo adotado em Maringá e Sarandi. Pois, “boa parte daquela população pobre expulsa da cidade de Maringá instalou-se em Sarandi, devido aos valores dos aluguéis e dos terrenos serem comparativamente menores em Sarandi” (PLHIS, 2007, p.16). Logo, podemos inferir que o planejamento e ocupação adotados em Maringá, impactaram diretamente na maneira como a cidade de Sarandi foi e é organizada espacial, social e economicamente.

Atualmente o município de Sarandi conta com uma população total de 82.847 habitantes (IBGE, 2010) com uma densidade demográfica de 801,79 habitantes por Km², e se destaca como o mais denso dentre os municípios que integram a Região Metropolitana de Maringá. Possui uma *renda per capita* de R\$6.699 (IPARDES, 2012). É considerado um município predominantemente urbano, ou seja, a grande maioria das pessoas mora na área urbana, apresentando um grau de urbanização de 99,15% (IBGE, 2010 apud IPARDES, 2012, p. 27). O índice de Gini do município é de 0,38 (IBGE, 2010).

A população de Sarandi é composta majoritariamente por pessoas da cor “branca” com, aproximadamente 56% do montante, sendo 46.245 pertencentes a esse grupo. Na categoria “preta” integra esse grupo o total de 4.201 indivíduos que representam apenas 5,1%. A categoria “parda” corresponde a 38% da população total, somando, dessa maneira, 31.527 pessoas. As categorias “amarelas” e “indígenas”, juntas, representam apenas 874 indivíduos, isso significa apenas 1% da população total, aproximadamente (IPARDES, 2012). Do total da população²³ 42.017 são do sexo feminino, enquanto que 40.830 são do sexo masculino. Sendo, a população feminina 2% superior à masculina.

Aspectos sobre a educação no município revelam que há 86 estabelecimentos de ensino na educação básica. Sendo divididos em: 18 Centros Municipais de Educação Infantil

²³ Corresponde a população urbana e rural. (IPARDES, 2012)

(CMEI), 35 estabelecimentos de pré-escola, 26 de ensino fundamental e 07 de ensino médio. O município conta ainda com 01 instituição particular de ensino superior. Sobre a taxa de alfabetizados, 89,75% da população adulta integra esse grupo. O índice que mede a qualidade do ensino escolar no Brasil, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- 2011), aponta que na última etapa da educação básica, o ensino médio, esses índices oscilaram entre 2,8 e 4,5. Sendo o pior e o melhor índice apresentado no município, respectivamente. Dentre os municípios que integram a área conurbada da RMM, Sarandi além de ocupar lugar de destaque no panorama local nas taxas de homicídios ainda possui em seu território a escola com o IDEB mais baixo quando comparados a Maringá e Paicandu.

Informações referentes à infraestrutura urbana, sistematizadas no Plano de Habitação (PLHIS, 2007) indicam que apenas 4% do total de 27.854 domicílios²⁴ (IPARDES, 2012) estão ligados à rede geral de esgoto. Estes, por sua vez, estão localizados na área central do município. Sarandi também conta com bairros como o Jardim Universal e o Jardim Triângulo localizados na parte sul e norte, respectivamente que, desde sua criação, não possuem sequer infraestrutura relativa à malha asfáltica, como demonstram as fotos apresentadas a seguir (fotos 05 e 06).

Figura 4: Área Central de Sarandi-PR



Fonte: Fernanda Martins Valotta, Fevereiro de 2013.

²⁴ Total de domicílios corresponde à área urbana e rural. Sendo contabilizados os ocupados, particulares entre outros.

Figura 5: Jardim Universal no município de Sarandi- PR



Fonte: Fernanda Martins Valotta, Fevereiro de 2013.

Figura 6: Jardim Triângulo no município de Sarandi- PR



Fonte: Fernanda Martins Valotta, Fevereiro de 2013.

A cidade de Paiçandu foi fundada como distrito de Maringá, sendo também colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná no ano de 1948, mas apenas na década de 1970 se iniciou efetivamente o loteamento das terras urbanas do município que se tornou emancipado

em 1960, sendo desmembrado em 19 de novembro de 1961²⁵.

O loteamento de Paiçandu foi realizado por empresas de Maringá²⁶ que viram nesse município, como em Sarandi, um ótimo mercado de terras. Desde então, na década de 1970, iniciou-se um processo de ocupação e parcelamento do solo urbano, caracterizado pela forma desordenada e ocasionando o isolamento de muitos bairros, principalmente dos loteamentos realizados na porção leste da cidade rumo ao polo metropolitano, e pela precariedade da infraestrutura urbana e social que identifica da mesma maneira Paiçandu e Sarandi.

Na década seguinte, especialmente de 1982 até 1991 houve uma redução no processo de ocupação residencial no município. Contudo, após essa data ocorreu a abertura de um grande loteamento com mais de 2000 lotes. Parte desse empreendimento ultrapassou o limite territorial de Paiçandu e avançou para Maringá (PLHIS, 2007), configurando um processo de ocupação desordenada que ocasionou sérios problemas urbanísticos ao município, ainda não superados.

A rigor, em decorrência do baixo valor do solo urbano de Paiçandu face ao valor do solo maringaense, ocorreu assim como em Sarandi, um processo de atração de moradores de baixa renda para este município. Logo, podemos dizer que para os dois municípios, o legado da segregação socioespacial engendrado no processo de ocupação urbana de Maringá impactou diretamente na constituição de suas espacialidades, restando aos dois municípios problemas urbanísticos, sociais e econômicos que não conseguiram ser superados até o momento presente (RODRIGUES, 2004). Atualmente, há áreas nas duas cidades com alta densidade populacional e outras com loteamentos vazios que provocam uma grande descontinuidade da malha urbana (PLHIS, 2007).

Paiçandu foi elevado à categoria de município no ano de 1960²⁷, desmembrando-se administrativamente de Maringá. De acordo com o IBGE (2010), o município de Paiçandu conta com uma população de 35.936 e uma densidade demográfica de 210.35 habitantes/Km². Possui uma *renda per capita* de R\$ 6.136 (IPARDES, 2012). Seu grau de urbanização é de

²⁵ Criado através da Lei Estadual nº 4.245, de 25 de julho de 1960. Informação disponível in www.paicandu.pr.gov.br acesso dia 02 de fevereiro de 2013.

²⁶ Dentre as empresas responsáveis pela abertura dos loteamentos no município, se destacam: POZZA Empreendimentos Imobiliários Ltda, Construtora VICKI Ltda e GEMAR Comércio Imobiliário.

²⁷ Por meio da Lei Estadual nº 4.245, de 25 de julho de 1960. Disponível in <http://paicandu.pr.gov.br>

98,63% (IBGE, 2010, apud IPARDES, 2012, p.24). O índice de Gini do município é classificado em 0,36 (IBGE, 2010).

Aspectos da constituição populacional de Paiçandu revelam que o grupo constituinte da categoria “branca” é responsável por, aproximadamente 58% da população total. O grupo de cor “preta” representa 4,5%. Enquanto que os “pardos” constituem 37% do montante da população. As categorias “amarelos” e “índios” quando somadas são sub-representadas, pois elas referem-se apenas a 0,6% da população. Assim como os demais municípios pesquisados, Paiçandu possui a população feminina superior à masculina, isso significa que 50,5% são mulheres (18.147) e 49,5% homens (17.788).

Os estabelecimentos de educação básica em Paiçandu totalizam 37 unidades, sendo divididas da seguinte maneira: 06 Centros Municipais de Educação Infantil, 12 unidades pré-escolares, 15 de Ensino Fundamental e 04 de Ensino Médio e possui uma taxa de alfabetização de 88,11% (IPARDES, 2012). Em relação ao IDEB na última etapa da educação escolar, Paiçandu obteve o melhor resultado classificado em 4,3 e o pior em 3,7.

Em Paiçandu há bairros como o Jardim Canadá 3 e Santa Luzia, por exemplo, que apresentam sérios problemas relacionados a falta de infraestrutura urbana. Assim, podemos dizer que Sarandi e Paiçandu “são espacialidades periféricas que se estabelecem a partir de processos de ocupação urbana, caracterizados por profunda fragmentação socioespacial, visível a olhos nus” (RODRIGUES, 2012, p.11), como evidenciam as figuras apresentadas (figura 07 e 08).

Figura 7: Rodovia que liga Paiçandu-PR ao polo metropolitano



Fonte: Observatório das Metrôpoles - Núcleo Maringá/UEM, 2010.

Figura 8: Jardim Canadá no município de Paiçandu-PR



Fonte: Google, 2010.

Assim, a população que constitui a Região Metropolitana é de 716.905 habitantes, sendo que quase a metade dessa população está concentrada no polo metropolitano. Sarandi se destaca pela alta densidade demográfica e ainda pelo elevado grau de urbanização. Ocupando o segundo lugar, está Maringá com 732.12 hab/Km² e por último com uma densidade inferior temos Paiçandu com 210.35 hab/km², conforme informações contidas no quadro a seguir (quadro 01):

Quadro 01: Total de moradores e densidade demográfica dos municípios da região Metropolitana de Maringá - 2010.

<i>Municípios</i>	<i>População</i>	<i>Densidade Demográfica (hab/Km²)</i>
<i>Ângulo</i>	<i>2.859</i>	<i>26.97</i>
<i>Astorga</i>	<i>24.698</i>	<i>56.80</i>
<i>Atalaia</i>	<i>3.913</i>	<i>28.42</i>
<i>Bom Sucesso</i>	<i>6.561</i>	<i>20.33</i>
<i>Cambira</i>	<i>7.236</i>	<i>44.29</i>
<i>Doutor Camargo</i>	<i>5.828</i>	<i>49.27</i>
<i>Floraí</i>	<i>5.050</i>	<i>30.62</i>
<i>Floresta</i>	<i>5.931</i>	<i>37.48</i>
<i>Flórida</i>	<i>2.543</i>	<i>30.62</i>
<i>Iguaraçu</i>	<i>3.982</i>	<i>24.14</i>
<i>Itambé</i>	<i>5.979</i>	<i>24.52</i>
<i>Ivatuba</i>	<i>3.010</i>	<i>31.14</i>
<i>Jandaia do Sul</i>	<i>20.269</i>	<i>108.4</i>
<i>Lobato</i>	<i>4.401</i>	<i>18.27</i>
<i>Mandaguaçu</i>	<i>19.781</i>	<i>67.21</i>
<i>Mandaguari</i>	<i>32.658</i>	<i>97.25</i>
<i>Marialva</i>	<i>31.959</i>	<i>67.20</i>
<i>Maringá</i>	<i>357.077</i>	<i>732.12</i>
<i>Munhoz de Melo</i>	<i>3.672</i>	<i>26.80</i>
<i>Ourizona</i>	<i>3.380</i>	<i>19.15</i>
<i>Paiçandu</i>	<i>35.936</i>	<i>210.35</i>
<i>Presidente Castelo Branco</i>	<i>4.784</i>	<i>30.72</i>
<i>Santa Fé</i>	<i>10.432</i>	<i>37.76</i>
<i>São Jorge do Ivaí</i>	<i>5.517</i>	<i>17.51</i>
<i>Sarandi</i>	<i>82.847</i>	<i>801.79</i>
<i>Nova Esperança</i>	<i>26.615</i>	<i>66.27</i>
<i>Total</i>	<i>716.905</i>	

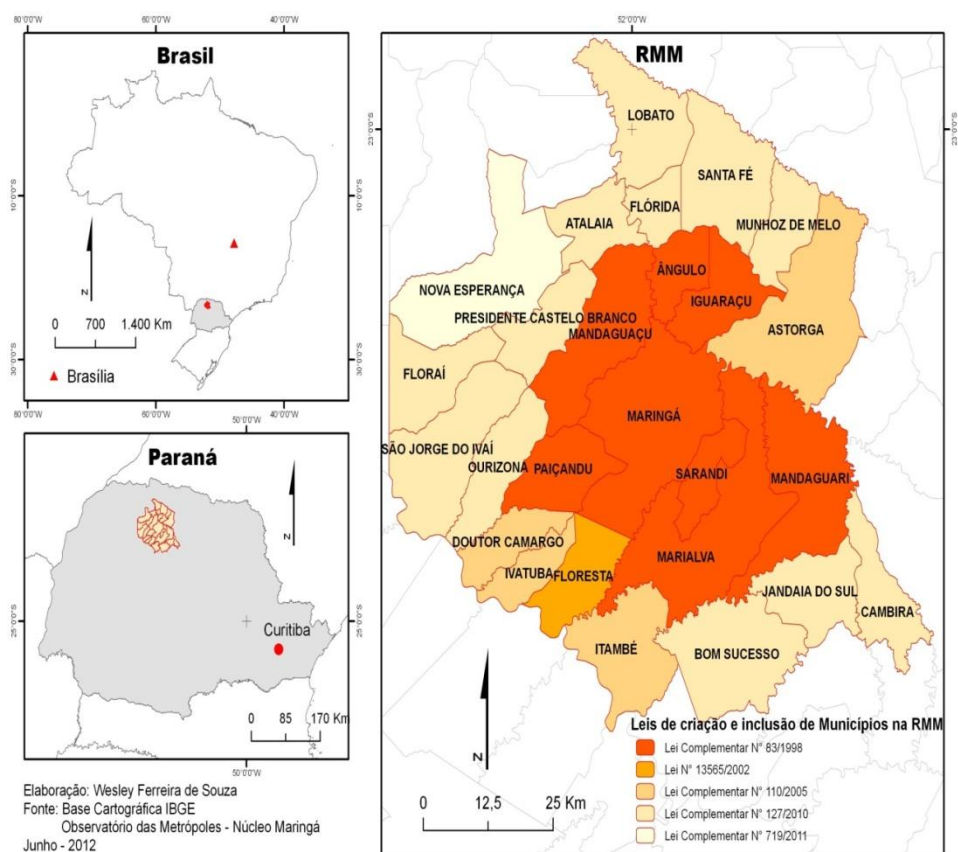
Fonte: IBGE, 2010. Organizado pela autora.

1.2 OS MUNICÍPIOS INTEGRADOS NA DINÂMICA METROPOLITANA

Os municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu são os únicos municípios dos 26 que integram essa Região Metropolitana que apresentam alto grau de integração e constituem uma única mancha urbana.

A Região Metropolitana de Maringá foi criada por meio da Lei Estadual nº 83/98 e atualmente é composta por 26 municípios que têm por sede Maringá. Seus componentes são os seguintes: Ângulo, Astorga, Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Doutor Camargo, Floraí, Flórida, Floresta, Iguaraçu, Itambé, Ivatuba, Jandaia do Sul, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Ourizona, Paiçandu, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, São Jorge do Ivaí, Sarandi e Nova Esperança (mapa 01). Destaca-se, todavia, que apenas Sarandi e Paiçandu são conurbados com Maringá, o que justifica a nossa escolha para essa pesquisa.

Mapa 01: Região Metropolitana de Maringá- PR, segundo a legislação de criação e inclusão de municípios - 2011

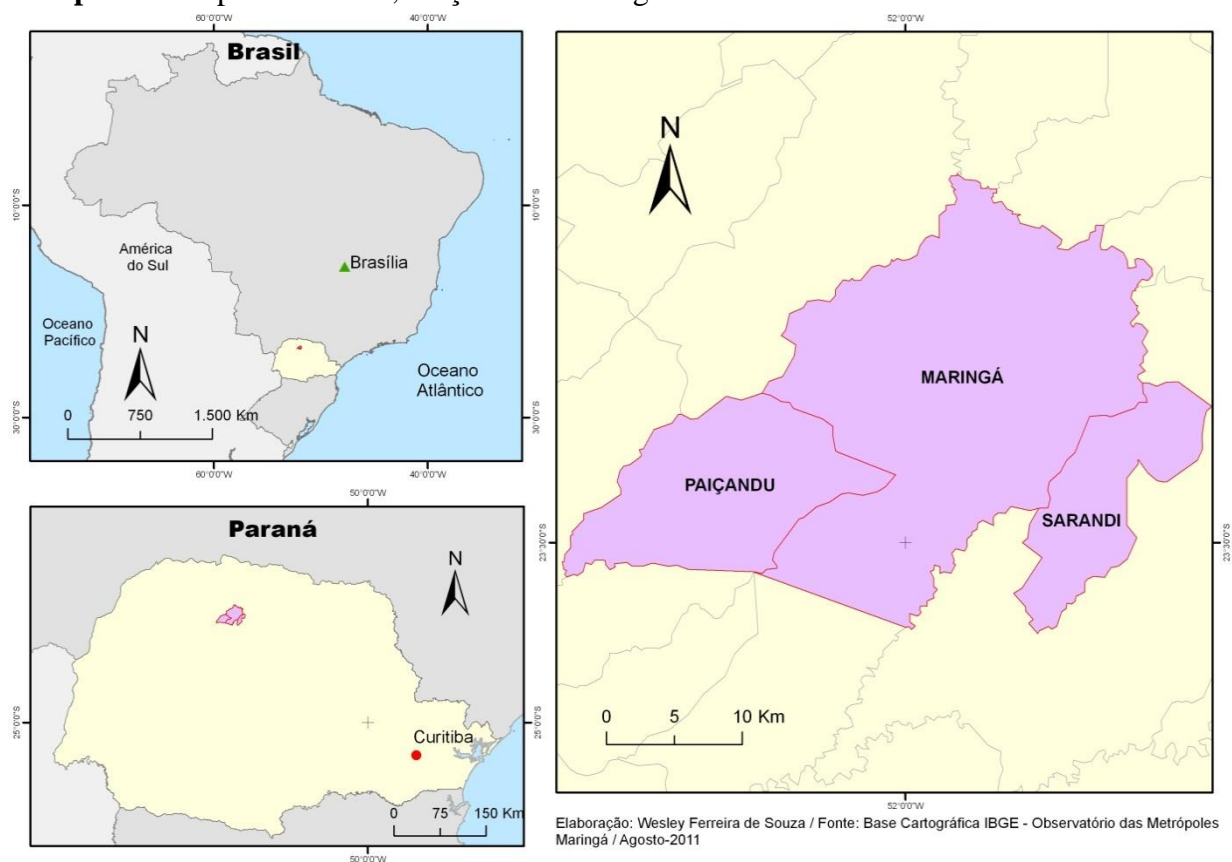


Fonte: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá, Junho de 2012.

Essa seção tratará das especificidades que, segundo nossos pressupostos, são dadas pela integração dos três municípios à dinâmica metropolitana propiciando a eles apresentarem características distintas dos demais municípios que integram a atual Região Metropolitana Maringaense, ou seja, dentre os 26 municípios da RMM somente Sarandi, Paiçandu e o polo

estabelecem e mantém entre si um alto grau de integração (mapa 02).

Mapa 02: Mapa de Sarandi, Paiaçandu e Maringá - PR



Fonte: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá. Agosto, 2011.

Para mensurar o nível de integração dos municípios conurbados, foi realizado no âmbito da rede Observatório das Metrôpoles²⁸, um criterioso estudo a partir da utilização de alguns indicadores capazes de medir as características que integram os municípios na dinâmica metropolitana. Dentre esses indicadores podemos destacar o movimento pendular. Esse processo se refere à mobilidade diária de pessoas que se deslocam de um município para o outro seja para trabalhar ou estudar, retornando diariamente ao local de moradia.

Observa-se que são muito significativos os percentuais de pessoas que se deslocam diariamente de Sarandi e Paiaçandu para a cidade polo (tabela 01):

²⁸ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Hierarquização e Identificação dos Espaços Urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

Tabela 01: Quantidade de pessoas que saem para trabalho estudo nos municípios conurbados da Região Metropolitana de Maringá (2010).

Municípios que integram a área conurbada da RMM.	Total de pessoas que saem do município para trabalhar e/ou estudar em 2010 (quem faz os dois movimentos foi contado uma vez)	Total de pessoas que saem do município para trabalhar em 2010	Total de pessoas que saem do município para estudar em 2010	Total de pessoas que saem do município para trabalhar e estudar em outro município igual 2010	Total de pessoas que saem do município para trabalhar e estudar em municípios diferentes 2010
Maringá	14974	12745	2069	118	42
Paiçandu	10530	9435	754	334	6
Sarandi	25053	20430	3519	745	359

Fonte: IBGE, 2010. Organização Observatório das Metrôpoles

De acordo com informações elaboradas e contidas na tabela anterior (tabela 01) observa-se que 25.053 pessoas saem desse município para trabalhar ou estudar, isso representa aproximadamente 18% da população total, que atualmente é de 82.847. Contudo, ao observamos os dados de movimento pendular desagregados, nota-se que o deslocamento para o mercado de trabalho ganha destaque, pois do montante (25.053) cerca de 20.430 saem de Sarandi para trabalhar. Esse número representa 81% do total.

No caso de Paiçandu esse número se refere ao total de 10.530 pessoas que se deslocam para outro município, destes 9435 pessoas saem para trabalhar. Esse número se refere a aproximadamente 90% do total. Isso significa que, nesse caso, Maringá se torna um polo econômico atrativo tanto em relação aos postos de trabalho quanto aos estabelecimentos de educação, em especial de ensino superior²⁹. A densidade demográfica é uma variável importante e é um indicativo dessa metropolização, que por sua vez, “é uma condição que expressa à extensão dos espaços efetivamente urbanos” (Observatório das Metrôpoles, 2009) e, ainda que nos territórios mais adensados, as relações com os polos tendem a ser mais fortes, assim como é o caso do município de Sarandi que é o mais denso da RMM. Ainda nesse município, 44,3% dos moradores maiores de 15 anos, saem todos os dias rumo ao polo metropolitano para trabalhar ou estudar. Em Paiçandu, esse índice é de 41,5%³⁰. Esses três municípios são os únicos dentre os que compõem essa metropolização que estabelecem alto grau de integração nesse aglomerado urbano conurbado³¹.

²⁹ Maringá conta com uma instituição de Ensino Superior Estadual (UEM) e várias instituições privadas.

³⁰ Informações elaboradas pelo Observatório das Metrôpoles – núcleo RMM – UEM.

³¹ Aglomerado urbano conurbado corresponde a uma mancha contínua de ocupação, constituída por mais de uma unidade municipal, envolvendo intensos fluxos intermunicipais com comutação diária, complementariedade

Mesmo se tratando de um território integrado as diferenças entre eles são muito grandes oriundas, substancialmente de sua fundação, pois de acordo com Rodrigues (2004),

Maringá é fundada como parte de um lucrativo empreendimento imobiliário e, neste sentido, em consonância com os princípios acima descritos, constituiu-se até os dias atuais, quando se busca a manutenção dos mecanismos que garantam que a posse do solo urbano se mantenha como investimento lucrativo (RODRIGUES, 2004,p.37).

Esses mecanismos do mercado imobiliário causaram grandes impactos na organização social e territorial dos municípios de Sarandi e Paiçandu, conforme evidenciada anteriormente por meio dos dados demonstrados.

Figura 09: Área conurbada entre os municípios de Maringá (PR) e Sarandi (PR)



Fonte: Fernanda Martins Valotta, Fevereiro de 2013.

Essa organização social fragmentada pela segregação evidencia o crescimento do fenômeno da violência, em especial dos homicídios como um resultado que se vincula a esse processo como buscaremos explicitar nessa pesquisa.

funcional, agregados por integração socioeconômica decorrente de especialização, complementação e/ou suplementação funcional. (RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Hierarquização e Identificação dos Espaços Urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009).

1.3 HOMICÍDIOS NO BRASIL

Mesmo com o protagonismo que a violência vem adquirindo no Brasil, em especial a partir da década de 1980, ela não deve ser compreendida como algo recente, pois se trata de um fenômeno recorrente e sistemático na história da humanidade. No Brasil, as primeiras manifestações coletivas de violência têm como marco o período colonial com as formas de destruição dos índios e também com as práticas de tratamento violento para com os escravos. Esse fenômeno assume determinadas configurações de acordo com cada período histórico acompanhando e se adaptando ao desenvolvimento do conjunto da sociedade (GUIMARÃES; CAMPOS, 2008).

Na atualidade, a violência é principalmente urbana e ganha contornos que se expressam em diversas modalidades sendo o homicídio a categoria que vem aumentando significativamente, por isso optou-se por essa variável como o indicador mais bem acabado do fenômeno da violência. Os homicídios perfizeram no Brasil mais de 1 milhão de vítimas no período que corresponde as décadas de 1980 a 2010. Atualmente, as localidades que apresentam as maiores taxas de homicídios no país são: Maceió, Vitória e Recife, com taxas de 109,9, 67,1 e 57,9 homicídios/100 mil, habitantes, respectivamente (WAISELFISZ, 2011). Em mais de 80% dos casos as vítimas se constituem de homens totalizando quase 800 mil homicídios. Esses índices são bastante significativos, pois equivalem ao montante de mortes em países que se encontram em guerra civil, inclusive porque além das vítimas serem predominantemente homens são jovens com idade entre 15 e 24 anos (RODRIGUES; ROMANO, 2008).

Essa realidade vivenciada no cenário nacional que vitimiza uma grande parcela de pessoas do sexo masculino, se repete e pode ser observada nos municípios de Sarandi, Maringá e Paiçandu. Estes três municípios, concentraram, ainda, 90% das mortes registradas no ano de 2009 em toda a Região Metropolitana de Maringá- PR, totalizando 68 ocorrências (RODRIGUES e ROMANO, 2013).

Nossos pressupostos de análises admitem que os territórios urbanos, sejam polos metropolitanos ou não, apresentam diferentes realidades sociais inter e intraurbanos, que

podem ocasionar um processo de distanciamento social, inclusive em um mesmo município. Podemos encontrar territórios, em uma mesma cidade, que possuem ótima estrutura urbana sendo considerados seguros, e ter como vizinhos bairros com altos índices de violência com pouca ou nenhuma infraestrutura e sem condições de moradia para seus habitantes gerando um processo que Katzman (2002) denomina de distanciamento social. Esse distanciamento ocasiona a ruptura das relações sociais entre os diversos grupos que integram o espaço urbano. Tal fenômeno é engendrado, principalmente pelas transformações no mercado de trabalho e também pelo achatamento da renda. A diferença de renda entre os trabalhadores qualificados e os definidos como não qualificados se encontra em constante crescimento, também se torna um dos mecanismos determinante do acentuado isolamento social entre os chamados pobres urbanos na atualidade. Katzman (2002) descreve assim este processo:

Entre los factores que más poderosamente inciden em los cambios que experimenta la pobreza urbana em los países de la región se encuentran las transformaciones que ocurren em los mercados de trabajo. Bajo el impulso de procesos de desindustrialización, achicamiento del Estado y acelerada incorporación de innovaciones tecnológicas em algunas áreas de actividad, se reduce la proporción de ocupaciones protegidas y estables, aumentan las disparidades de ingreso entre trabajadores de alta y de baja calificación, y se intensifican los problemas de desempleo y subempleo, que afectan en particular a estos últimos (KATZMAN,2001,p.172).

Como resultado final dessas transformações no mercado de trabalho o isolamento social se torna um processo que apresenta constante crescimento entre alguns grupos, transformando-se em um grande obstáculo para a superação da pobreza nesse segmento. Para katzman (2001),

Dicho aislamiento se convierte em un obstáculo importante para acumular los activos que se necesitan para dejar de ser pobre, lo que hace que la pobreza urbana socialmente aislada se constituya em el caso paradigmático de la exclusión social. Este aislamiento torna-se um dos principais obstáculos à acumular bens necessários para deixar de ser pobre, que faz da pobreza urbana socialmente isolamento torna-se um caso paradigmático exclusão social (KATZMAN,2001,p.173).

O processo de isolamento social pode assumir a forma de exclusão social, impulsionando, cada vez mais, determinados grupos a ocuparem territórios urbanos que são considerados segregados. Esses mecanismos de distanciamento atuam de maneira decisiva na forma como as cidades são organizadas socialmente e define, inclusive, as posições que os

agentes ocupam no espaço social, revelando aspectos de um espaço social totalmente hierarquizado. Para Bordieu,

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo *efeito de naturalização* que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de 'fronteira natural'). É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (na igreja, na escola, nos lugares públicos e até em casa (BOURDIEU, 1997,p.160).

Pode-se pressupor que a hierarquização dos espaços sociais atrelado às distâncias sociais aí engendradas estão associadas ao histórico processo de segregação socioespacial que caracterizou a formação de Maringá. É necessário lembrar que desde o início do seu planejamento essa cidade foi concebida e edificada para agregar população solvável de rendas maiores. Rodrigues (2004) afirma que,

A produção do espaço urbano constituído, não apenas por Maringá, mas por toda a área da RM maringaense, obedeceu desde sua gênese a uma orientação que reproduziu, no território, processos de desigualdade social pela ação do mercado imobiliário. Ao segmentar as áreas a serem comercializadas, segundo as especificidades socioeconômicas dos adquirentes, esse mercado fomentou, ao longo de mais de meio século, uma ocupação residencial claramente segregada (RODRIGUES,2004, p.46).

Em decorrência desses processos engendrados pela ação do mercado imobiliário e que influenciaram diretamente na constituição da área conurbada da Região Metropolitana, podemos pressupor que a segmentação da sociedade, produziu isolamento e distância social que operaram de maneira estrutural na sua organização. Esses processos implicam, necessariamente, na existência da correlata segmentação espacial à medida que esta significa barreiras que bloqueiam inclusive a mobilidade territorial – o que expressaria a divisão social da cidade em segregação residencial e em constituição do podemos denominar de territórios da violência, ou seja, territórios altamente vulneráveis, geralmente caracterizados por condições de abandono da população e distância social.

Distância social é um conceito que está associado à concepção de que o território é concebido como espaço social objetivado, expressando posições ocupadas pelos agentes

sociais em função do total e tipos (econômico, social, político e/ou simbólico) de capital, devido à capacidade diferenciada de apropriação dos recursos nele constituídos (Bourdieu,1997:160). O autor parte da ideia de que os lugares são construídos pela ação dos agentes, esses, por sua vez, agem como mecanismos que estruturam os espaços físicos e sociais e que as proximidades dos diferentes agentes nos espaços físicos determinam, inclusive a troca de disposições, gostos, preferências. Logo, quanto maior a proximidade física maior a interação entre os grupos e quanto mais distantes os agentes no espaço social menores são as chances de interações e troca de capitais. Pois, “ o lugar pode ser definido absolutamente como o ponto *do espaço físico* onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe” (BOURDIEU, 1997, p. 160).

Logo, podemos pressupor a partir desses referenciais, que o aumento da violência urbana está relacionado com a maneira como os espaços sociais são organizados e ainda o local que os agentes ocupam nesse espaço, gerando as desigualdades sociais e econômicas, como aponta Adorno (2002),

...não há como deixar de reconhecer relações entre a persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da concentração de precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal. Mapas da violência, realizados para algumas capitais brasileiras na década passada, indicavam que as taxas de homicídios eram sempre e flagrantemente mais elevadas nessas áreas do que nos bairros que compõem o cinturão urbano melhor atendido por infraestrutura urbana, por oferta de postos de trabalho por serviços de lazer e cultura. (ADORNO, 2002, p.112).

Além disso, o território também influencia, pois as regiões sem infraestrutura e fragmentadas pelas desigualdades sociais são lugares com mais propensão a terem a maior concentração de vítimas de homicídios. Nossa pesquisa empírica buscou evidenciar para os três municípios pesquisados essa associação.

A violência urbana, em especial aquela traduzida pela ocorrência de homicídios, se fez sentir de forma mais aguda no Brasil a partir da década de 1980. Vários estudos, desde os pioneiros da Escola de Chicago³², tentam mostrar a influência da organização e distribuição

³² A Escola de Chicago foi uma das escolas pioneiras no uso da etnografia urbana e ainda foi a primeira que passou a conceber as cidades como um grande laboratório social. Um dos seus principais fundadores foi Robert Park (1864 -1944). E versaram sobre essa relação apresentada o próprio Park e Burgess. FRÚGOLI JR, Heitor. **Sociabilidade Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

do território na problemática social. Compreender e analisar as ocorrências de homicídios por meio das características socioespaciais onde as ocorrências se dão nos possibilitará uma aproximação das determinantes desse fenômeno, sobretudo, identificar se há alguma correlação entre as características socioespaciais do território pesquisado e ocorrências de homicídios.

1.4 O CRESCIMENTO E A DINÂMICA DA VIOLÊNCIA

No período de 1980 a 1996 os índices de violência urbana apresentavam um constante crescimento nas Regiões Metropolitanas Tradicionais³³ e ainda nas capitais brasileiras. Esse crescimento atingia índices de 7,7% ao ano Enquanto que no interior³⁴ dos estados esse índice aumentava em torno de 4,9% ao ano. Esses números indicavam que, nesse período, as muitas modalidades que caracterizam a violência urbana, era um fenômeno que se propagava e atingia principalmente os grandes centros urbanos (WAISELFISZ, 2011).

No entanto, esse fenômeno não se manteve estável e nem apresentou as mesmas características no período posterior pesquisado (1996 a 2003). Esse período é marcado por um decréscimo dos índices nas grandes capitais e Regiões Metropolitanas ao passo que no interior dos estados esse processo ocorreu de forma inversa. O decréscimo foi de 2,6% nas capitais e RM, enquanto que nas regiões consideradas do interior dos estados, passou de 4,9% para 6,5% de crescimento nos índices de homicídios, considerado a mais severa expressão de violência na atualidade (WAISELFISZ, 2011).

³³ As Regiões Metropolitanas pesquisadas nesse estudo realizado pelo Instituto Sangari intitulado “Mapa da Violência 2011 Os jovens do Brasil” foram as 10 RM consideradas mais tradicionais do país sendo, portanto, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

³⁴ De acordo com as definições contidas no Mapa da Violência 2011 os municípios do interior são aqueles que não integram as 10 Regiões Metropolitanas pesquisadas e também não são capitais. Adotamos nessa pesquisa essa divisão apenas como um referencial teórico numa tentativa de entender a dinâmica da disseminação da violência, e, por conseguinte, dos homicídios. Contudo, sabemos que a polarização entre centro e periferia não pode ser explicada apenas por esse viés dada a complexidade do tema.

Essa mesma pesquisa coordenada por Waiselfisz (2011) ainda indicou que no período que compreende os anos de 2003 a 2008 as RM e capitais tiveram um crescimento negativo apresentando índices de -2,8% ao ano. Já a região do interior dos estados continuou com um significativo crescimento nesse período, apresentando um aumento de 3,0% ao ano. Logo, as regiões do interior apresentaram um ritmo inferior de crescimento quando comparado ao período anteriormente pesquisado (1996 a 2003), diferentemente dos outros territórios pesquisados (RM e capitais) que não tiveram nenhum acréscimo em seus índices.

Ao analisarmos esse crescimento sobre as taxas de homicídios notamos claramente o aumento da violência urbana e a reversão na dinâmica ocorrida nesse fenômeno, que outrora atingia os grandes centros e atualmente se desenvolve mais no interior, conforme informações a seguir que apresentam as taxas de homicídios na população de acordo com as áreas pesquisadas (quadro 02).

Quadro 02: Evolução das Taxas de Homicídio na População Total Segundo Área Geográfica. Brasil, 1998, 2008

ÁREA	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Δ%
BRASIL	25,9	26,2	26,7	27,8	28,5	28,9	27,0	25,8	26,3	25,2	26,4	1,9
CAPITAIS	45,3	44,6	45,8	46,5	45,5	46,1	42,4	38,5	38,7	36,6	37,3	-17,7
RM	49,1	49,5	48,9	49,3	48,9	49,1	44,9	40,7	39,9	36,6	37,0	-24,6
INTERIOR	14,0	14,3	15,1	16,3	17,6	17,9	17,2	17,4	18,2	18,5	19,4	38,6

Fonte: Instituto Sangari, Mapa da Violência, 2011.

Nota-se que no decorrer do período pesquisado a área denominada de interior, de acordo com os critérios adotados por WASELFISZ (2011) passa por um constante crescimento nas taxas de homicídios. Apresentando no final do período pesquisado um crescimento de 38,6%. Enquanto que as RM e as capitais no decorrer da pesquisa apresentaram crescimento negativo de -24,6% e -17,7%, respectivamente.

Ao representar esse crescimento em números absolutos obtemos os seguintes dados³⁵: no período de 2000 a 2010 os números de homicídios registrados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) somaram 45.360 ocorrências. Nas capitais e RM foram registrados 32.339 ocorrências no ano de 2000 e 28.797 em 2010, apresentando, dessa forma, uma queda de 3.545 homicídios durante a década pesquisada. No interior dos estados, a realidade

³⁵ Conforme informações extraídas do Mapa da Violência 2012: Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil (2012).

apresenta algumas diferenças, pois os números indicam, que durante o período pesquisado foi registrado um acréscimo de 8.114 homicídios. Sendo, registrados 13.021 no ano de 2000, e em 2010 foram registrados 21.135 ocorrências (WAISELFISZ, 2012).

Waiselfisz (2011) aponta que as diferenças apresentadas nos ritmos de crescimento das taxas de homicídios, ora inertes e ora em declínio, nas RM e grandes capitais e em constante crescimento no interior, engendram o processo denominado de “interiorização da violência”. Esse, por sua vez, pode ser considerado como a migração dos índices de homicídios dos grandes centros para o inteiro dos estados, que, por conseguinte, apresentam uma dinâmica móvel e itinerante.

Esse diferencial de ritmos, com Regiões Metropolitanas e Capitais estagnando ou caindo enquanto o interior continua crescendo, é o que denominamos, já desde os trabalhos de 2002, Interiorização da Violência, indicando uma mudança nos polos dinâmicos. Essa interiorização não significa que as taxas do interior sejam maiores que as dos grandes conglomerados urbanos. Significa, simplesmente, que é o Interior que assume a responsabilidade pelo crescimento das taxas de homicídios, e já não mais as Capitais ou as metrópoles (WAISELFISZ, 2012, p.51).

Entender as mudanças e o dinamismo dos homicídios se faz necessário, pois como aponta o autor o processo de migração dos homicídios não está atrelado ao fato de que nas áreas consideradas como interior que estão concentradas as maiores taxas, mas que se outrora eram as metrópoles e capitais as responsáveis pelo aumento das taxas, na atualidade essa realidade assume outra dinâmica. O entendimento da dinâmica de migração dos homicídios se justifica pelo fato de que 55,1% da população brasileira moram no interior dos estados, isso equivale a 105 milhões de pessoas conforme dados extraídos do Censo do IBGE (2010 apud WAISELFISZ, 2012).

A fim de compreender os processos que compõem o fenômeno de disseminação da violência, Waiselfisz (2012) aponta os possíveis fatores. Dentre eles destaca: I) a emergência no interior dos estados de polos de crescimento que se tornaram atrativos para investimentos e também por apresentarem expansão nos setores de emprego e renda; II) os investimentos³⁶ de recursos aplicados, principalmente para aparelhar o sistema de segurança pública dificultaram a ação da criminalidade organizada que passou a migrar para áreas localizadas no interior dos

³⁶ Investimentos oriundos do Plano Nacional de Segurança Pública (1999) e do Fundo Nacional de Segurança (2001). Conforme informações extraídas do Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil.

estados; III) e a melhora na qualidade do sistema de notificação e coleta dos dados de mortalidade no interior dos estados brasileiros.

Mesmo que haja de fato uma melhora na qualidade dos dados coletados, como, por exemplo, a criação do sistema operacional BO'U no ano de 2005, Waiselfisz (2012) identificou que há um novo dinamismo dos homicídios no Brasil. Esse, por sua vez, está sendo chamado de “interiorização da violência”. O autor classificou esse processo com base na categorização das 10 regiões metropolitanas consideradas tradicionais, juntamente com a inclusão das capitais brasileiras, pode-se dizer que as regiões que não se encontram dentro dessa categoria são consideradas as regiões interioranas. Isso significa que, de acordo com tais pressupostos, a região metropolitana de Maringá que está fora do eixo das grandes metrópoles, e, por conseguinte integra as regiões de interior que está entre as que viram as suas taxas de homicídios crescerem muito, especialmente em Sarandi que tem a maior taxa de homicídios da região.

Contudo, muito embora esse fenômeno seja capaz de explicar, pelo menos em alguns aspectos a dinâmica e o aumento do número de homicídios nas regiões consideradas de interior, Andrade e Marinho (2011) apontam que é necessária uma análise mais atenta desse fenômeno que está sendo “... sustentado pelo aumento das taxas em alguns municípios menores e queda em algumas capitais e RMs” (ANDRADE & MARINHO, 2011, p. 15). Pois, é preciso atentar para o fato de que as Regiões Metropolitanas e as capitais continuam a reunir as maiores taxas de homicídios mesmo havendo uma redução nas capitais, os municípios de seu entorno próximo registram crescimento, como é o caso de Sarandi, área conurbada ao polo metropolitano, que teve um constante crescimento nas taxas de homicídios nos anos de 2007 até 2011.

1.5 REVISITANDO TEORIAS PARA COMPREENDER A VIOLÊNCIA URBANA

Vários estudos³⁷ indicam que o fenômeno da violência urbana vem aumentando nos últimos anos, em especial, a partir da década de 1980. A temática da violência urbana é algo

³⁷ WAISELFISZ, 2011; RODRIGUES E ROMANO, 2010; ANDRADE, 2008, 2010; ADORNO, 2002, 2005; ABRAMOVAY, 2003, SOUZA, 2006.

que vem sendo muito debatida numa tentativa de se conceitualizar esse fenômeno. Um dos principais pressupostos teóricos sobre esse conceito é a perspectiva de Machado (2004). Por isso, apresentaremos de maneira sucinta essa concepção dada a sua importância na área da Sociologia da Violência, da Sociologia Urbana, da Sociologia da Punição entre outros.

Machado (2004) inicia suas análises argumentando que, esse fenômeno na atualidade, assume a maneira de organizar a sociedade. Sendo, regulada principalmente no uso das relações de força e poder. São, portanto, consideradas um conjunto de práticas sociais que tem como princípio operador, o individualismo. Assim, “tomo esse conjunto de práticas como uma das expressões atuais do desenvolvimento histórico do individualismo, ou seja, uma de suas formas cristalizadas, e o focalizo em seu impacto sobre a estruturação das rotinas cotidianas” (MACHADO, 2004, p. 54). Esse se desenvolveu a tal ponto nas sociedades atuais, que o individualismo além de ter como característica a negação do outro também age como mecanismo que estrutura o cotidiano das pessoas, inclusive criando diversas narrativas sobre esse fenômeno.

A percepção da população e ainda as narrativas que são formuladas, tentam explicar as ações e motivos, avaliando dessa forma, as condutas e os fenômenos da vida cotidiana. Possibilitando, “tomar a violência urbana como uma representação coletiva, categoria de senso comum constitutiva de uma ‘forma de vida’” (MACHADO, 2004, p.57). Essa representação social da violência urbana indica as práticas que ameaçam tanto a integridade física quanto a garantia patrimonial, gerando sentimentos de grande insegurança e medo na vida cotidiana das pessoas. Em consequência disso, temos o rompimento dos valores e condutas que são considerados “normais” no nosso cotidiano.

Essa “forma de vida” que é pautada pelo uso da força e que age como um princípio operador que determina a maneira como as pessoas se relacionam na atualidade, não pode ser concebida como algo oriundo de comportamentos isolados. Para Santos (2009) alguns grupos sociais na atualidade orientam suas ações e relações sociais nos princípios de uso da força e prática de violência. Pois, essas práticas estão se articulando a “uma nova ordem social e não apenas um conjunto inorgânico de comportamentos individuais” (MACHADO,2004,p.62). Essa nova ordem não é responsável pela anulação ou até mesmo esfacelamento dos padrões tradicionais de sociabilidade que são regulados na esfera do Estado. Ao contrário, esse novo

formato de sociabilidade denominada por Machado (2004) como “sociabilidade violenta” é tido como um padrão que age por “convivência, por contiguidade e não como ‘luta de valores’, entre os dois padrões” (MACHADO, 2004, p.62).

Os sentidos atribuídos, pela população, à violência urbana ocasionam a fragmentação das rotinas cotidianas. Isso significa que esses atributos validam essa nova ordem social, ora reorganizando e ora fragmentando a vida diária. Há em curso uma mudança, para o autor, na maneira como as pessoas se relacionam.

Vários são os pressupostos teóricos³⁸ e concepções que supõe a ideia de que o aumento das taxas de homicídios está diretamente vinculado com aspectos socioeconômicos e territoriais. Contudo, as análises com foco específico nessa relação não respondem mais a complexidade das muitas modalidades de violência, pois “a hipótese de que a pobreza e a desigualdade aumentam a violência se fundamenta em teorias que se referem basicamente aos autores dos crimes e não às vítimas” (CANO; SANTOS, 2007, p.81). Na última década o país passou por transformações econômicas que resultaram numa redução significativa da pobreza, no alargamento da classe média e no aumento do poder de compra do brasileiro (MDS, 2010)³⁹. *Pari passu* a essa nova realidade, nota-se que as taxas de homicídios continuam em um constante crescimento, principalmente nas regiões do interior dos estados brasileiros (WASELFISZ, 2011). Isso significa que, de fato, o aspecto econômico não é o único mecanismo que determina o crescimento das taxas de homicídios no Brasil.

Diante disso, se faz necessário entender e analisar qual a relação que o aumento das taxas de homicídios, em alguns territórios, estabelece com a organização espacial das cidades e ainda qual a ligação existente entre os processos de segregação social e espacial. Como é o caso de Maringá que teve um planejamento estratégico no qual a determinante máxima era o poder de compra de seus moradores. Muito embora esse modelo urbanístico tenha feito do município maringaense um modelo de cidade, ela tem em seu entorno um território com altas taxas de homicídios.

³⁸ Informações extraídas da obra “São Paulo Segregação. Pobreza e Desigualdades Sociais” Org.: Eduardo Marques e Haroldo Torres. O livro trás logo nos primeiros capítulos um panorama da sociologia urbana brasileira na década de 1970 demonstrando o foco dos estudos desenvolvido naquele período.

³⁹ Informações extraídas do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 19 de maio de 2012.

As práticas que são constantemente operadas por alguns grupos geram grandes impactos na sociedade, como exemplo, observamos a escalada nas taxas de homicídios. Essas, por sua vez, são reflexos da ruptura do tecido e das relações sociais, Misse (2008) e Machado (2004). As formas tradicionais de sociabilidade pautadas, principalmente na solidariedade, passam a dar lugar a um modelo regulado pela constante negação, distanciamento e até eliminação do outro. Para esses autores, o que está em curso de fato na sociedade contemporânea é uma sociabilidade definida por estilos violentos que em nada lembram os valores relacionados à solidariedade ou altruísmo identificados como fatores de coesão e integração social.

Essa nova sociabilidade estaria sendo forjada como efeito dos processos de exclusão social e econômica cujas raízes se encontram na fragmentação social que o território urbano experimenta na atual fase de crescimento das áreas urbanas e metropolitanas (GUIMARÃES; CAMPOS, 2008). Essa fase de desenvolvimento além de engendrar esse novo tipo de sociabilidade ainda concebe que em áreas urbanas e metropolitanas brasileiras os processos de segregação social e espacial sejam cada dia mais aprofundados.

Os processos de exclusão social e econômica em curso nas grandes cidades e áreas metropolitanas serão tratados nessa pesquisa como sinônimos de segregação. Para tanto, tomaremos como pressuposto o modelo de segregação residencial e os seus possíveis impactos na criação de territórios que se constituem historicamente de maneira fragmentada, por exemplo, a área conurbada da Região Metropolitana de Maringá.

A perspectiva teórica sobre o conceito de segregação, desigualdade social e exclusão social foi por muito tempo entendido na sociologia brasileira, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980 como processos que impactariam a vida cotidiana de grupos localizados nas periferias urbanas. Isso significa, que de maneira geral, até então os trabalhos que versavam sobre essa temática evidenciavam a constituição de locais periféricos homogêneos engendrados, principalmente pela não atuação de ações e políticas de planejamento urbanas geridas pelo Estado e governos municipais.

Para Marques (2005) é preciso repensar essa homogeneidade, pois os espaços mesmo sendo classificados como de periferias apresentam características sociais distintas. Os mecanismos e processos de segregação foram amplamente utilizados em muitas análises

desde a década de 1970. Nesse sentido entende-se por segregação os vários processos capazes de produzir separação e desigualdades nos espaços sociais, ou seja, “por segregação se nomeavam os heterogêneos processos que produziam separação e concentração de grupos sociais, assim como produziam e reproduziam desigualdades sociais no espaço” (MARQUES, 2005, p. 31). Para o autor, a segregação socioespacial é marcada por três processos: o primeiro implica o total isolamento social e apartação, é característico de guetos ou ainda cidadelas. Substancialmente as barreiras físicas agem como agentes definidores para entrar na cidadela ou sair do gueto, essas por sua vez, limitam o acesso e a circulação de pessoas, assim, como por exemplo, os entraves fortificados que operam como barreiras físicas (CALDEIRA, 2000). Os guetos nessa perspectiva agem como mecanismos limitadores físicos e legais para a mobilidade de seus moradores para outras partes da cidade.

O segundo processo ressaltado pelo autor e que se refere às muitas análises que versam sobre o conceito de segregação são as desigualdades de acesso a políticas públicas e ainda desigualdade nas condições de vida em que os diferentes grupos sociais estão submetidos nos espaços urbanos. E em terceiro lugar o conceito de segregação denota a ideia de separação, ou melhor, os padrões de semelhança e diferença que determinam a distribuição dos grupos sociais no espaço urbano (MARQUES, 2005). Ou seja, nessa perspectiva o conceito de segregação está relacionado à ideia de separação que impacta diretamente nas formas de acesso a oportunidades e serviços.

Entende-se que esse conceito está atrelado e vinculado a uma ampla produção de estudos. Contudo, será utilizado nesse trabalho o conceito de segregação associado especialmente à questão residencial e como esse mecanismo ocasiona os processos de isolamento social. Os diversos espaços urbanos apresentam lugares e grupos sociais distintos. Assim como o acesso a equipamentos materiais e simbólicos também apresentam essa mesma característica. Essa realidade determina que alguns grupos tenham mais possibilidade de acessar os recursos do que outros e, por conseguinte, esse acesso é definido pela localização espacial nos quais os indivíduos estão inseridos dentro das cidades e ainda pela possibilidade de alguns grupos aumentarem, por meio desses recursos, o seu bem estar social. Um exemplo disso é a presença de equipamentos urbanos em determinadas localidades dos municípios, melhorando a qualidade e as condições de vida de seus moradores (RIBEIRO, 2003).

No entanto, como as muitas localidades possuem características diversificadas, um mesmo município pode apresentar territórios com muita precariedade de equipamentos e outras localidades com ampla disponibilidade desses recursos, como exemplo disso são as áreas centrais. Essas áreas são ocupadas por pessoas de camadas superiores, ocasionando o surgimento de territórios específicos também para grupos específicos. O surgimento desses territórios impacta diretamente na organização social das cidades, agindo como um mecanismo que opera como um impeditivo, no processo chamado de “mistura social”, Conforme aponta o autor:

[...] o aumento da segregação residencial na medida em que surgem bairros exclusivos das camadas superiores, ao mesmo tempo em que as camadas médias, e, eventualmente, as inferiores em processo de mobilidade social descendentes, são deslocadas para outros bairros, diminuindo, assim, o grau de mistura social das cidades. Esta tendência estaria sendo reforçada pelo surgimento de novos grupos sociais, com alta renda e portadores de novos modelos culturais, o que se traduz na busca de localização exclusivista na cidade como forma de construção do seu reconhecimento social (RIBEIRO, 2003, p.3).

A busca por uma localização exclusiva nas cidades as dividiu socialmente e são responsáveis pelo fortalecimento de processos altamente segregadores capazes de segmentar e diferenciar os grupos. Pois a lógica excludente desses processos modifica, inclusive o formato das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos. Isso significa que se faz necessário analisar, nesse trabalho, as principais diferenças entre os processos que estão em curso nas sociedades atuais e que são substancialmente responsáveis pelo modelo em que as cidades estão organizadas social e espacialmente. Esses processos são intitulados de diferenciação, segmentação e segregação, e serão apresentados nessa pesquisa de acordo com os apontamentos realizados por Ribeiro (2003) e Katzman (2001).

O conceito de segregação remete a ideia de separação e exclusão de determinados grupos ao conjunto da sociedade, ou seja, podemos dizer que as relações sociais entre determinados grupos se tornam, praticamente inexistentes (KATZMAN, 2001). Essa separação decorre e é engendrada principalmente pela localização espacial das residências no território. Isso significa que muito provavelmente os moradores localizados nas áreas centrais terão acessos a recursos e equipamentos que os moradores de áreas de periferias não terão.

Já o conceito de diferenciação social é definido pela especialização das tarefas oriundas da divisão social do trabalho. Essa divisão do trabalho é responsável pela produção de diferentes atributos tais como: recursos, poder, prestígio e status social que se constituem como categorias sociais. Essas, por sua vez, ocupam espaços específicos de acordo com as diferenças que as constituem, ou seja, as relações nesse caso são estabelecidas de acordo com a divisão social do território.

Além dos processos de segregação e diferenciação, apontados por Ribeiro (2003), a divisão social da cidade, expressa ainda processos que segmentam a sociedade. Grosso modo, a segmentação social é determinada pelas barreiras, materiais e simbólicas, que impedem a mobilidade dos agentes dentro das diversas categorias. Essa segmentação social ocasiona o surgimento da segmentação espacial, ao passo que as barreiras existentes bloqueiam inclusive a mobilidade territorial dentro do espaço urbano.

Com todos esses processos de exclusão, diferenciação e segmentação, podemos dizer que há duas concepções capazes de explicar o conceito de segregação. A primeira é a diferença de localização que um grupo ocupa em relação a outro. Nessa definição a distância espacial expressa a distância social que existe entre os diferentes grupos. Esses, por sua vez, se agrupam de acordo com características étnicas raciais e também por posição e status social. Esse agrupamento age com a finalidade de que determinados grupos se mantenham distantes dos efeitos fragmentadores oriundos de muitas personalidades existentes no meio social. “Neste sentido, a segregação residencial é produto de escolhas individuais, isto é, efeito de suas escolhas.” (RIBEIRO, 2003, p.12). Já a segunda concepção tratada se refere à segregação como um processo que indica as desigualdades na maneira como o território está organizado. Sendo, portanto, a maneira como os bens materiais e simbólicos estão distribuídos no espaço urbano, por conseguinte, reflete também as desiguais chances de acesso a esses bens e também aos recursos.

A espacialização hierárquica da sociedade de acordo com atributos materiais e simbólicos, que geram, dentre outras coisas, processos de segregação, são muito perceptíveis na constituição das localidades atualmente denominadas de Maringá, Sarandi e Paiçandu, como Rodrigues (2004) demonstrou, essas municipalidades foram forjadas tendo em vista um projeto que visava a preservação de Maringá. Essas por sua vez, como já afirmadas reiteradas

vezes, tinha por função ser um polo e Sarandi e Paiçandu (PLHIS, 2007), receberam um grande contingente de pessoas que não conseguiam residir no polo, objetivando o processo de segregação socioespacial que caracteriza essa espacialidade desde sua criação.

RETRATO DOS HOMICÍDIOS NA ÁREA DE ESTUDO

“O século vinte será lembrado como um século marcado pela violência. Em uma escala jamais vista e nunca antes possível na história da humanidade, ele nos oprime com seu legado de destruição em massa, de violência imposta. Mas esse legado - resultado de novas tecnologias a serviço de ideologias de ódio – não é o único que carregamos, nem que devemos enfrentar. Menos visível, mais ainda mais disseminado, é o legado do sofrimento individual diário. É a dor das crianças que sofrem abusos provenientes das pessoas que deveriam protegê-las, mulheres feridas ou humilhadas por parceiros violentos, pessoas idosas maltratadas por aqueles que são os responsáveis pelos seus cuidados, jovens oprimidos por outros jovens e pessoas de todas as idades que infligem violência contra si próprias. Nelson Mandela

2.1 RELATO DE CAMPO: PERCURSO, SENTIMENTOS E IMPRESSÕES.

Nesta seção apresentaremos o relato do campo realizado frente às Delegacias de Polícia Civil dos municípios de Maringá e Sarandi e do Destacamento da Polícia Militar de Paiçandu e também um retrato dos homicídios nesses municípios.

Essa pesquisa teve início em março de 2011 com término em janeiro de 2013. O objetivo foi realizar um levantamento sobre as ocorrências de homicídios registrados nos municípios de Sarandi, Maringá e Paiçandu. O levantamento pressupunha a identificação do local de moradia e de morte da vítima, apenas das vítimas. Juntamente com esses dados foram também colhidos dados sobre o perfil dessas vítimas. Optamos em realizar essa pesquisa junto a esses órgãos por que a fonte mais acessada sobre mortalidade, como o DATASUS⁴⁰, não fornece o local de moradia e de morte da vítima. Por isso se justifica a entrada ao campo.

A metodologia utilizada para atingir tal objetivo, envolveu pesquisa de documentos e trabalho de campo, o qual foi realizado junto às delegacias da Polícia Civil dos municípios de Maringá e Sarandi e no Destacamento da Polícia Militar do município de Paiçandu, localizadas na região norte do estado do Paraná. Durante o percurso do trabalho de campo pude colher as impressões, sentimentos e diversos olhares que foram muito relevantes para a composição deste relato.

Em março de 2011 iniciei a minha pesquisa entrando primeiramente em contato com os responsáveis pela Delegacia no município de Sarandi⁴¹. Expliquei o motivo da pesquisa e, que o acesso aos dados estava diretamente associado ao desenvolvimento e conclusão da pesquisa. Os dados me foram repassados com muita presteza. Essa Delegacia faz um levantamento anual sobre os homicídios, logo os relatórios estavam todos classificados ano a ano. A única exigência era que não fossem divulgados os nomes dos envolvidos, nem do assassino e nem da vítima. Pois, de acordo com o responsável, a divulgação poderia interferir na investigação policial. Nessa Delegacia, fui apenas duas vezes até conseguir todos os dados solicitados. Na primeira visita, por ter tido que esperar uns 30 minutos até ser atendida pelo

⁴⁰ **DATASUS** é o nome do departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil. Trata-se de um órgão da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde com a responsabilidade de coletar, processar e disseminar informações sobre saúde. Disponível in www.saude.gov.br acesso dia 02 de novembro de 2012.

⁴¹ Essa delegacia está sediada na Rua Guiapó, n° 666- Centro- Sarandi (PR).

responsável, observei a estrutura física e ainda o contingente de pessoas que formavam o quadro de funcionários dessa instituição. Identifiquei que, a parte de estrutura física do prédio da Delegacia parecia não comportar nem o contingente de detentos e nem de funcionários. Nesse mesmo dia, 22 de março, o Chefe da Carceragem me informou que havia 148 detentos em um espaço que comportava apenas 40. Um espaço muito reduzido e que acomodava de maneira precária todos aqueles presos, algo que é considerado recorrente na grande parte das Delegacias do Brasil.

Contudo, após explicar para o Investigador Chefe o motivo da minha pesquisa, ele prontamente me forneceu uma cópia de todos os inquéritos referentes ao período de 2007 a 2011, que por sinal estavam todos digitalizados e desagregados ano a ano. Depois disso iniciei a tabulação e organização dos dados extraídos dos inquéritos, que inclusive continham além do local de moradia da vítima e ainda do homicídio, alguns dados sobre o perfil das vítimas, sendo: a idade, o sexo, o meio empregado na realização do homicídio, o horário da ocorrência, o dia em que ocorrera o homicídio.

No mês de julho do mesmo ano, após ter tabulado os dados no software SPSS, retornei a delegacia somente para confirmar o total de homicídio ocorrido no ano de 2010, pois de acordo com a minha contagem, havia divergência quanto ao total. Essa visita foi muito breve, fiquei na Delegacia cerca de uns 30 minutos e, após conversar com o responsável as minhas dúvidas foram todas sanadas.

Pari Passu com a pesquisa de campo na Delegacia de Sarandi, eu iniciei o campo no município de Paiçandu (PR), mais especificamente no dia 15 de março de 2011. Essa, por sua vez, ocorreu com um pouco mais de trabalho, pois de acordo com o escrivão responsável a delegacia de Polícia Civil não tinha o controle sobre os dados. Fiquei muito apreensiva e logo pude constatar que de fato, a pesquisa de campo é uma “caixa de surpresas”, pois, nesse momento percebi que talvez não conseguisse ter acesso aos dados necessários. Contudo, o responsável pela Delegacia Civil do município me colocou em contato com o Comandante da Polícia Militar. Estabeleci contato com Comandante por telefone, e passado três dias eu fui pessoalmente à instituição. Chegando lá, adotei o mesmo procedimento de explicar a minha pesquisa e que a realização dela estava diretamente atrelada às informações extraídas dos inquéritos policiais. O Comandante disse que não teria como me fornecer naquele momento

esses dados, por que ele não teria essas informações digitadas e nem organizadas. Contudo, na próxima semana, a pedido do próprio comandante, eu voltei no Destacamento da Polícia Militar e todas as informações solicitadas me foram repassadas. Os dados estavam organizados em um quadro e separados ano a ano, dessa vez os dados foram disponibilizados em um documento impresso. Todos os homicídios estavam organizados e, neste caso não me foi repassado o banco de dados digitalizado.

Como a minha ida ao campo, no município de Paiçandu se resumiu em apenas duas vezes, pude observar que, o ambiente de trabalho, pelo menos nesse Destacamento, é bem mais estruturado do que, por exemplo, da Delegacia Civil. Isso se deve, principalmente pelo fato de que o primeiro espaço não é destinado para detentos que ficam esperando a transferência para as Penitenciárias. Como as Delegacias não constam com nenhuma pessoa responsável pela tabulação e mensuração dos homicídios me comprometi, frente à essas instituições disponibilizar uma cópia final da dissertação.

Decidi que eu iria à delegacia de Maringá após terminar de organizar, tabular e realizar a leitura dos dados de Sarandi e Paiçandu. O que demorou mais ou menos uns 06 meses. No mês de setembro de 2011 comecei a estabelecer contato com o responsável. Contudo, na Delegacia de Maringá perdi muito tempo para conseguir entrar em contato com o delegado responsável. Liguei todos os dias durante uns 15 dias, a fim de marcar uma reunião para explicar o motivo pelo qual se justificava a solicitação dos dados. Como não conseguia estabelecer nenhum contato por telefone, pois sempre que eu ligava o responsável pelo controle desses dados não podia me atender, dada a quantidade de trabalho que ele coordenava. A recepcionista, muito amigável sempre me orientava para eu ligar no período da manhã, pois assim ela me disse que seria mais fácil encontrá-lo. Depois de várias ligações e tentativas fui à delegacia e esperei. Cheguei lá em uma manhã de sexta feira do mês de setembro de 2011 e me informaram que o responsável estava de folga, e que como eu já havia dito que se tratava de uma pesquisa da Universidade Estadual de Maringá, era para eu retornar na próxima segunda feira que eu iria conseguir solicitar os dados sobre os homicídios ocorridos nesse município.

Cheguei lá por volta das 08h30min de uma manhã de segunda feira, era dia 26, e apenas consegui falar com o responsável às 11h45min. Quando eu expliquei ao delegado

chefe sobre a pesquisa ele prontamente me disse que as portas da delegacia estavam abertas para mim e para o pessoal afeto ao Observatório das Metrópoles, pois algumas parcerias já haviam sido feitas em períodos anteriores por essas instituições. Sai de lá muito feliz por ter dado tudo certo e, ainda por ter presenciado o entusiasmo do Delegado por eu ter me comprometido, mais uma vez, a fornecer o material da pesquisa, pois ele me perguntou se a Delegacia poderia usar os dados. Posterior a isso, o informei que a pesquisa, depois de publicada, era de domínio público.

Dessa forma, na manhã do dia 27 de setembro de 2011 iniciei a pesquisa de campo. Comecei a verificar os inquéritos policiais, isso significava que eu tinha, naquele momento, acesso a toda documentação de cada caso. Os inquéritos eram compostos por Boletim de Ocorrência preenchidos pela Polícia Militar, os relatórios dos investigadores da Polícia Civil, o relato de prováveis envolvidos e ainda das testemunhas, os despachos dos juízes e as fotos do local do homicídio e das vítimas, entre outros. Entretanto, de toda aquela documentação o que me interessava era identificar o local de moradia da vítima bem como o local do homicídio. Neste mesmo dia fui identificando nos documentos, os dados que me interessavam. A coleta de informações nessa instituição foi diferente do realizado em outras delegacias, que praticamente me forneceram os dados em planilhas e tabelas. Através da leitura dos depoimentos dos familiares das vítimas, dos suspeitos em praticar os homicídios pude ter contato com um pouco da história de todas aquelas pessoas. Os documentos dispostos nos inquéritos policiais também possibilitavam contato visual por meio das fotos tiradas, pelos investigadores, da vítima no local do crime. Por desconhecer quais eram os documentos que integravam os inquéritos policiais, fiquei um tanto chocada com aquelas imagens.

As informações não foram todas coletadas nesse mesmo dia, isto é por conta da quantidade de inquéritos precisei retornar outras vezes. Mas, na primeira visita, que eu iniciei a coletas das informações, sai da delegacia, com todas aquelas informações, histórias e imagens fervendo em minha mente. Não conseguia me separar do meu objeto de pesquisa, ficava pensando na história daquelas vítimas, em que condições haviam vivido para ter acabado daquela maneira. Vinha-me à cabeça a todo instante, qual seria a percepção da família, mãe, pai, esposa, filhos sobre como era ter alguém tão próximo morto em

circunstâncias tão severas. Confesso que naquela noite nem dormi direito, pois meu pensamento me levava e me levava para aquela realidade.

Três dias depois, mais especificamente no dia 30 de setembro 2011, retornei a delegacia pensando em uma maneira de não ficar tão envolvida com a história de vida daquelas pessoas que compunham aqueles dados. Então, recolhia os dados e não lia os depoimentos e nem olhava as imagens. Com essa técnica eu conseguia fazer a minha pesquisa sem me envolver tão profundamente com aquilo tudo. Pude assim, me distanciar do objeto. E dessa maneira eu consegui ir ao campo nos dias e semanas subsequentes. Normalmente, eu chegava às 09 horas da manhã e encerrava o campo ao meio dia. Como os inquéritos tramitavam entre a Delegacia, as varas criminais e o fórum tinham dias que eu conseguia coletar as informações de apenas 01 inquérito, ou seja, de apenas uma vítima.

No entanto, esse distanciamento durou pouco. Era dia 21 de novembro, e ao analisar um inquérito sobre o homicídio de uma senhora de 76 anos vítima de espancamento, novamente me entristeci muito. Nessa hora eu pensava como eu pude optar por uma pesquisa tão pesada e que me causava tantos sentimentos. Fui embora e o percurso da delegacia até a minha casa, fui chorando. Pensava como uma pessoa naquela idade podia ter sido submetida a uma situação de maus tratos a ponto de lhe causar a morte, uma pessoa que muito provavelmente havia trabalhado a vida toda. E, se eu tinha conseguido me manter distante do objeto por um tempo, naquela hora eu me aproximei novamente.

No final do dia pensava que a relação entre sujeito e objeto ou pesquisador e pesquisado, que tanto eu havia estudado na faculdade se pautava, nesse caso, por uma linha muito tênue. E também que a distância que nos separava, por não conhecer todas aquelas pessoas, naquele momento era tão pequena e frágil.

Como eu fui muitas vezes nessa instituição pude me atentar mais para a parte da infraestrutura. Eu coletava as informações e as digitava diretamente no meu computador em planilhas do Excel. Como a Delegacia de Maringá tem uma estrutura reativamente um pouco melhor às demais, eu ficava em uma sala que tinha apenas uma mesa, uma cadeira e um ventilador. Havia mais ou menos umas 07 salas dedicadas aos investigadores, escrivães e delegado, todos de uma forma ou de outra, são responsáveis pelas investigações e inquéritos sobre homicídios. Cada sala tinha um computador, mesa, cadeira, ventilador e um armário.

Contudo, apesar de ter um espaço físico considerado adequado, constantemente ouvia os investigadores reclamarem que os computadores eram ruins a ponto, por exemplo, de não conseguir rodar um vídeo que serviria de prova em uma ocorrência de homicídio.

Mas, mesmo com as impressões que me deixavam, de certa forma muito triste, eu precisava concluir a minha pesquisa e me distanciar do meu objeto. Os inquéritos, principalmente os registrados no ano de 2007 e 2008 estavam muito difíceis de serem localizados, isso por conta que muitos já haviam sido julgados e arquivados, outros estavam tramitando no fórum e varas criminais. Por sugestão da escritã, que por sinal me ajudou muito na conclusão do trabalho de campo, passei a realizar visitas a cada 15 dias. Dada a dificuldade em localizar os inquéritos fiquei indo a campo até janeiro de 2013. O que me fez inclusive rever o cronograma já que a pesquisa nessa delegacia durou uns 18 meses. Finalizei a ida ao campo no dia 15 de janeiro de 2013, com todos os dados necessários coletados. Como eu já estava organizando todas as informações coletadas, no mesmo dia eu finalizei a tabulação e organização de todos os dados, que culminou com a elaboração de um Retrato dos homicídios para Maringá, Sarandi e Paiçandu.

2.2 RETRATO DOS HOMICÍDIOS NA ÁREA DE ESTUDO

Levando em conta o perfil das vítimas dos homicídios ocorridos em Maringá, Sarandi e Paiçandu, apresentaremos os resultados da pesquisa realizada nas unidades da Delegacia de Polícia Civil e do Destacamento da Polícia Militar.

Os dados se referem à descrição do total de 392 homicídios praticados no período de 05 anos nos municípios conurbados. Serão reveladas as informações apenas sobre a vítima, em especial o sexo, o instrumento utilizado, a faixa etária, a data da ocorrência dos homicídios, o horário da ocorrência e ainda o local de moradia da vítima bem como o local de ocorrência do homicídio. Aspectos como cor, estado civil e escolaridade das vítimas não serão descritos nesse trabalho dada a precariedade com que os B.O's e inquéritos policiais são preenchidos, tanto pela Polícia Militar quanto pela Civil dos três municípios. A identificação

do local de moradia e do local da ocorrência dos homicídios nos possibilitará mapear quais são os territórios que apresentam as maiores taxas de homicídios, e, por conseguinte, verificar se há alguma relação com as características socioeconômicas desses territórios.

Os municípios de Paiçandu, Sarandi e Maringá apresentaram um crescimento significativo das taxas de homicídio nos últimos anos, conforme tabela (02) a seguir:

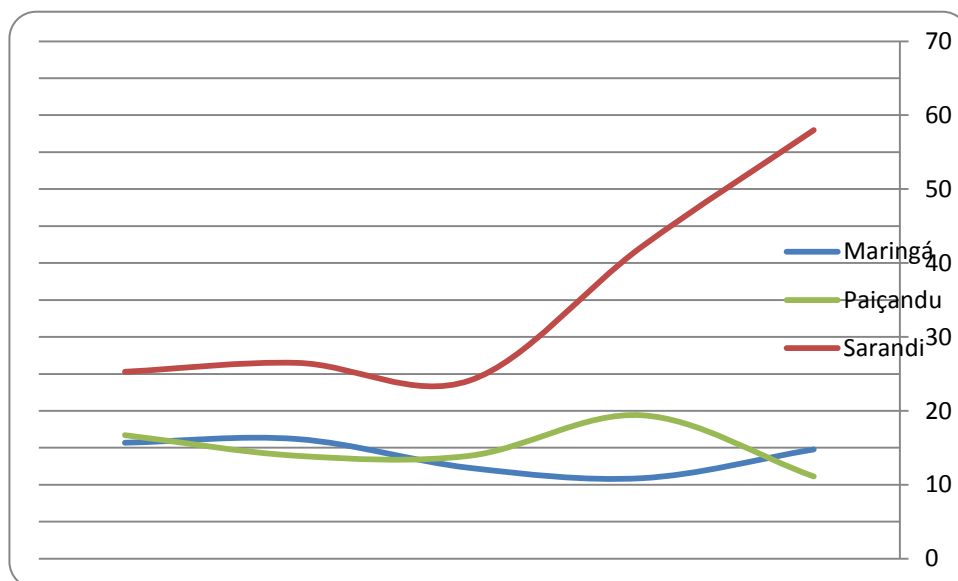
Tabela 2: Total e Taxa* de homicídios nos municípios de Maringá (PR), Sarandi (PR) e Paiçandu (PR) no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.

	2007		2008		2009		2010		2011	
Município	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa
Mgá	43	13,2	38	11,4	43	12,8	38	10,9	54	14,9
Sdi	21	26,3	22	26,3	20	23,6	35	42,2	51	60,9
Pçdu	6	17,3	5	13,7	5	13,5	7	19,4	4	11,0

Fonte: Boletins de Ocorrência das unidades locais de Delegacias de Polícia Civil dos municípios de Maringá (PR) e Sarandi (PR) e do Destacamento da Polícia Militar do município de Paicandu (PR). Taxa calculada pela autora tendo em vista os critérios definidos pela Organização Mundial da Saúde. Foi utilizada para o cálculo da taxa de homicídios a estimativa populacional do IBGE para os anos de 2007, 2008, 2009 e 2011. Para o ano de 2010, o dado populacional do Censo Demográfico – IBGE. *Taxa por cada 100 mil habitantes.

Os municípios pesquisados apresentaram taxas de homicídios muito diferentes entre si. O polo metropolitano apresentou nos anos de 2007 e 2008 taxas que poderiam ser consideradas, de acordo com a classificação da OMS, como “média baixa”. Nos anos de 2008 e 2010 há uma redução significativa passando de 11,4 para 10,9/100 mil, respectivamente. No ano de 2011 a taxa volta a apresentar crescimento, saltando para 14,9. Logo, a taxa média contabilizada pelo município durante o período pesquisado foi de 12,6 homicídios para cada 100 mil habitantes. Por outro lado, em Paiçandu os índices tiveram uma queda significativa no ano de 2011, Sarandi apresentou um acentuado crescimento nos anos de 2010 e 2011 (gráfico 01), ocupando lugar de destaque no panorama local das ocorrências de homicídios.

Gráfico 01: Evolução das taxas de homicídios nos municípios de Maringá, Sarandi e Paçandu no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.



Fonte: Boletins de Ocorrência das unidades locais de Delegacias de Polícia Civil dos municípios de Maringá (PR) e Sarandi (PR) e do Destacamento da Polícia Militar do município de Paçandu (PR).

Em relação ao perfil das vítimas, nessas municipalidades observou-se que, eram predominantemente homens e jovens. A arma de fogo foi o meio mais utilizado na perpetração das ocorrências, em torno de 80% delas registradas empregaram esse meio. Essa realidade ocorre também no restante do país⁴².

Demais aspectos sobre o perfil das vítimas serão pormenorizados nas seções subsequentes, que demonstrarão o diagnóstico feito para cada território, a fim, de identificar se nas municipalidades pesquisadas o perfil das vítimas de homicídios apresentam algumas características semelhantes à do território nacional. E mesmo se tratando de um território conurbado e com alto grau de integração os dados revelam alguma especificidade nos municípios de Sarandi e Paçandu face ao polo metropolitano.

⁴² Relatório sobre Mortalidade por Armas de Fogo no Brasil 1991-2000.

2.3 HOMICÍDIOS NO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU- PR

O território de Paiçandu-PR, localizado a oeste do polo metropolitano, apresenta taxas de homicídios muito semelhantes ao polo metropolitano. Diferentemente, por exemplo, do território de Sarandi, conforme constataremos no decorrer dessa pesquisa.

Durante o período de 2007 a 2011 os dados que compõem essa pesquisa demonstram que o município contabilizou em números absolutos o total de 27 ocorrências de homicídios. Apresentando, para o período pesquisado taxas por 100 mil habitantes que oscilaram entre 11,1 e 19,4. Sendo, portanto, considerado um território que possui uma taxa de homicídios classificada como média alta, conforme definição da Organização Mundial da Saúde (OMS). Como o município apresenta um registro baixo de homicídios frente aos demais municípios pesquisados, alguns dados apresentados não serão desagregados.

Ao analisarmos a quantidade de ocorrência em cada ano, apenas no período de 2010 e 2011 tivemos uma redução de aproximadamente 57%. Ou seja, diminuiu de 07 para 04 ocorrências, respectivamente. Abaixo demonstraremos (quadro 03) os índices e as taxas de homicídios em cada ano pesquisado na municipalidade de Paiçandu.

Quadro 03: Total e taxa* de homicídios no município de Paiçandu-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.

Município	Total 2007	Taxa 2007	Total 2008	Taxa 2008	Total 2009	Taxa 2009	Total 2010	Taxa 2010	Total 2011	Taxa 2011
Paiçandu	6	17,3	5	13,7	5	13,5	7	19,4	4	11,1

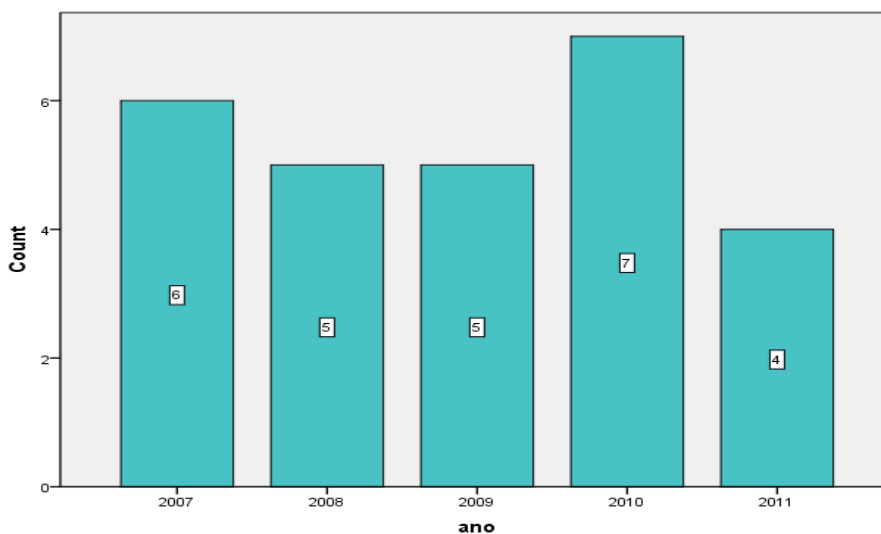
Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local do Destacamento da Polícia Militar do município de Paiçandu- PR. Taxa calculada pela autora tendo em vista os critérios definidos pela Organização Mundial da Saúde. Foi utilizada para o cálculo da taxa de homicídios a estimativa populacional do IBGE para os anos de 2007, 2008, 2009 e 2011. Para o ano de 2010, o dado populacional do Censo Demográfico – IBGE. *Taxa por cada 100 mil habitantes

Mesmo que o confronto entre policias, não seja objeto dessa pesquisa, faz-se necessário indicar a quantidade de homicídios que foram registrados entre esses confrontos. No ano de 2009 houve no município 04, representando, caso fossem computadas, 45% das ocorrências registradas nesse período. Essas foram mortes oriundas entre confronto com

Policiais Rodoviários e Civis. Essas mortes não compõem os dados, pois não são classificados como homicídios, (mesmo do ponto de vista legal o policial agindo em legítima defesa ainda sim não altera a definição legal de homicídio doloso) e sim recebem a denominação de “auto de resistência seguido de morte”. Ou seja, resistência à autoridade (CANO e SANTOS, 2007). Em pesquisa realizada por LEMGRUBER (2007) evidenciou-se que a polícia do Rio de Janeiro no ano de 2002 foi responsável pela morte de 900 pessoas, em São Paulo esse número saltou para mais de 1000 mortos. Enquanto que, as polícias dos Estados Unidos (que é considerada uma força violenta) matam, anualmente no país todo cerca de 300 pessoas.

O gráfico (02) revela em números absolutos as ocorrências de homicídios em Paiçandu, indicando a maior concentração no ano de 2007 e 2010, registrando 6 e 7 ocorrências, respectivamente. Em 2011, houve um decréscimo nas ocorrências registradas, reduzindo em mais de 50% a quantidade de homicídios nesse território.

Gráfico 02: Total de homicídios no município de Paiçandu- PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.



Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local do Destacamento da Polícia Militar do município de Paiçandu- PR.

A pesquisa aos boletins de ocorrências (B.O) nos revelou que o sexo das vítimas, nas municipalidades pesquisadas, está um pouco acima do padrão nacional, que registra cerca de 80% das vítimas de homicídios sendo do sexo masculino. Isso significa que, também nestas

espacialidades, os homens foram as principais vítimas dessa modalidade de violência, assim como os apontamentos realizados por Adorno (2005) e ainda pela OMS (2002). Os dados oscilaram entre 85,2% em Paiçandu, 87% em Maringá e 91,78% em Sarandi (tabela 02).

Mesmo com a grande percepção social da violência e de que esse fenômeno possa se estender a todos os cidadãos, o que está em curso, de fato, é que ela não atinge na sociedade os indivíduos de maneira eventual. Alguns grupos apresentam riscos muito superiores aos dos outros, como é o caso das vítimas serem preferencialmente do sexo masculino (CANO; RIBEIRO, 2007). Esse padrão ocorre em todas as regiões do Brasil e destacamos que assume as mesmas características na área conurbada da Região Metropolitana de Maringá (tabela 03):

Tabela 03: Sexo das vítimas de homicídios nos municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.

Município	% de vítimas do sexo masculino	% de vítimas do sexo feminino
Maringá	87,04	12,5
Sarandi	91,78	8,22
Paiçandu	85,20	14,81

Fonte: Boletins de Ocorrência das unidades locais de Delegacias de Polícia Civil e Militar dos municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu.

O mês que computou a maior incidência de ocorrências de homicídios em Paiçandu durante o período pesquisado foi o mês de maio com 14,8% do total. Os meses de janeiro, fevereiro, março e outubro mantiveram a média de 11,1% das ocorrências, conforme informações a seguir (tabela 04).

Tabela 04: Mês das ocorrências de homicídios em Paiçandu - PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011

Mês dos homicídios	2007	2008	2009	2010	2011	Total	% sobre o Total
Janeiro	01	-	01	01	-	03	11,1
Fevereiro	01	—	-	-	02	03	11,1
Março	-	01	-	-	-	01	3,7
Abril	-	-	01	02	-	03	11,1
Maiο	03	-	01	-	-	04	14,8
Junho	-	01	01	-	-	02	7,4
Julho	-	01	-	-	-	01	3,7
Agosto	-	-	-	02	-	02	7,4
Setembro	-	01	-	01	-	02	7,4
Outubro	-	01	-	01	01	03	11,1
Novembro	-	-	01	-	01	02	7,4
Dezembro	01	-	-	-	-	01	3,7
Total	06	05	05	07	04	27	100

Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local do Destacamento da Polícia Militar do município de Paiçandu-PR.

Identificar os dias da semana e os horários em que os homicídios ocorreram é importante para essa pesquisa, pois com isso podemos demonstrar a dinâmica que a violência urbana assume nos territórios integrados. Adotamos como critério o horário dividido em madrugada (1h–6h), manhã (7h-12h), tarde (13h–18h) e noite (19h). Assim, no território de Paiçandu o pico das ocorrências se deu no horário compreendido entre 19h e 00h, ou seja, no período noturno. Computando, dessa forma, 05 ou 19% das ocorrências registradas, conforme indicado a seguir (tabela 05):

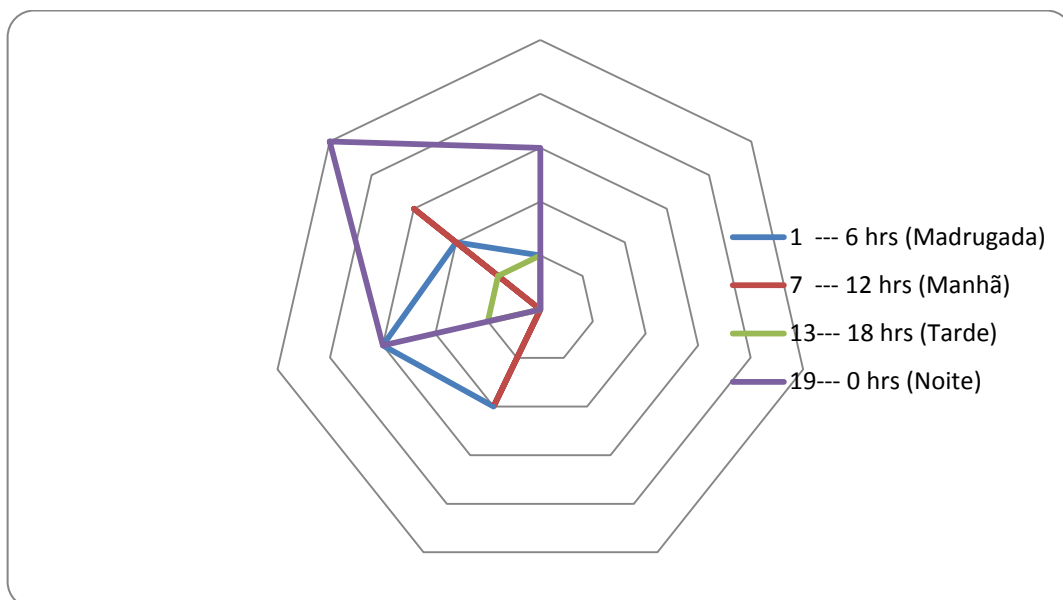
Tabela 05: Horário e dia da semana das ocorrências de homicídios em Paiçandu - PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.

Horário da ocorrência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
1 --- 6 hrs (Madrugada)	1	0	0	0	2	3	2
7 --- 12 hrs (Manhã)	0	0	0	0	2	0	3
13--- 18 hrs (Tarde)	1	0	0	0	0	1	1
19--- 0 hrs (Noite)	3	0	0	0	0	3	5

Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local do Destacamento da Polícia Militar do município de Paiçandu-PR.

Já o dia da semana que houve maior concentração de ocorrências foi o domingo com, 41% do total, de acordo com as informações contidas no gráfico a seguir (gráfico 03):

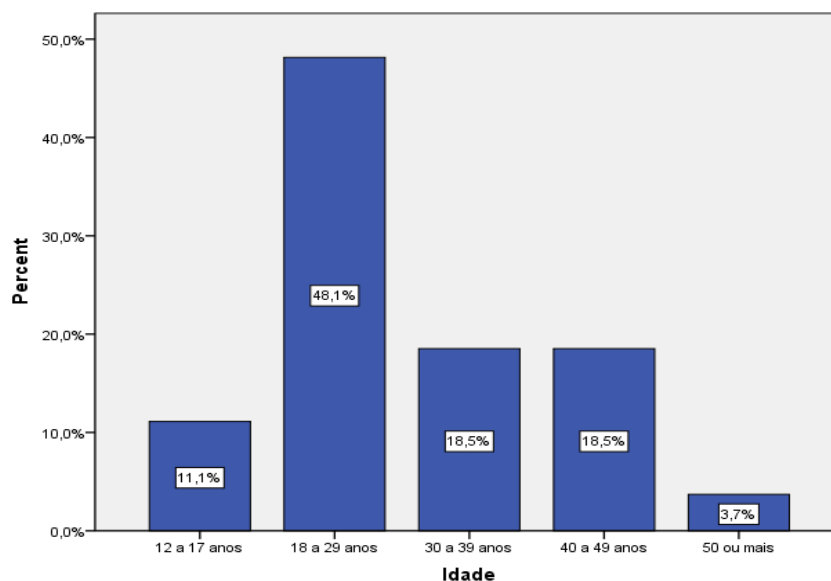
Gráfico 3: Horário e dia da semana das ocorrências de homicídios em Paiçandu-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.



Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local do Destacamento da Polícia Militar do município de Paiçandu- PR.

O segundo fator que mais determina a maior ou menor incidência de homicídios é a faixa etária. A mais atingida nessa região está centralizada entre os indivíduos de 18 a 29 anos tanto no grupo dos homens quanto das mulheres, com quase 50% do total. A faixa etária de 30 a 49 anos é a segunda que concentrou os maiores índices, como se observa a seguir (gráfico 04):

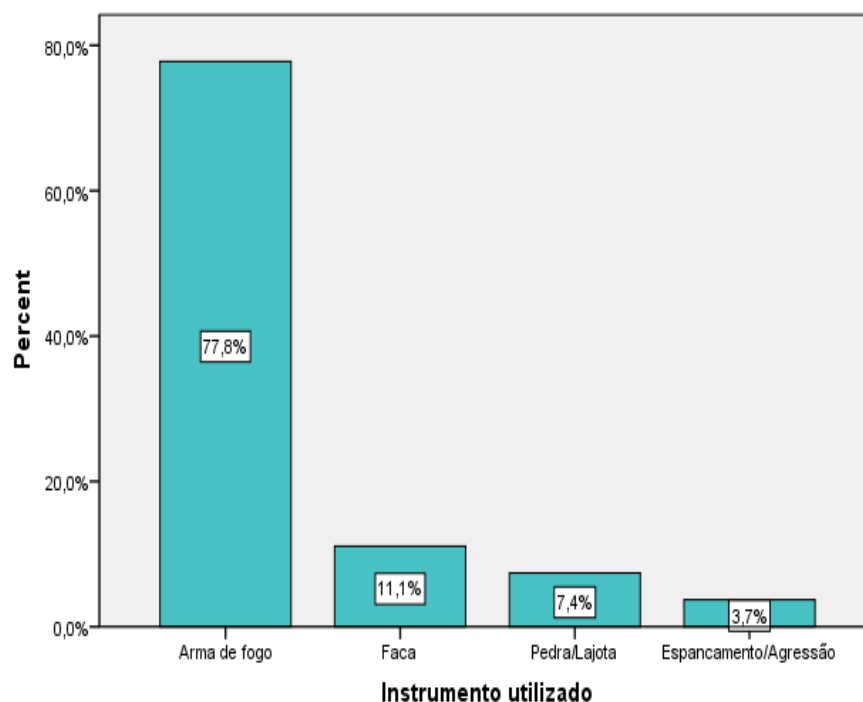
Gráfico 04: Faixa etária das vítimas de homicídios no município de Paçandu-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011



Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local do Destacamento da Polícia Militar do município de Paçandu- PR.

Pesquisas indicam que quanto ao instrumento utilizado nas ocorrências de homicídios no Brasil, cerca de 70 a 80% referem-se ao uso de arma de fogo. Esse fato também se tornou realidade nos municípios conurbados na RMM. Do total de 27 homicídios, aproximadamente 21 ocorrências tiveram esse meio empregado, isso equivale a 77,8% do montante. Na segunda modalidade está à categoria faca com aproximadamente 03 ocorrências de homicídios, representando, dessa forma 11,1% do total. No terceiro grupo está o meio denominado Pedra/Lajota, Espancamento/Agressão que juntos somaram 11,1% sendo 7,4% para o primeiro e 3,7% para o segundo respectivamente (Gráfico 05):

Gráfico 05: Meio utilizado nas ocorrências de homicídios no município de Paiçandu –PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.



Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local do Destacamento da Polícia Militar do município de Paiçandu- PR

2.4 HOMICÍDIOS NO MUNICÍPIO DE SARANDI - PR

Essa seção apresentará, assim como o município de Paiçandu, os dados que compõem as informações sobre o perfil das vítimas de homicídios nesse município. Serão demonstrados dados como: faixa etária, sexo, instrumento utilizado e dias da semana e horário das ocorrências. O município de Sarandi - PR apresenta as maiores taxas de homicídios entre os municípios conurbados da RMM.

No decorrer do período pesquisado, essa municipalidade contabilizou 149 ocorrências de homicídios, por conseguinte, no ano de 2011, período em que os registros dispararam, a taxa atingiu o valor mais significativo de 60,9 homicídios para 100 mil habitantes, essa taxa é considerada alta de acordo com as definições da OMS (2002). A seguir o quadro (05)

demonstra as taxas e o total de ocorrências de homicídios em Sarandi durante o período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.

Quadro 05: Total e taxa* de homicídios no município de Sarandi – PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.

Município	Total 2007	Taxa 2007	Total 2008	Taxa 2008	Total 2009	Taxa 2009	Total 2010	Taxa 2010	Total 2011	Taxa 2011
Sarandi	21	26,3	22	26,3	20	23,6	35	42,2	51	60,9

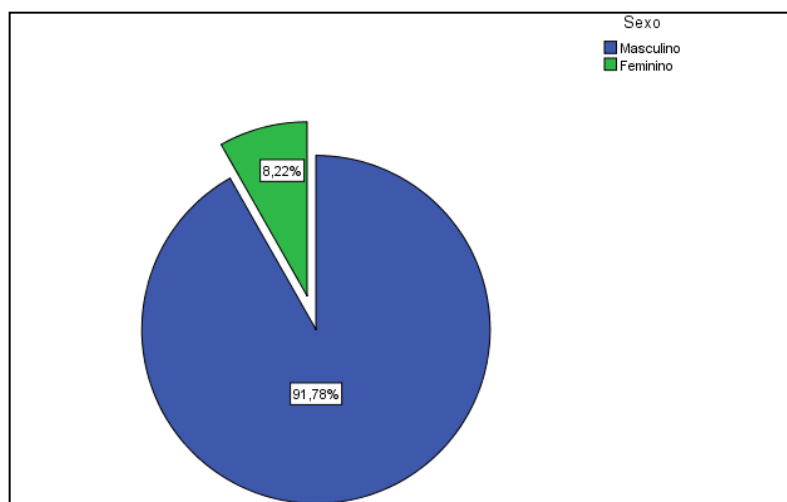
Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Sarandi - PR. Taxa calculada pela autora tendo em vista os critérios definidos pela Organização Mundial da Saúde. Foi utilizada para o cálculo da taxa de homicídios a estimativa populacional do IBGE para os anos de 2007, 2008, 2009 e 2011. Para o ano de 2010, o dado populacional do Censo Demográfico – IBGE.

*Taxa por cada 100 mil habitantes.

Diferente de Paiçandu, que teve um declínio nas taxas durante o ano de 2011, a municipalidade de Sarandi, no decorrer do período pesquisado, apresentou uma crescente nas ocorrências. No ano de 2007 para o ano de 2011 tivemos uma elevação de, aproximadamente 130% nos índices, saltando de 21 ocorrências no primeiro ano para 51 no último período pesquisado. Esse salto representou um vertiginoso aumento nas taxas, chegando ao pico máximo de 60,9 homicídios para cada 100 mil habitantes no ano de 2011.

O sexo das vítimas, assim como o município de Paiçandu apresentou as mesmas correlações com o restante do país, ou seja, a maioria esmagadora é do sexo masculino. Nesse território quase 92% das vítimas eram homens, isso equivale dizer que dos 149 homicídios ocorridos, aproximadamente 137 integravam essa categoria (gráfico 06):

Gráfico 06: Sexo das vítimas de ocorrências de homicídios no município de Sarandi – PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.

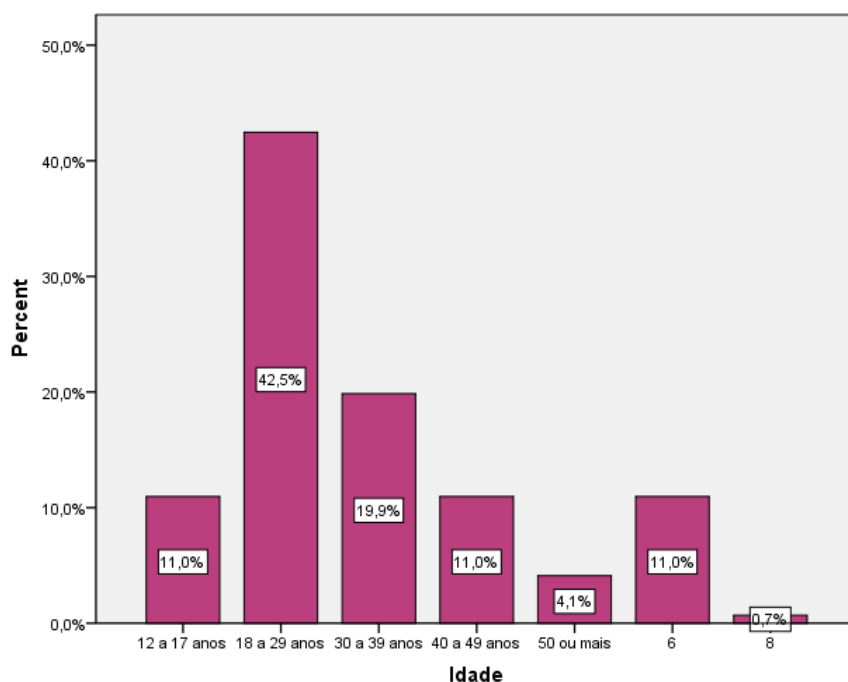


Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Sarandi – PR.

Ao analisarmos a faixa etária mais atingida notamos que a que apresenta maior convergência está localizada no grupo entre 18 e 29 anos, com 42,5% das vítimas pertencentes a essa categoria. O segundo grupo mais expressivo foi o de 30 a 39 anos com, aproximadamente 20 % do total. O grupo de adolescentes que compreende a faixa etária de 12 a 17 anos⁴³ representou 11% das vítimas, conforme evidenciado no gráfico (07) a seguir:

⁴³Essa faixa etária que define o grupo de adolescente é estabelecida pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei n° 8069 de julho de 1990.

Gráfico 07: Faixa etária das vítimas de ocorrências de homicídios no município de Sarandi-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011



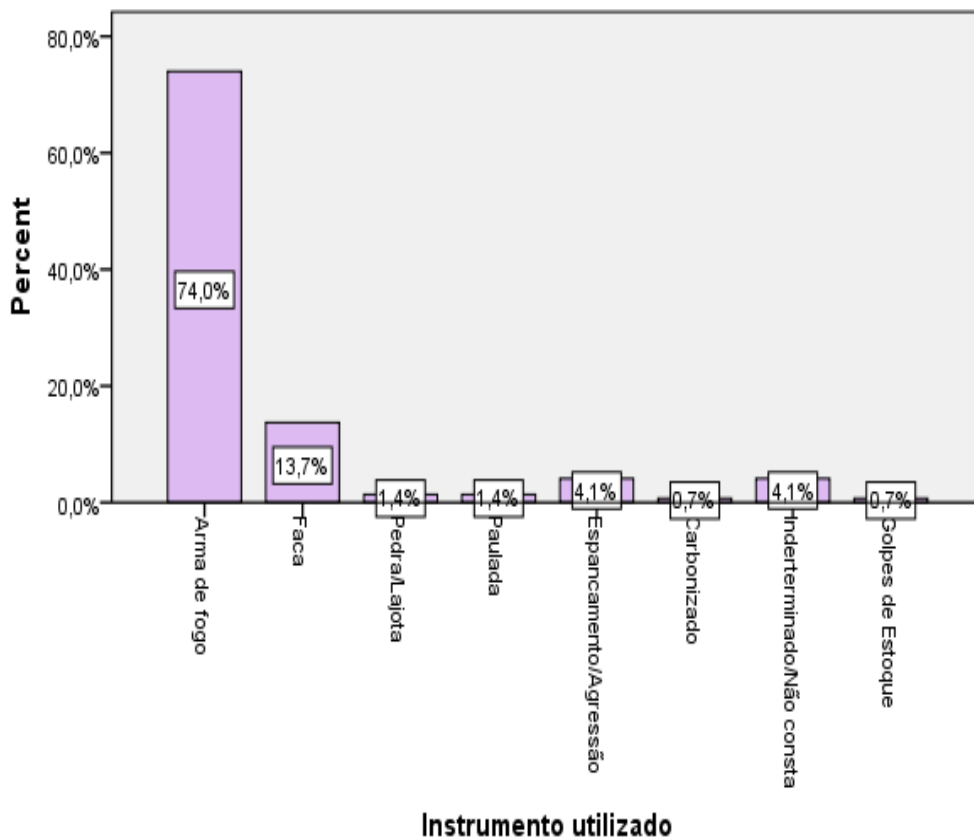
Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Sarandi – PR.

A municipalidade de Sarandi não foge às características das estatísticas nacionais quanto ao meio mais perpetrado nas ocorrências de homicídios. Assim, 74% dos homicídios praticados nesse município foram efetuados com arma de fogo. Esse número foi apenas 3,8% inferior ao de Paiçandu. Todavia, ambos os municípios se mantiveram dentro da média nacional que corresponde a 70 e 80% dos homicídios praticados com esse instrumento. A faca foi segundo meio mais utilizado, contabilizado 13,7% dos casos. Em relação ao meio praticado com golpes de estoques⁴⁴, Sarandi contou com essa especificidade, pois essa ocorrência se deu dentro da cadeia municipal⁴⁵ e teve como agressores os próprios detentos. Essa realidade não ocorreu em nenhuma outra municipalidade pesquisada (gráfico 08):

⁴⁴De acordo com investigadores dessa delegacia, estoque é um objeto perfurador cortante que se assemelha a uma faca. É confeccionado com todo tipo de material, como saco plástico enrolado, escova de dente, pente de cabelo entre outros.

⁴⁵A unidade da Delegacia de Polícia Civil de Sarandi está localizada no seguinte endereço R:Guiapó, nº666, centro. Sarandi- Paraná.

Gráfico 08: Meio utilizado nas ocorrências de homicídios no município de Sarandi-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011



Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Sarandi – PR.

O mês que registrou o maior número de ocorrências foi novembro com 13,1% dos homicídios. O mês de junho ocupa a segunda posição apresentando 12,3% das ocorrências, os demais meses também ficaram com um número relativamente alto de homicídios. Sendo que a diferença do mês que concentra mais ocorrências para o mês que contabilizou menos ocorrências é de 7,6%. Os meses de dezembro e setembro apresentaram as menores concentrações, com 5,5% do montante. O mês e a quantidade de ocorrências de homicídios na municipalidade de Sarandi podem ser observados a seguir (tabela 06):

Tabela 06: Mês das ocorrências de homicídios em Sarandi - PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011

Mês dos homicídios	2007	2008 ⁴⁶	2009	2010	2011	Total	% sobre o Total
Janeiro	02	04	-	02	02	10	6,8
Fevereiro	-	02	02	07	04	15	10,1
Março	-	02	02	04	03	11	7,3
Abril	01	01	03	02	08	15	10,1
Maio	03	02	-	03	02	10	6,8
Junho	05	01	04	04	04	18	12,1
Julho	-	01	02	05	04	12	8,2
Agosto	05	-	01	01	04	11	7,3
Setembro	-	05	-	01	02	08	5,4
Outubro	03	-	01	03	02	09	6,2
Novembro	01	03	04	02	12	22	14,6
Dezembro	01	-	01	01	05	08	5,4
Total	21	22	20	35	51	149	100

Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Sarandi – PR.

Os registros de homicídios nesse território se concentraram principalmente no período noturno (19 - 0 hora), com 10,5% do total concentrado nessa categoria assim como demonstrado a seguir (tabela 07):

Tabela 07: Horário e dia da semana das ocorrências de homicídios em Sarandi-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.

Horário da ocorrência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
1 --- 6 hrs (Madrugada)	5	0	3	1	1	3	9
7 --- 12 hrs (Manhã)	4	3	1	0	2	5	2
13 --- 18 hrs (Tarde)	1	2	2	1	3	3	9
19 --- 0 hrs (Noite)	13	5	9	11	10	16	12

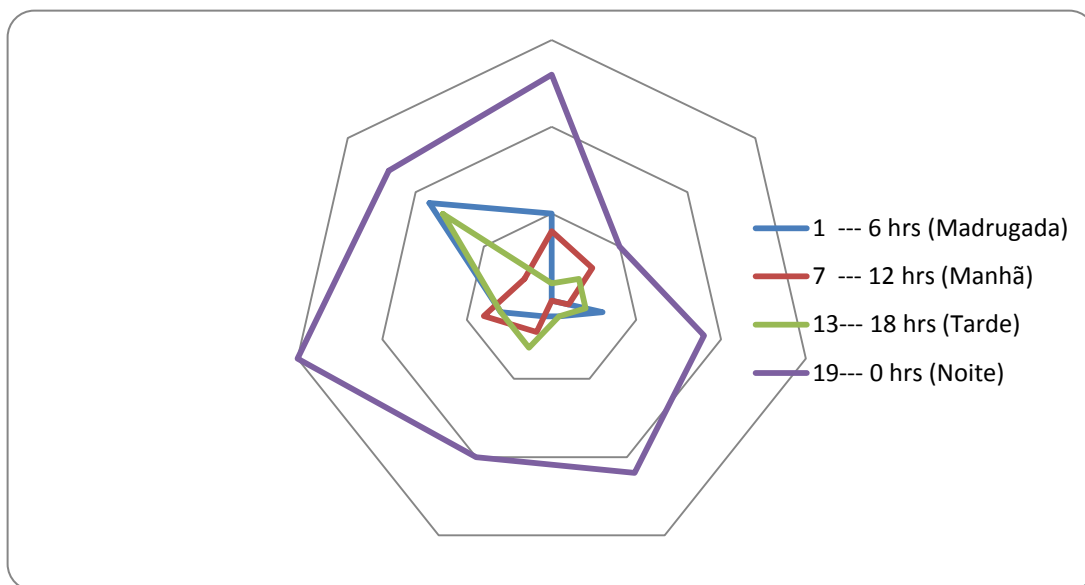
Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Sarandi – PR.

Em Sarandi, o dia da semana que mais se destacou com o registro de ocorrências de homicídios foi o sábado, este contabilizou 27 casos ou 18,2% das ocorrências computadas.

⁴⁶ No ano de 2008, houve 22 ocorrências, mas como em alguns documentos pesquisados (BO) não constavam o mês do homicídio, somamos essa ocorrência ao valor total de homicídios registrado em cada período pesquisado. Logo, ele não será computado em relação ao mês e sim ao valor total do ano.

Assim como em Paiçandu os registros de homicídios ocorreram, em sua grande maioria, nos finais de semana (gráfico 09):

Gráfico 09: Horário e dia da semana das ocorrências de homicídios em Sarandi-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.



Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Sarandi – PR.

Sobre o confronto entre policiais, Sarandi computou apenas 03 homicídios nessa categoria sendo todos praticados no ano de 2011. Se fossem somados ao montante, representariam 6%, aproximadamente.

Mesmo com as altas taxas que esse município apresenta, o poder público municipal investiu em ações efetivadas na área de segurança pública no ano de 2010, apenas R\$ 80.484,65 (IPARDES, 2012)⁴⁷. Quando distribuído, esse montante por cada morador de Sarandi, tivemos um investimento de R\$ 971,00 per capita. Enquanto que no polo os investimentos nessa área representaram R\$23.650,00 per capita, totalizando R\$ 8.445,270, 13 em investimentos (IPARDES, 2012). O município de Paiçandu não teve nenhum registro de investimentos em segurança pública no referido período. O que nos impossibilitou de traçar um paralelo face às demais regiões pesquisadas.

⁴⁷ Nesse trabalho apresentamos esse exemplo de investimentos na área de segurança pública, contudo as informações disponibilizadas pelo IPARDES não especifica em quais setores foram alocados esses investimentos. Essa realidade é válida para os três municípios pesquisados.

2.5 HOMICÍDIOS NO MUNICÍPIO POLO DA REGIÃO METROPOLITANA – MARINGÁ- PR

Esta seção tem por objetivo demonstrar, assim como em Sarandi e Paiçandu, os aspectos sobre o perfil das 216 vítimas de homicídios ocorridos em Maringá- PR. Serão evidenciados os dados referentes à faixa etária, meio utilizado, sexo entre outros. No quadro a seguir (06) apresentaremos o total de 216 homicídios e as respectivas taxas no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.

Quadro 06: Total e taxa* de homicídios no município de Maringá – PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.

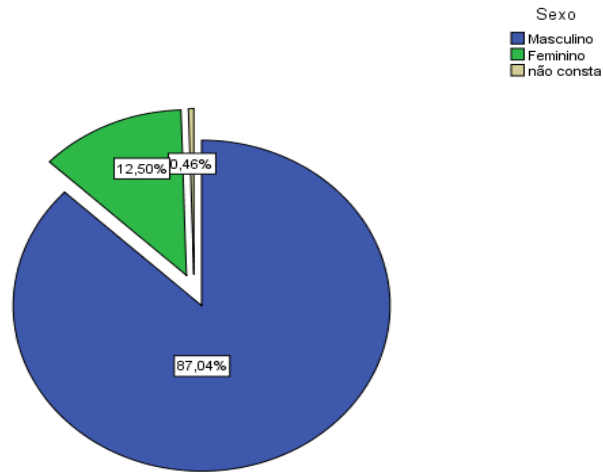
Município	Total 2007	Taxa 2007	Total 2008	Taxa 2008	Total 2009	Taxa 2009	Total 2010	Taxa 2010	Total 2011	Taxa 2011
Maringá	43	13,2	38	11,4	43	12,8	38	10,9	54	14,9

Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Maringá - PR. Taxa calculada pela autora tendo em vista os critérios definidos pela Organização Mundial da Saúde. Foi utilizada para o cálculo da taxa de homicídios a estimativa populacional do IBGE para os anos de 2007, 2008, 2009 e 2011. Para o ano de 2010, o dado populacional do Censo Demográfico – IBGE. *Taxa por cada 100 mil habitantes.

A taxa média de homicídios, para todo o período pesquisado, no polo metropolitano foi de 12,6 para cada 100 mil habitantes. Enquanto que Paiçandu apresentou um ligeiro acréscimo na taxa média, face ao polo, com 15,0/100mil. Sobretudo, no território de Sarandi a média apresentada foi de 35,2 homicídios para cada 100 mil habitantes. A média das taxas classifica, de acordo com a OMS, os municípios de Maringá e Paiçandu com “taxa média baixa” no município de Sarandi a taxa é classificada como “alta”.

O sexo das vítimas atingidas no polo está correlacionado, assim como Sarandi e Paiçandu, com o restante da média nacional. Em Maringá, os homicídios perfizeram 87% vítimas do sexo masculino (gráfico 10):

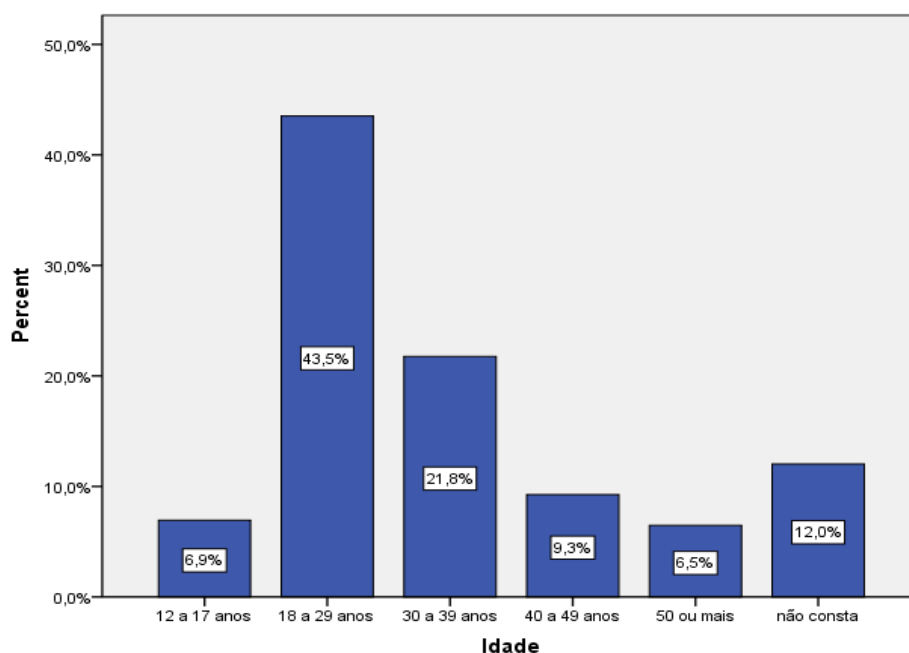
Gráfico 10: Sexo das vítimas de ocorrências de homicídios no município de Maringá – PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.



Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Maringá - PR.

Ao analisarmos a faixa etária mais atingida percebemos que igualmente aos municípios de Paiçandu e Sarandi, em Maringá a mais atingida se concentra entre 18 e 29 anos, com 43,5% das vítimas pertencentes a essa categoria. O segundo grupo mais expressivo está localizado na faixa entre 30 a 39 anos com, 21,8% do total (gráfico 11):

Gráfico 11: Faixa etária das vítimas de homicídios no município de Maringá-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.



Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Maringá - PR.

Muito embora a faixa etária mais acometida nos municípios pesquisados seja a de 18 a 29 anos, o polo metropolitano registrou 05 homicídios de pessoas classificadas como idosas⁴⁸. Sendo 03 mulheres e 02 homens. Dessas o meio perpetrado mais utilizado foi a faca com 03 ocorrências, 01 com arma de fogo e 01 vítima de espancamento. Realidade essa que equivale a 2,4% do montante. Apenas nesse grupo o meio perpetrado mais utilizado deixa de ser a arma de fogo e dá lugar a faca.

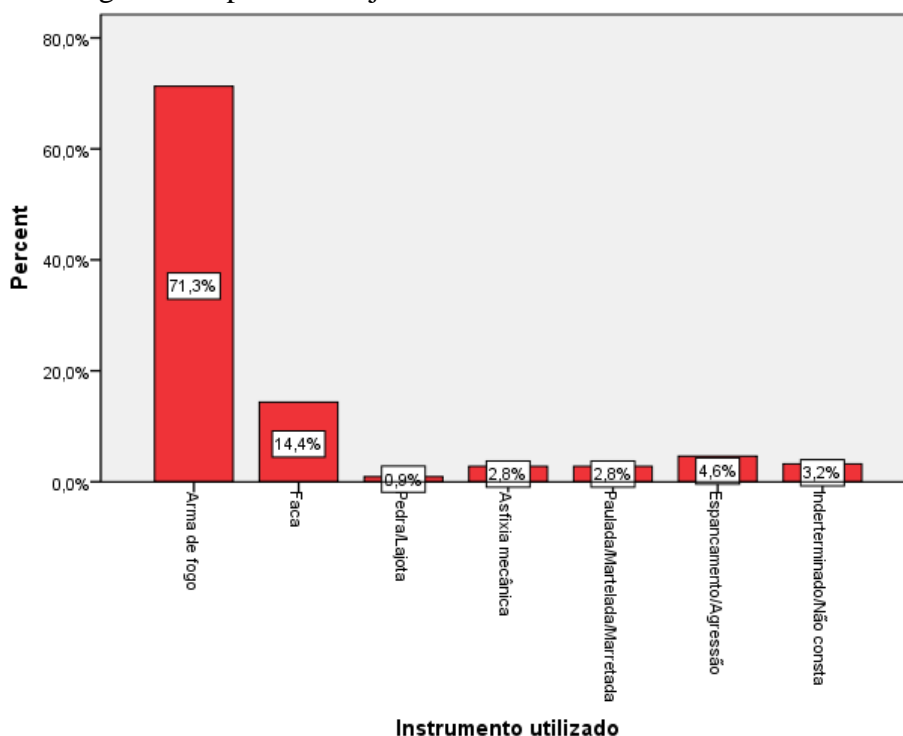
Maringá ainda conta com outra especificidade que os municípios de seu entorno conurbado não apresentam. Essa se refere ao homicídio de uma criança de 10 anos de idade no ano de 2007, na qual a vítima foi violentamente espancada e torturada e ainda foi vítima de agressão sexual. Essa foi a única ocorrência de homicídio registrado contra criança no período todo pesquisado nas três municipalidades.

⁴⁸De acordo com informações contidas no Estatuto do Idoso – Lei 10.741, de 1 de outubro de 2003 é considerada idosa as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos.

Sobre o confronto com policiais, o município computou apenas 02 ocorrências, sendo uma no ano de 2008 e outra em 2010. Número esse que representa apenas 1% do total de homicídios registrados no período contemplado pela pesquisa.

Assim como os demais municípios pesquisados o meio mais utilizado nas ocorrências não difere à média nacional. Isso significa que 71,3% dos homicídios ocorridos em Maringá tiveram esse meio empregado. Em Maringá, assim como em Paçandu e Sarandi, o segundo instrumento mais empregado foi a faca. Não foi registrado em Paçandu e Sarandi, homicídios praticados por esganadura ou por asfixia mecânica. O gráfico (12) demonstra o meio mais utilizado na prática de homicídios no polo metropolitano:

Gráfico 12: Meio utilizado nas ocorrências de homicídios no município de Maringá-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011

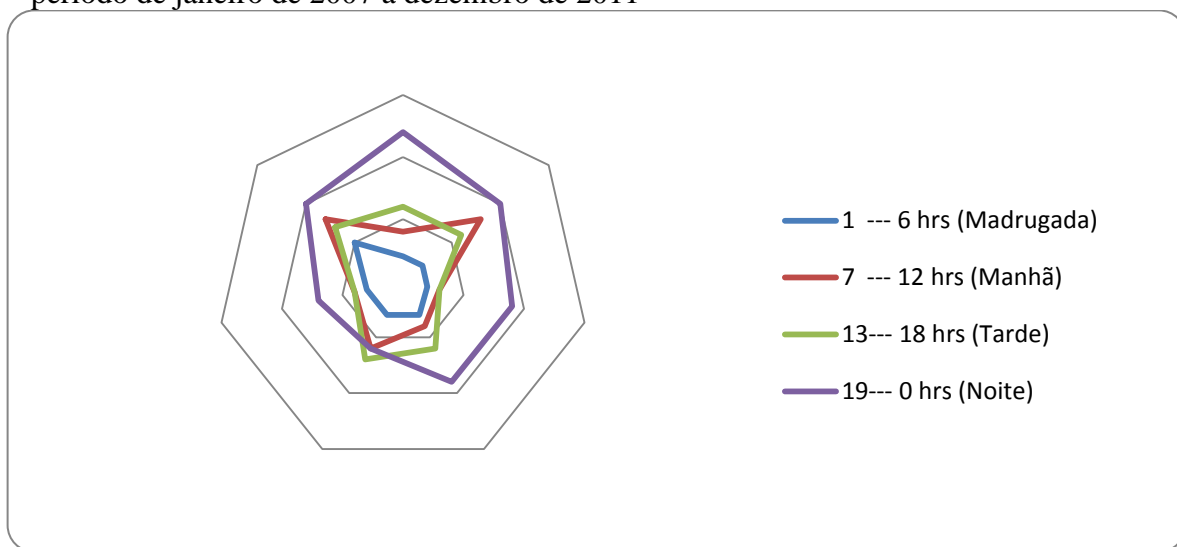


Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Maringá - PR.

Em Maringá, assim como os demais municípios pesquisados, o horário com o pico de registro de ocorrência foi o das 19h até 00h, sendo a segunda-feira o dia no qual foi contabilizada a maior quantidade de ocorrências. Contudo, o domingo e a terça-feira

ocuparam o segundo lugar com 10 registros cada. Destacando ainda que foram praticados no horário das 19h até 00h. A seguir as informações mais detalhadas que mostram os registros de homicídios enfatizando o dia da semana e horário das práticas (gráfico 13).

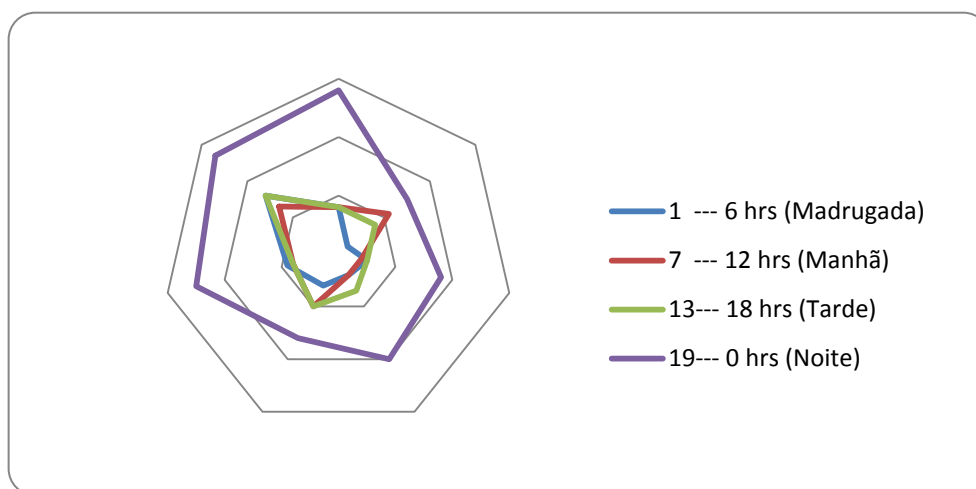
Gráfico 13: Horário e dia da semana das ocorrências de homicídios em Maringá-PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011



Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Maringá - PR.

Quando estabelecido relação entre o horário e o dia da ocorrência para Maringá, Sarandi e Paiçandu o pico ainda prevalece no horário das 19h às 00h. Sendo a segunda-feira o dia em que há maior registro de homicídios. Entretanto, ocupam o segundo e terceiro lugar o domingo e o sábado, respectivamente. Destarte, o final de semana ganha local de destaque nos registros de homicídios computados nos municípios que integram a área conurbada dessa região metropolitana (gráfico 14).

Gráfico 14: Horário e dia da semana das ocorrências de homicídios em Maringá, Sarandí e Paiçandu - PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.



Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Maringá - PR.

Um estudo recentemente realizado por Gavéria (2011) na Região Metropolitana de Porto Alegre demonstra que há um “tempo de violência”, ou melhor, que há uma mudança no comportamento das pessoas entre o dia e a noite. Sendo, que “a noite é o momento em que interagem as pessoas envolvidas em práticas consideradas violentas no território: brigas, estupros, crimes passionais, roubos, assassinatos e narcotráfico” (GAVÉRIA, 2011,p.58). Nos municípios de Sarandí e Paiçandu, tendo em vista essa perspectiva, podemos dizer que o horário em que as ocorrências mais são registradas, indica que há, de fato, um “tempo de violência” na área integrada da RMM. Durante todo o período pesquisado, nessas localidades, o horário que mais computou as ocorrências de homicídios foi o período compreendido entre 19h e 00h, assim como o sábado e o domingo foram os dias responsáveis pela maior concentração dos registros de homicídios.

Em Maringá, durante o período de 2007 a 2011 o mês de outubro foi o período em que se registrou a maior quantidade de ocorrências, com 11,6% dos homicídios. Os meses de maio e março ocuparam a segunda posição com 10,2 (tabela 08):

Tabela 08: Mês das ocorrências de homicídios em Maringá - PR no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011

Mês dos Homicídios	2007	2008	2009	2010	2011	Total	% sobre o Total
Janeiro	05	04	04	05	03	21	9,8
Fevereiro	-	05	04	03	05	17	8,0
Março	03	03	05	07	04	22	10,2
Abril	04	01	06	-	05	16	7,5
Maiο	02	06	05	03	06	22	10,2
Junho	04	-	01	04	04	13	6,0
Julho	05	03	02	01	04	15	7,0
Agosto	02	-	03	03	05	13	6,0
Setembro	01	04	01	05	05	16	7,5
Outubro	07	08	04	02	04	25	11,6
Novembro	06	01	03	02	06	18	8,4
Dezembro	04	03	05	03	03	18	8,4
Total	43	38	43	38	54	216	100

Fonte: Boletins de Ocorrência da unidade local da Polícia Civil do município de Maringá – PR

Os dados revelados nessa pesquisa indicam que o perfil das vítimas de homicídios nos municípios integrados da RMM guarda relação com o perfil das vítimas de homicídios no restante do Brasil. Assim como ocorre na área conurbada da RMM os homicídios atingem, em sua grande maioria, os homens com faixa etária entre 15 a 39 anos. Para autores como Santos (2007) as taxas revelam os traços da desigualdade econômica e social, as condições de vulnerabilidade social principalmente nos jovens:

O Brasil, ao longo das últimas duas décadas, vem se destacando como um país onde os óbitos por violência (causas externas) adquirem um peso significativo na estrutura geral dos óbitos, afetando, principalmente, a população masculina jovem (IBGE, 2004 apud SANTOS, 2007, p.14).

Santos (2007) enfatiza que o continuado aumento das taxas de homicídios, principalmente entre a população jovem e ainda a semelhança entre as vítimas no Brasil todo, o que também pode ser percebido nos municípios de Sarandi, Maringá e Paiçandu, ocasiona uma “tendência de generalização da violência” (SANTOS,2001,p.15). Ou seja, a população jovem, que é o grupo mais atingido pelas ocorrências de homicídios, em Sarandi (gráfico 07), Paiçandu (gráfico 04) e no polo metropolitano (gráfico 12), também permanece sendo o mais atingido em algumas regiões do país, como, por exemplo, São Paulo que no período de 1980 a 1998, o grupo que concentrou o maior número de vítimas de homicídios foi “a população

masculina entre 15 e 39 anos de idade registra a maior participação no total de mortes por homicídios” (SANTOS, 2007,p.15). As taxas de homicídios entre os jovens de 15 a 24 anos são tidos, para alguns autores, como os índices de países que se encontram em plena guerra.

A repetição de alguns aspectos da violência urbana acontece nos instrumentos utilizados nas ocorrências registradas tanto no território pesquisado quanto em outras regiões do Brasil. Segundo Lemgruber (2007) até a década de 1990 a arma de fogo era o instrumento menos usado nos homicídios do que outros tipos de instrumentos, como, por exemplo, a faca. Contudo, atualmente esta é o principal meio utilizado, em torno de 70 a 80% dos homicídios no Brasil são perpetrados com esse objeto. A arma de fogo também é o instrumento mais utilizado nos municípios pesquisados nesse trabalho, com índices que se comparam a média nacional. A autora revela, ainda, que outros fatores intervieram nessa explosão do uso da arma de fogo⁴⁹, mas aponta que essa realidade é fruto de 20 anos de descaso e escassez de políticas capazes de controlar a entrada, a venda e a ainda a circulação dessas armas no Brasil (LEMGRUBER, 2007, p.67).

Pesquisas sobre a vitimização dos jovens buscam relacionar os principais motivos que fazem desse grupo os principais produtores e vítimas nas ocorrências de criminalidade violenta no país. Para Santos (2007), nos tempos de globalização os jovens tentam o tempo todo se adaptar ou até mesmo superar as muitas modalidades de violência, ocasionado por um individualismo intenso, no qual a imposição de comportamentos, que os classificam em “vencedores” e “perdedores” tendem a romper com os laços de sociabilidade. Ou seja, essa sociedade é pautada na “reprodução estrutural da exclusão social, por uma disseminação das violências, com rupturas de laços sociais e a ‘desfiliação’ de várias categorias sociais, como a juventude, uma das grandes vítimas da mundialização” (SANTOS, 2007,p.12).

Os jovens também são as maiores vítimas de homicídios na cidade de Sarandi (gráfico 07), assim como no restante do país e ainda em Maringá (gráfico12) e Paiçandu (gráfico 04). Em média, 50% das vítimas na área conurbada da RMM pertenciam à faixa etária de 18 a 29 anos. Isso significa que do total de 392 homicídios ocorridos nos três municípios no período pesquisado, aproximadamente 196 pertenciam a essa categoria.

⁴⁹Há no Brasil, desde o ano de 2003, um Estatuto do Desarmamento – Lei nº10.836 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição.

De fato os homicídios atingem muito mais os homens jovens do que qualquer outro grupo social, tanto no território conurbado da RMM, conforme mostrado anteriormente, quanto em outras regiões do país. A fim de identificar quais são as relações que esse fenômeno estabelece com a organização do território, nas próximas seções realizaremos a descrição e o mapeamento dos homicídios de acordo com seu local de ocorrência e moradia das vítimas.

Contudo, podemos verificar que cada município possui uma peculiaridade nas ocorrências. No município de Sarandi se concentra as maiores taxas de homicídios dentre os pesquisados, ou seja, apresenta uma taxa no ano de 2011 de 60,9⁵⁰ homicídios/100mil habitantes. Já no município de Paiçandu o dado que mais se destaca se refere ao confronto entre policiais e vítimas. Embora, esses dados não componham os bancos de dados nacionais de homicídios, conforme tratado anteriormente, eles se tornam determinantes para a compreensão das análises referentes às ocorrências de homicídios tanto no cenário nacional quanto municipal. Em Paiçandu, o ano que mais computou esse tipo de ocorrência foi em 2009, este por sua vez representou, caso fossem mensurados, 45% do total das ocorrências, isto é, houve 04 mortes oriundas de confronto direto entre policiais e 05 ocorrências registradas como homicídios.

No polo metropolitano, muito embora se tenha uma taxa relativamente baixa quando comparadas com Sarandi, observamos a existência de registros de homicídios em idosos e em crianças. As ocorrências de homicídios nesses dois grupos são consideradas uma especificidade do município de Maringá, haja vista que em Sarandi e Paiçandu não houve nenhum registro de ocorrência que acometesse vítimas nessa faixa etária durante o período pesquisado.

A fim de identificar quais são as relações que esse fenômeno estabelece com a organização social do território, nas próximas seções realizaremos a descrição e o mapeamento dos homicídios de acordo com seu local de ocorrência e ainda o local de moradia das vítimas e também apresentaremos, por meio dos resultados obtidos entre o cruzamento das variáveis independentes que são a Tipologia Sócio-Ocupacional, Renda e Nível de

⁵⁰ Ver tabela 02 que apresenta o Total e Taxa* de homicídios nos municípios de Maringá (PR), Sarandi (PR) e Paiçandu (PR) no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011.

Instrução domiciliar por área de ponderação (APOND) e a variável dependente que é a taxa de homicídios para os 05 anos que essa pesquisa contemplou.

A RELAÇÃO ENTRE A TAXA DE HOMICÍDIOS, A TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL, A RENDA E O NÍVEL DE INSTRUÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE MARINGÁ (PR), SARANDI (PR) E PAIÇANDU (PR).

*O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém nos extraviamos. A cobiça envenenou a alma do homem, levantou no mundo as muralhas do ódio e tem-nos feito marchar a passo de ganso para a miséria e os morticínios. Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado em penúria. Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas duas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido. **Charles Chaplin***

3.1. ESPACIALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS HOMICÍDIOS EM MARINGÁ, SARANDI E PAIÇANDU.

Nesta seção apresentaremos o mapeamento do local de ocorrência dos homicídios e do local de moradia da vítima, para cada um dos 05 anos analisados, nos municípios de Sarandi e Maringá. Também se apresentam os resultados do cruzamento realizado entre a taxa de homicídios, tipologia socioespacial, nível de instrução e renda por meio do processo de regressão linear multivariada. Para Paiçandu, o mapeamento não será apresentado ano a ano, pois optamos em não desagregá-los dada a pequena quantidade das ocorrências que esse município computou ao longo do período pesquisado. Para realizar a espacialização utilizamos como critério o mapeamento de acordo com a data do registro, isso significa que o número 1, por exemplo, que identifica o local de moradia e ocorrência do homicídio se refere à primeira ocorrência computada no ano pesquisado e assim sucessivamente.

Essa etapa da pesquisa se utilizou das ferramentas de georreferenciamento localizando as variáveis no lugar de moradia da vítima e de ocorrência do homicídio, o que nos possibilitou distribuir espacialmente os homicídios no território dos três municípios pesquisados. Os mapas foram elaborados pelo núcleo de Geoprocessamento do Observatório das Metrópoles da UEM. Para tanto, foram utilizadas as bases digitalizadas do próprio Observatório e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ambas foram processadas em um software de Geoprocessamento denominado ArcGIS 9.

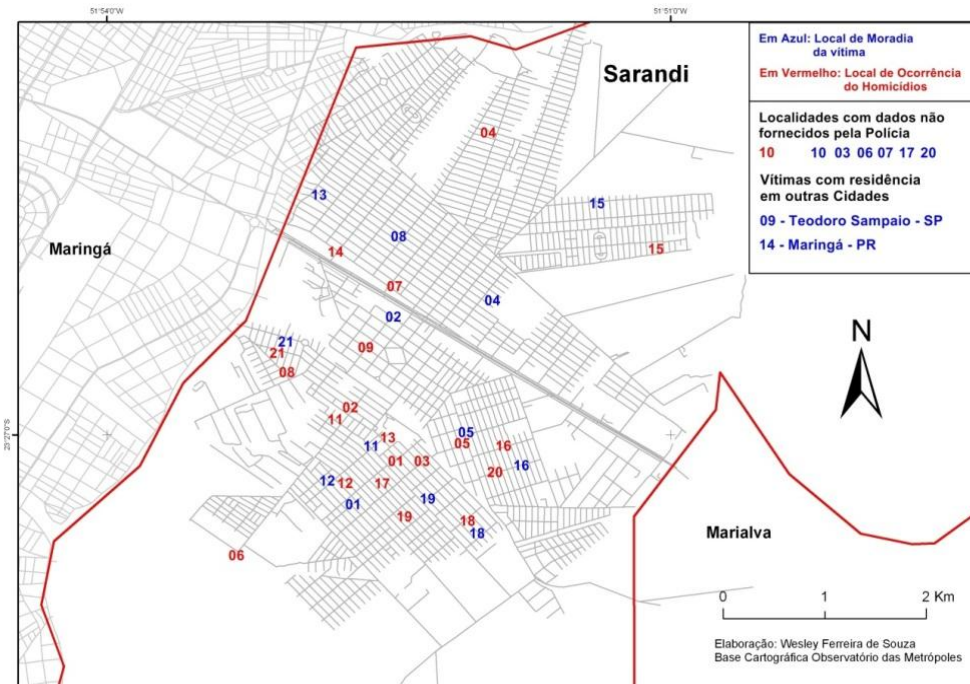
Foram elaborados mapas para cada município pesquisado e um mapa geral com o local das ocorrências de homicídios praticados nos 5 anos que essa pesquisa contempla, espacializando-os para os três municípios. O mesmo processo ocorre com a distribuição no território do local de moradia das vítimas. Dada a precariedade dos registros dos endereços dessas duas variáveis junto aos BO's, não foi possível espacializar todo o conjunto de dados. Contudo, levando em conta que, nesse momento será realizado apenas uma análise descritiva da distribuição espacial, consideramos que a quantidade mapeada seja satisfatória para estabelecermos, na sequência do trabalho, a relação, por meio de Regressão Linear Multivariada, com as características socioespaciais dos territórios oferecidas pela Tipologia Sócio-Ocupacional (RODRIGUES E ACORSI, 2013).

A distribuição dos homicídios no município de Sarandi é apresentada nos mapas a seguir (mapas 03, 04, 05, 06, 07) em que está discriminado o local de ocorrência dos homicídios (em vermelho) e ainda o local de moradia da vítima (em azul) no período de 2007 até 2011. Utilizaremos como critério para a leitura do mapa a divisão do município em norte e sul a contar da divisão da BR 376 também conhecida como Avenida Colombo, que corta a cidade nesse mesmo sentido.

Nos anos de 2007, 2010 e 2011 a maior concentração de homicídios está localizada na parte sul do município (mapas 03, 06 e 07). Na distribuição espacial destaca-se que a região mais acometida por homicídios é na área de localização dos bairros Jardim Cometa, Jardim Verão, Jardim Esperança 1° e 4° parte, Jardim Gralha Azul, Jardim Ipanema, Sarandi I entre outros. Essa espacialização nos permite dizer que nos últimos dois anos que essa pesquisa contemplou, os registros se mantiveram com o mesmo padrão de localidade, ou seja, praticamente na mesma região, a saber, a região sul.

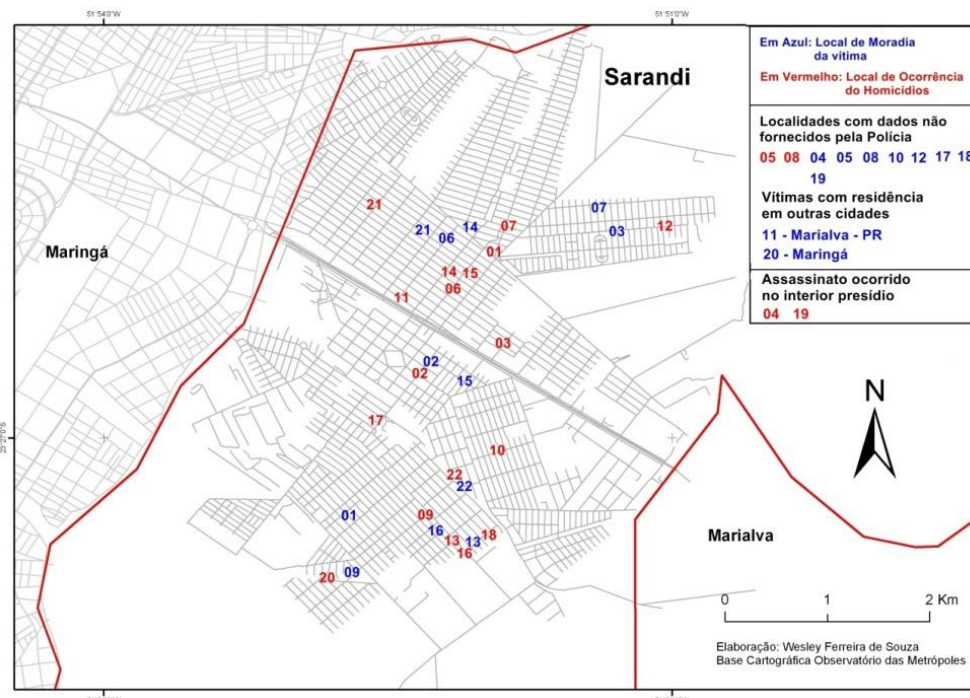
Já para os anos de 2008 e 2009 (mapas 04 e 05) as ocorrências se mantiveram distribuídos de maneira homogênea tanto na região sul quanto na norte. Contudo, ao analisarmos especificamente cada região, especialmente para o ano de 2009, nota-se uma concentração nas regiões onde se localizam os bairros: Jardins Bom Pastor, Universal e Alphaville (mapa 05).

Mapa 03: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Sarandi – PR no ano de 2007



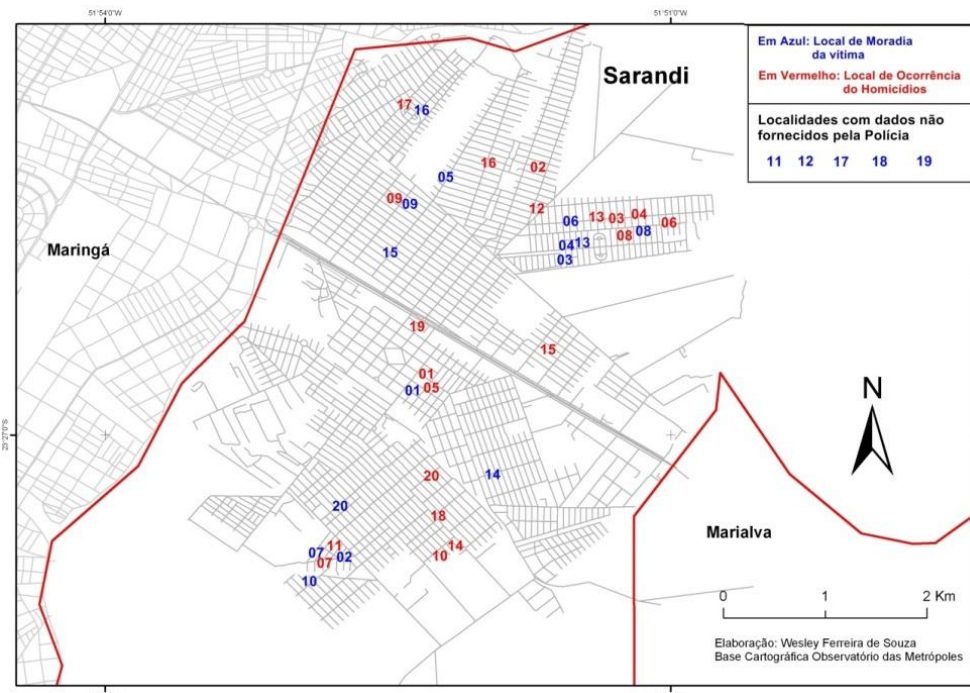
Fonte: Boletins de Ocorrência (BO's) da Delegacia de Polícia Civil de Sarandi.
Elaboração: Observatório das Metrópoles, Núcleo Maringá – UEM, 2013.

Mapa 04: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Sarandi – PR no ano de 2008



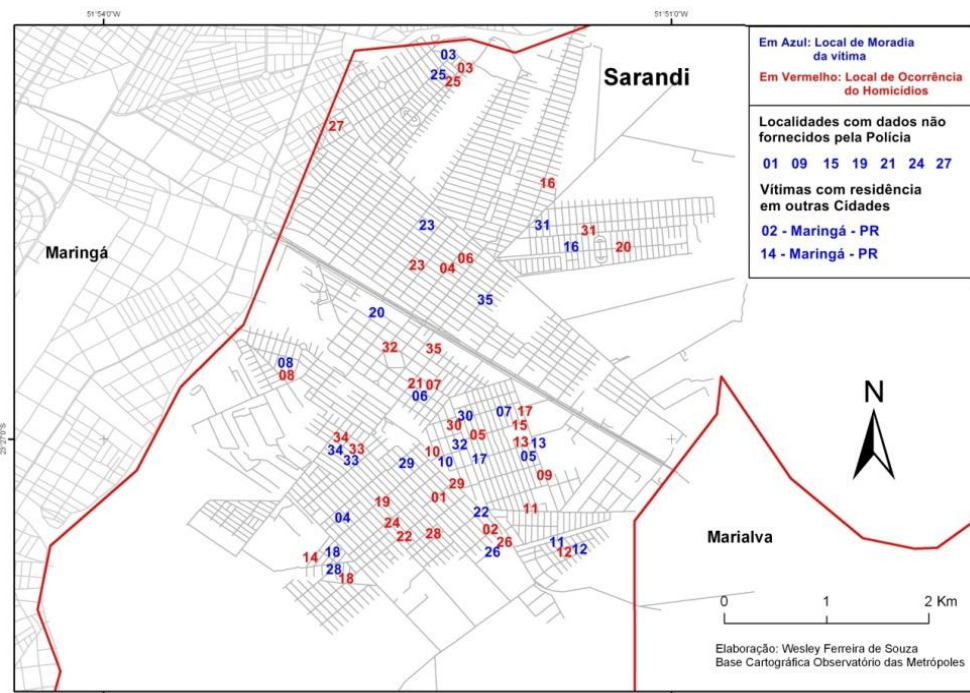
Fonte: Boletins de Ocorrência (BO's) da Delegacia de Polícia Civil de Sarandi.
Elaboração: Observatório das Metrópoles, Núcleo Maringá – UEM, 2013.

Mapa 05: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Sarandi – PR no ano de 2009



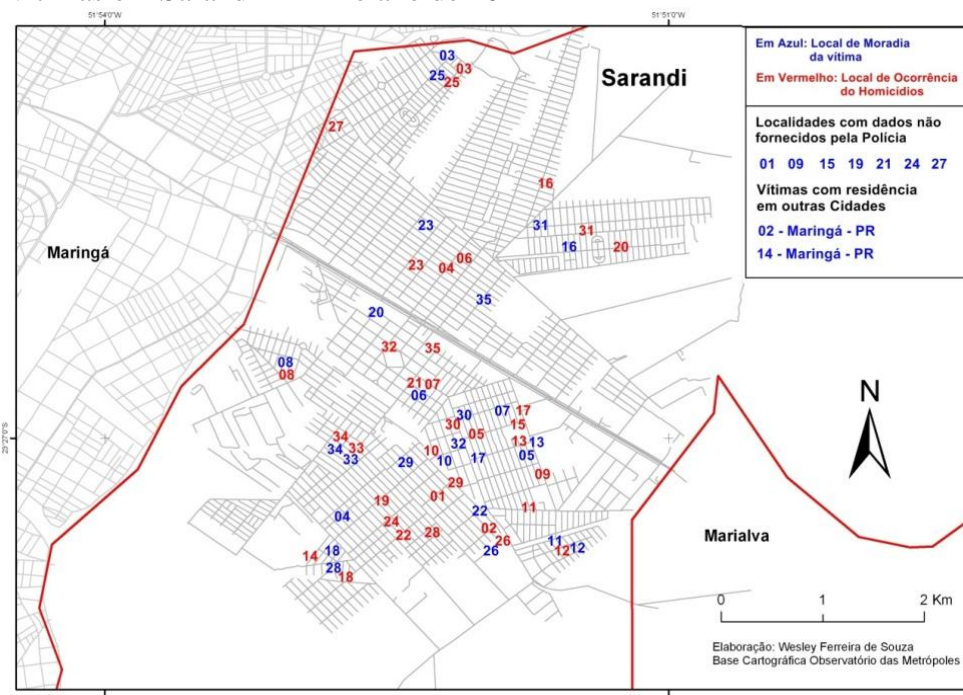
Fonte: Boletins de Ocorrência (BO's) da Delegacia de Polícia Civil de Sarandi.
Elaboração: Observatório das Metrôpoles, Núcleo Maringá – UEM, 2013.

Mapa 06: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Sarandi – PR no ano de 2010



Fonte: Boletins de Ocorrência (BO's) da Delegacia de Polícia Civil de Sarandi.
Elaboração: Observatório das Metrôpoles, Núcleo Maringá – UEM, 2013.

Mapa 07: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Sarandi – PR no ano de 2011



Fonte: Boletins de Ocorrência (BO's) da Delegacia de Polícia Civil de Sarandi.

Elaboração: Observatório das Metrôpoles, Núcleo Maringá – UEM, 2013.

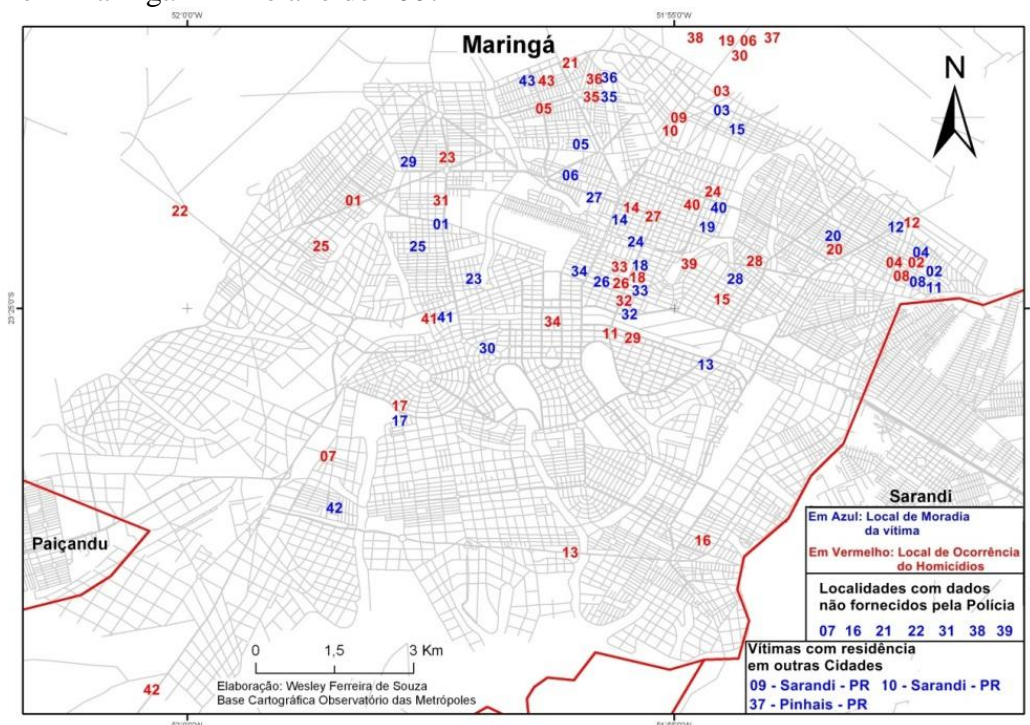
Os mapas a seguir (mapas 08, 09, 10, 11 e 12) apresentam a distribuição dos homicídios e ainda o local de moradia das vítimas no polo metropolitano, Maringá. Tomaremos também como critério, para análise espacial para esse território, o mesmo modelo adotado para análise de Sarandi, ou seja, a divisão em região sul e norte.

Diferentemente de Sarandi que teve uma distribuição espacial concentrada ora na região sul e ora na norte, o polo metropolitano concentrou, em todos os anos da pesquisa, os registros de homicídios na região norte. Nota-se que nos anos de 2007, 2008 e 2011 (mapas 07, 08 e 11), há uma convergência dos registros na área compreendida como Conjunto Requião, Conjunto Residencial Guaiapó e Campos Elíseos. Esses, por sua vez, são bairros fronteiriços à Sarandi e que formam um processo de conurbação.

Nos mapas 08, 10 e 11, percebe-se que a concentração está na região em que se localizam os bairros Jardim Alvorada, Vila Santo Antônio, Vila Morangueira, Jd. Dourados entre outros; que também apresentaram uma concentração de homicídios nos respectivos anos 2008, 2009 e 2010. O ano de 2008 (mapa 08) teve as regiões compreendidas pelos Jardins

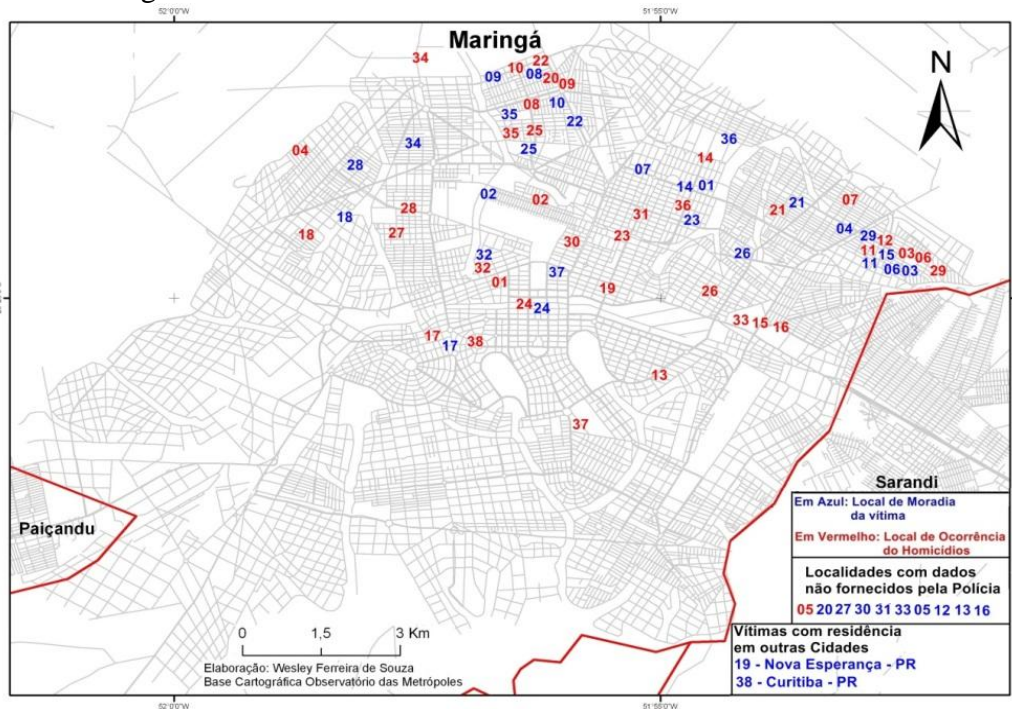
Copacabana, Vitória e Imperial como outro ponto que reuniu uma quantidade significativa de homicídios. Para o ano de 2011 (mapa 12), a região que corresponde os bairros denominados Jardim dos Pássaros, Jardim Tropical, Jardim São Jorge, Jardim Continental foi onde se localizou a maior concentração espacial dessas ocorrências.

Mapa 08: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Maringá –PR no ano de 2007



Fonte: Boletins de Ocorrência (BO's) da Delegacia de Polícia Civil de Maringá.
Elaboração: Observatório das Metrôpoles, Núcleo Maringá – UEM, 2013.

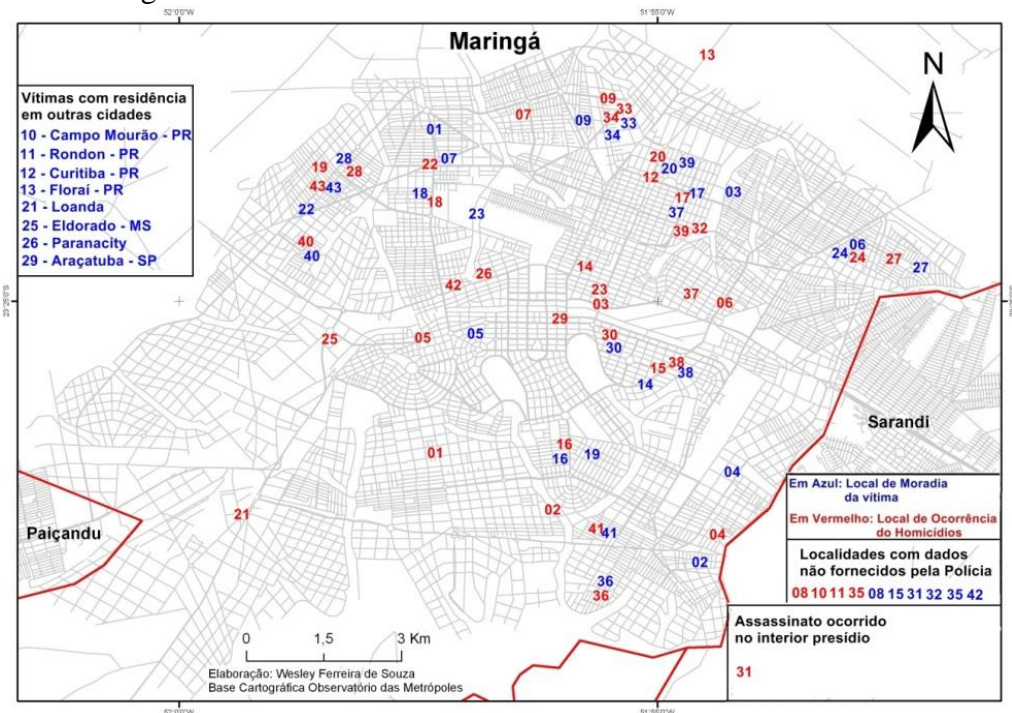
Mapa 09: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Maringá –PR no ano de 2008



Fonte: Boletins de Ocorrência (BO's) da Delegacia de Polícia Civil de Maringá.

Elaboração: Observatório das Metrôpoles, Núcleo Maringá – UEM, 2013.

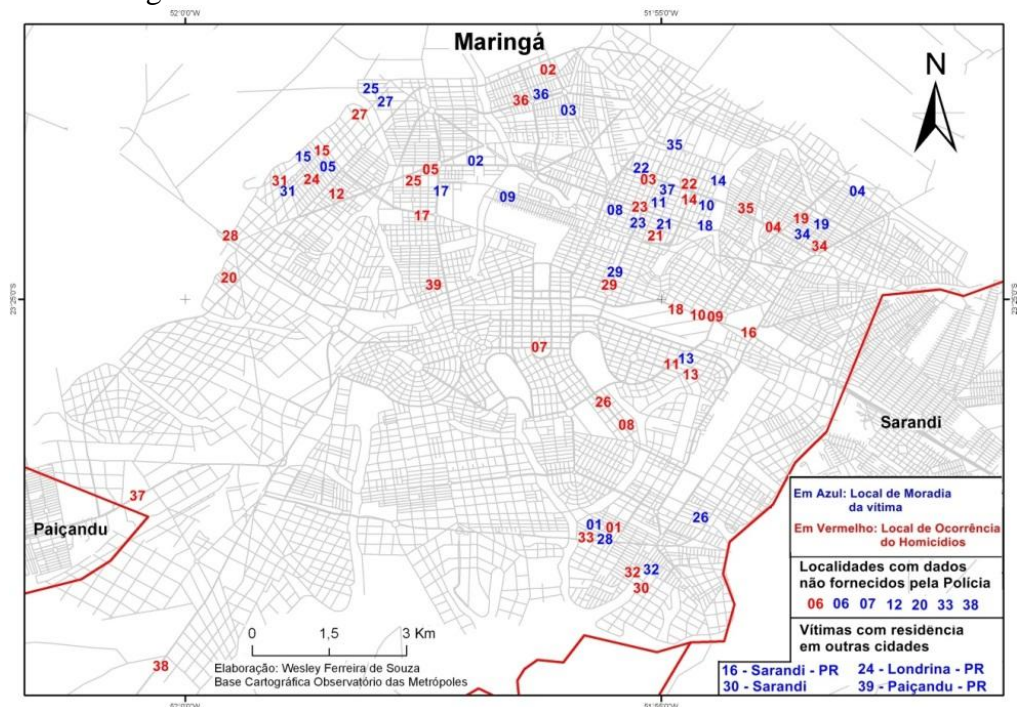
Mapa 10: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Maringá-PR no ano de 2009



Fonte: Boletins de Ocorrência (BO's) da Delegacia de Polícia Civil de Maringá.

Elaboração: Observatório das Metrôpoles, Núcleo Maringá – UEM, 2013.

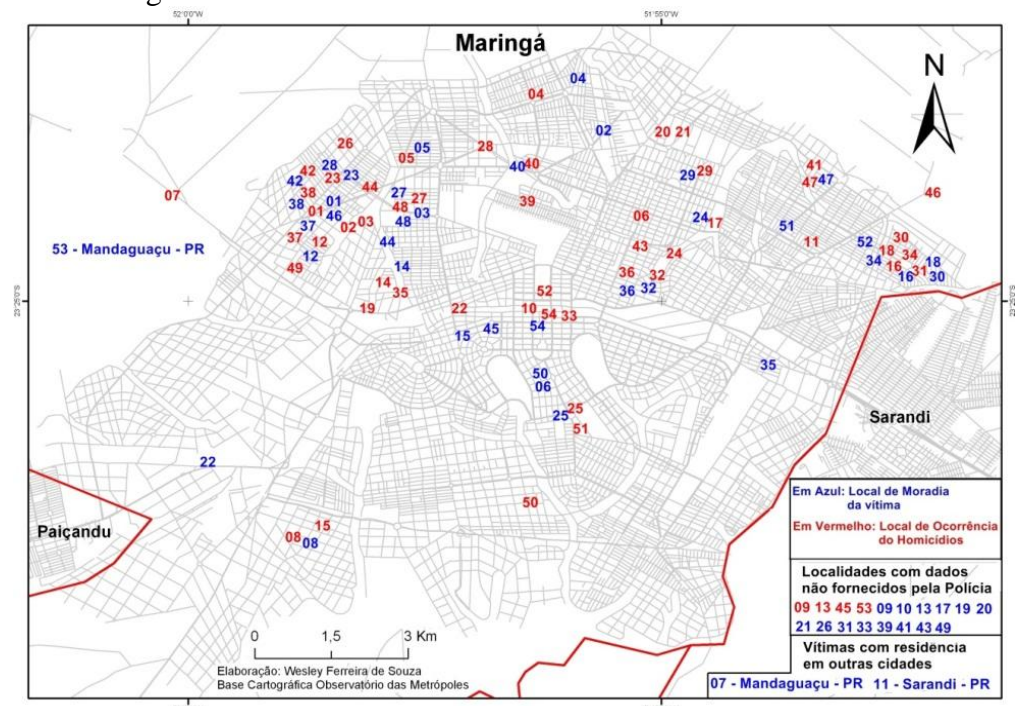
Mapa 11: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Maringá-PR no ano de 2010



Fonte: Boletins de Ocorrência (BO's) da Delegacia de Polícia Civil de Maringá.

Elaboração: Observatório das Metrôpoles, Núcleo Maringá – UEM, 2013.

Mapa 12: Local de ocorrência do homicídio e local de moradia das vítimas em Maringá-PR no ano de 2011



Fonte: Boletins de Ocorrência (BO's) da Delegacia de Polícia Civil de Maringá.

Elaboração: Observatório das Metrôpoles, Núcleo Maringá – UEM, 2013.

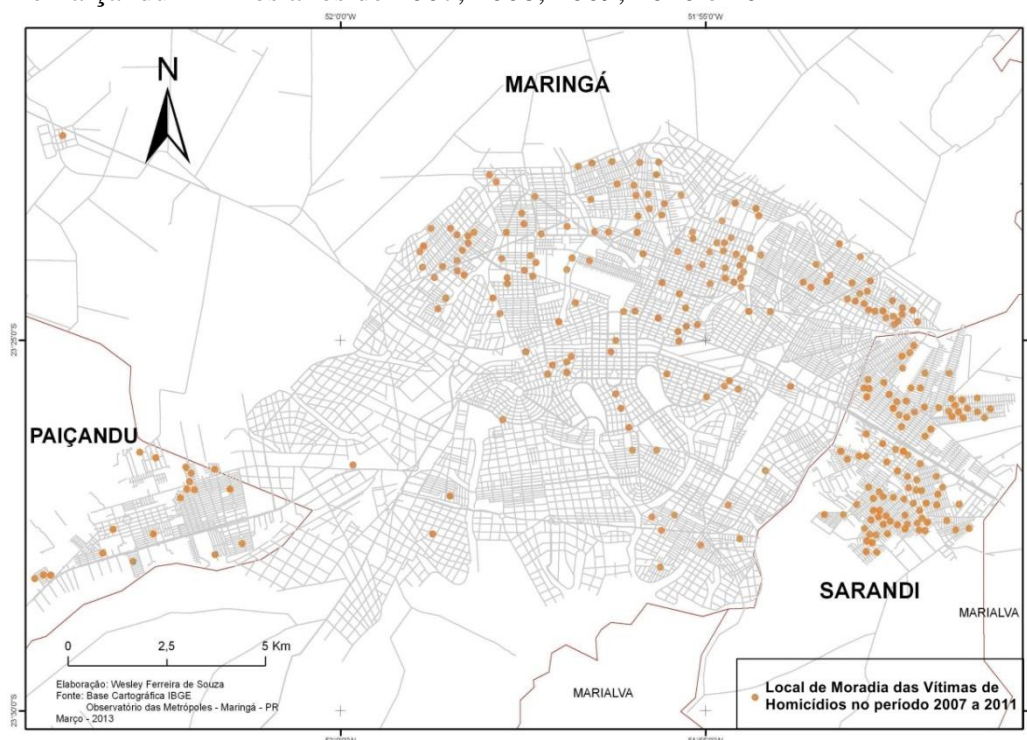
Para o município de Paiçandu, como a distribuição espacial não será apresentada de maneira desagregada, ou seja, não apresentaremos ano a ano dada a quantidade de ocorrências (mapa 14), nota-se que há uma concentração na região dos bairros Parque Ouro Verde, Jardim Novo Horizonte e também no Jardim Canadá. Sobre o local de moradia das vítimas, no período todo pesquisado podemos compreender que é relativamente próxima ao local do homicídio. Esse padrão ocorre tanto nos municípios de Sarandi e Paiçandu quanto no polo metropolitano, conforme apresentamos na distribuição espacial.

Em Paiçandu, a Área de Ponderação - APOND⁵¹ composta pelos bairros da Região Leste, concentram os maiores registros de homicídios no período pesquisado (mapa 14). Cerca de 4% dos responsáveis por domicílio nessa região tem nível superior enquanto que, 36,1% são classificados como sem instrução ou ensino fundamental incompleto e, ainda, 25,5% não tem nenhuma renda. 20,2% tem renda de até R\$ 510,00 (IBGE, 2010). Ou seja, é uma área de perfil residencial de baixa renda.

Sobre o local de moradia das vítimas, nota-se que para os três municípios pesquisados, conforme identificado anteriormente no mapeamento realizado para cada município no período que essa pesquisa contempla e ainda identificada no mapa 13, podemos inferir que é relativamente próximo ao local do homicídio. Isso significa que, normalmente a vítima mora e morre na mesma área de ponderação – APOND. Entretanto, identificamos que há um baixo registro de homicídios na área central, principalmente do polo metropolitano que será pormenorizado posteriormente, mas há casos em que a vítima residia nessas localidades.

⁵¹ Área de Ponderação ou APOND é uma territorialização construída pelo IBGE resultante da agregação de setores censitários com alto grau de homogeneidade e se constituem em áreas suficientemente consistentes do ponto de vista metodológico, o que é garantido pela adoção dos seguintes critérios: a) o maior nível geográfico utilizado é o município. Isto significa que uma área de ponderação é composta por setores censitários contíguos dentro de um único município, podendo ser o próprio município; b) é formada pela associação de, no mínimo 400 domicílios particulares ocupados; c) em alguns municípios, as áreas de ponderação foram definidas automaticamente considerando suas divisões administrativas distritais; d) para os municípios com mais de 190 mil habitantes, as áreas de ponderações foram definidas em conjunto com o IBGE. Nesses municípios, também foram considerados os critérios de tamanho mínimo e de contiguidade do conjunto de setores para a definição das áreas de ponderação. Informações extraídas do Censo Demográfico 2010 Resultados Preliminares da Amostra. Rio de Janeiro 2011. Disponível no site: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares amostra/notas_resultados_preliminares amostra.pdf. Acesso dia 01 de novembro de 2013.

Mapa 13: Local de moradia das vítimas de homicídio em Maringá, Sarandi e Paiçandu- PR nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011



Fonte: Boletins de Ocorrência (BO's) das Delegacias de Polícia Civil de Sarandi e Maringá e do Destacamento da Polícia Militar de Paiçandu.

Elaboração: Observatório das Metrôpoles, Núcleo Maringá – UEM, 2013.

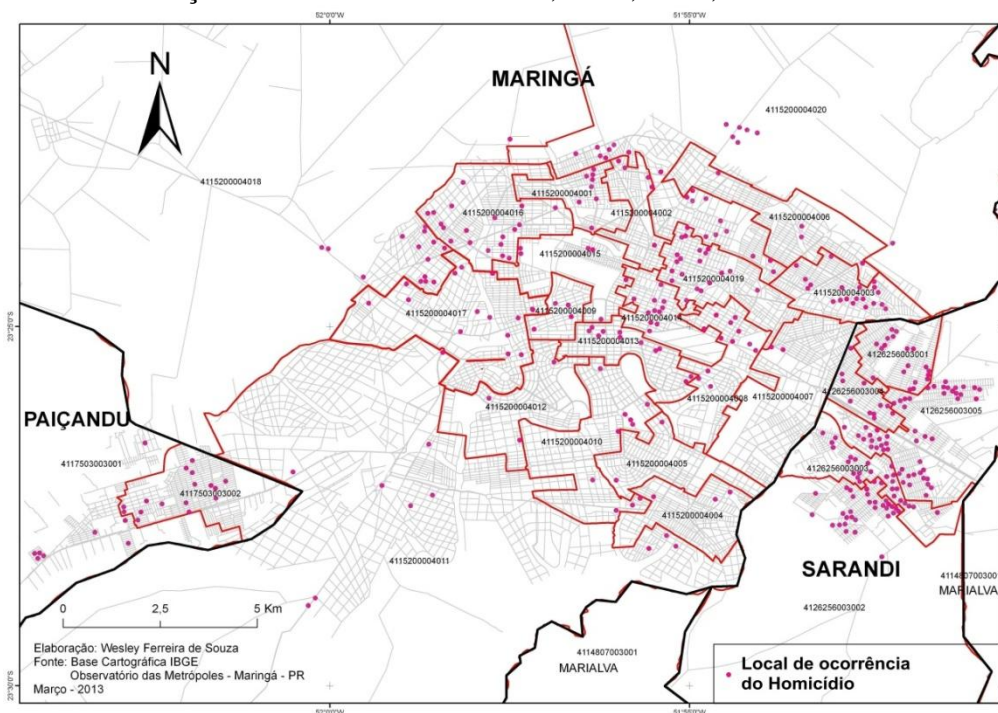
Ao analisarmos o mapa geral (mapa 14) que se refere aos registros das ocorrências de homicídios para Sarandi, Paiçandu e Maringá no período todo pesquisado, podemos inferir no sentido que os homicídios estão espacialmente localizados nas regiões consideradas periféricas dos três municípios. Contudo, entre as peculiaridades encontradas no município de Sarandi notamos que na APOND Jardim Monterey, Condomínios - Sul estão localizadas as mais baixas rendas, os menores níveis de instrução e a maior taxa de homicídio (mapa 14).

Dessa forma, temos nesta Área de Ponderação, 52% dos responsáveis pelos domicílios sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Sendo que apenas 1,6% dos responsáveis tem curso superior completo. No que se refere a renda dos responsáveis, 31,8% não possuem renda e 23% possuem uma renda de até R\$ 510,00. Na APOND do Jardim Universal- Norte e Centro que por sua vez, é a área mais central, há 47,6% dos responsáveis sem instrução ou com ensino fundamental incompleto e ensino superior, apenas 3,7% dos responsáveis completaram essa etapa da educação. No aspecto renda os números apresentados

são considerados alarmantes, pois 31,4% não possuem renda. Enquanto que 19,6% possuem uma renda de até R\$ 510,00. Mesmo o município de Sarandi estando desagregado em 05 APOND's, podemos dizer que de acordo com alguns dados apresentados, não há grandes oscilações de renda e nível de instrução entre elas (IBGE, 2010), sendo todos baixos. O mesmo é refletido em relação à tipologia socioespacial, e, à vista disso, o território sarandiense é composto de apenas 02 tipos, sendo chamados Tipo Operário Popular e Tipo Operário, com características em que predominam moradores ocupados em atividades secundárias e terciárias, ambas não especializadas.

No polo metropolitano, as regiões onde mais ocorrem homicídios estão localizadas na parte norte do município, região considerada o vetor de crescimento residencial, diferentemente de Sarandi, por exemplo, que apresentou uma distribuição espacial dos homicídios nas regiões compreendidas pelo sul e norte, conforme informações extraídas no mapa a seguir (mapa 14).

Mapa 14: Local das ocorrências de homicídios ocorridos em Maringá, Sarandi e Paçandu- PR nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.



Fonte: Boletins de Ocorrência (BO's) das Delegacias de Polícia Civil de Sarandi e Maringá e do Destacamento da Polícia Militar de Paçandu.

Elaboração: Observatório das Metrópoles, Núcleo Maringá – UEM, 2013.

Ao considerarmos a expansão urbana do polo metropolitano, dada a dinâmica e aceleração do crescimento urbano e populacional e ainda a dificuldade das pessoas em estabelecerem residências nas áreas centrais maringaense devido, principalmente em decorrência do alto valor do solo urbano, a região norte passou a alocar um grande contingente de moradores.

Diante disso, inclusive ações recentes do poder público visando a remoção de moradores, também se dirigem ao norte do município, como por exemplo, o ocorrido no ano de 2007, num bairro denominado Santa Felicidade, o qual sofreu intervenção estatal, por meio do denominado “Projeto de Requalificação Urbana e Social – ZEIS Santa Felicidade”⁵² que visava i) reurbanização e requalificação de áreas em declínio físico e social; ii) a urbanização de novas áreas com construção de novas unidades habitacionais de interesse social; iii) a provisão de infraestrutura urbana e social para o conjunto da ZEIS - Zona Especial de Interesse Social e iv) medidas de recuperação ambiental. Contudo, tais ações previstas pela prefeitura municipal removeram 189 famílias⁵³ para as Zonas Especiais de Interesse Social Santa Felicidades (ZEIS) localizadas na região norte do município, conforme especificadas na figura a seguir (figura 10):

Muito embora o discurso do poder público sobre as ações de remoção sejam tidas como opções capazes de resolver problemas de toda ordem, observa-se que os processos de remoção vão muito além da mudança de localidade geográfica em um determinado município. Pois como aponta Rolnik (2011) “a moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes”, ou seja, a moradia é formada pela história de vida das pessoas que dão significado tanto para casa quanto para o entorno. As relações com a vizinhança e com o próprio bairro fortalecem por sua vez as relações sociais que determinam o modo de vida, os valores, as normas que regulamentam a convivência social desta comunidade.

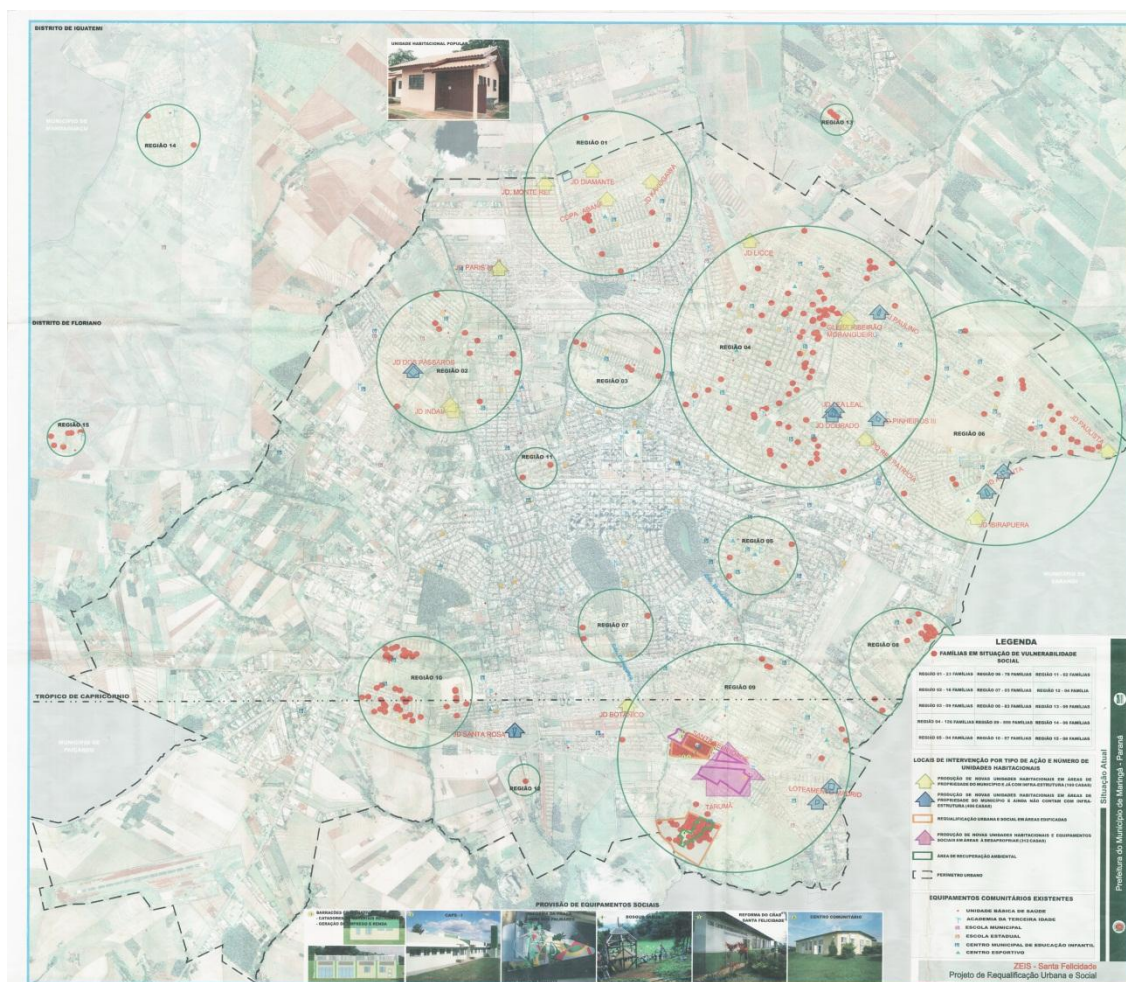
Logo, os processos de remoções podem ocasionar a ruptura dos laços e fortalecer os processos que engendram a (des) coesão social. A questão da moradia é crucial, ao passo que está atrelada diretamente aos meios de existência dos moradores, tais como: a água, a

⁵²Projeto segue em anexo 02.

⁵³ O Observatório das Metrópoles-Núcleo Maringá/UEM, realizou no ano de 2010 uma pesquisa de campo com essas famílias. Informações contidas no relatório “*Projeto de Requalificação Urbana e Social – ZEIS Santa Felicidade/PMM – e seus Impactos*”.

infraestrutura, a educação, a saúde; neste sentido que ela integra os direitos econômicos, sociais e culturais conforme evidenciado por Rolnik (2011). A rigor, a ação de remoção de famílias do bairro Santa Felicidade, para áreas da região norte, visavam retirar o enclave de população de baixa renda da área de expansão do mercado imobiliário. Isso gerou, além das questões subjetivas, como o rompimento dos laços e das relações sociais no antigo bairro, o estranhamento ao se depararem com territórios com pouca infraestrutura urbana e, por serem localizados nas franjas do município não puderam contar com a presença de serviços públicos com a mesma qualidade dos encontrados na antiga área de moradia.

Figura 10: Projeto de Requalificação Urbana da ZEIS Santa Felicidade



Fonte e elaboração: Prefeitura do Município de Maringá.

Em paralelo a essa discussão, quando analisamos as características das áreas centrais, que historicamente são mais bem assistidas pelas gestões públicas, encontramos melhores condições de infraestrutura e serviços públicos reafirmando que a presença desses serviços aliados a um planejamento sistemático contribui para o baixo índice de registros de homicídios, como ocorre nas áreas centrais de Maringá, reiterando a importância das políticas de planejamento urbano e o acesso aos serviços públicos.

As APOND's que integram a área central do polo metropolitano Jardim Novo Horizonte, Porto Seguro, Zona 02, Santa Felicidade⁵⁴, Zona 04, Horto, Iguazu, Zona 01, Vila Operária, UEM e Alto da Boa Vista; possuem os melhores índices de renda e de nível de instrução em relação a todo o território municipal, bem como metropolitano. De acordo com informações extraídas no Censo Demográfico do IBGE (2010), todas essas localidades apresentam mais de 40% dos responsáveis com nível superior completo, estando nestas áreas mais de 10% dos responsáveis pelos domicílios que possuem renda acima de R\$ 5.000,00. Já os responsáveis pelos domicílios considerados sem instrução ou ensino fundamental incompleto somam aproximadamente 15% nessas áreas.

Já as áreas mais periféricas na região de abrangência dos bairros Jardim Imperial, Jardim Laranjeiras, Conjunto Requião, Conjunto Guaiapó, Jardim Real, Jardim Hortência, Jardim Rebouças, Zona Rural Noroeste e São Domingos; possuem as rendas mais baixas e também os mais baixos níveis de instrução. Sendo, que os responsáveis pelos domicílios que são considerados sem instrução e ensino fundamental incompleto representam em torno de 28% a 30%. Enquanto que, ao analisarmos o nível superior completo temos concentradas nessas áreas, um índice que oscila entre 6,34 e 18%. A renda baixa para essas localidades também é um fator expressivo na medida em que 25% desta população têm renda de até R\$ 510,00 (IBGE, 2010).

Nos três municípios pesquisados os territórios formados por APOND's que tem os priores níveis de instrução e renda, são, por conseguinte os que apresentam as maiores concentrações dos registros de homicídios. Reforçando a ideia de que a maneira como os

⁵⁴ Este bairro que é estigmatizado, conforme aponta Araújo (2005) compõe essa Área de Ponderação mesmo apresentando características diferentes de outro mais central, a Zona 02, por exemplo, foi sendo incorporado pelos interesses do mercado imobiliário. Pesquisas realizadas pelo Observatório das Metrôpoles (2010) indicam que esse foi um dos motivos que influenciaram a implantação do projeto “Requalificação Urbana e Social – ZEIS Santa Felicidade” no município.

territórios estão organizados economicamente e também socialmente determinam além das relações e laços sociais estabelecidos, a qualidade de vida de seus moradores. E, por conseguinte, são nesses espaços que encontramos as altas concentrações de homicídios. Esta realidade será pormenorizada no cruzamento da Tipologia Socioespacial por meio da Regressão Linear Multivariada.

3.2. A CORRELAÇÃO ENTRE AS CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO E AS TAXAS DE HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS.

Como anunciado anteriormente, realizaremos a correlação entre a taxa de homicídios somados para o período de 2007 a 2011, que consiste na variável dependente e as variáveis independentes, a Tipologia Sócio-Ocupacional, a renda e o nível de instrução do responsável pelo domicílio, desagregada por Área de Ponderação dos três municípios analisados nesta dissertação. Para isso é importante apresentar inicialmente uma explicação metodológica sobre as características e composição da Tipologia Sócio-Ocupacional, metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ/INCT/CNPq). Segundo Ribeiro (2003), a Tipologia Sócio-Ocupacional:

...propicia, simultaneamente, a construção de uma representação sintética da divisão social da população e de espaços residenciais e indícios empíricos sobre a sua relação com alguns processos de diferenciação social, segmentação e de segregação existentes da sociedade (RIBEIRO, 2003, p. 14).

Para melhor entendimento da tipologia é necessário antes realizar uma apresentação das Categorias Sócio-Ocupacionais-CAT's⁵⁵ que deram origem à Tipologia Sócio-Ocupacional que, são, juntamente com as unidades territoriais de análise, as Áreas de Ponderação - APOND's, os elementos de caracterização da tipologia socioespacial dessa região, ou seja, da estrutura social que o território analisado apresenta. Segundo Rodrigues (2004), a organização das categorias é embasada na atividade produtiva ou na ocupação do morador, nos diferentes tipos de trabalho exercidos. Para esta abordagem a categoria *trabalho* é tida como fator que estrutura a sociedade como um todo, ou seja, é central para a organização da sociedade. Além do *trabalho*, se considera também como elementos para a

⁵⁵Essa metodologia foi organizada, no Brasil, para o desenvolvimento do Projeto FINEP/PRONEX "Metrópoles, Desigualdades Socioespaciais e governança urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte", sob coordenação de Luiz César de Queiroz Ribeiro (IPPUR, UFRJ). (RODRIGUES, 2004, p. 189)

formação das categorias os fatores relacionados ao prestígio, o poder exercido pelo indivíduo e a renda (todos os elementos vinculados ao lugar que o sujeito ocupa nesse mundo do trabalho). Estes são “o que efetivamente confere uma posição na hierarquia social” (RODRIGUES, 2004, p. 189). Preponderantemente observa-se como variável fundamental para o desenvolvimento deste método a utilização da *ocupação*, termo usado para a definição dos tipos de trabalho exercidos pela população na semana que antecede as pesquisas censitárias do IBGE.

As Categorias Sócio-Ocupacionais - CAT's são resultantes do processo até aqui descrito, resumido na sequência e apresentadas no quadro abaixo (quadro 06):

Essa metodologia pressupõe a utilização da variável ocupação (de acordo com definição atribuída pelo IBGE) como o eixo principal para a análise da organização social do espaço, neste caso, maringaense. Isto é, a partir da atividade de trabalho exercida, com a qual o chefe de família provê a subsistência dela, será construída uma hierarquização social das ocupações, através da qual seja possível uma identificação e abordagem da estrutura social (RODRIGUES, 2004, p. 190).

QUADRO 06: Grupos e Categorias Sócio-Ocupacionais - 2010

Categorias Sócio-Ocupacionais	Grupos Sócio-Ocupacionais	CAT
TRABALHADORES AGRÍCOLAS		
10 "Agricultores"	TRABALHADORES AGRÍCOLAS	CAT10
DIRIGENTES		
21 "Grandes empregadores"	DIRIGENTES	CAT21
22 "Dirigentes do Setor Público"	DIRIGENTES	CAT22
23 "Dirigentes do Setor Privado "	DIRIGENTES	CAT23
PEQUENOS EMPREGADORES		
31 "Pequenos Empregadores "	PEQUENOS EMPREGADORES	CAT31
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR/INTELECTUAIS		
41 "Profissionais Autônomos de Nível Superior"	PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	CAT41
42 "Profissionais Empregados de Nível Superior"	PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	CAT42
43 "Profissionais Estatutários de Nível Superior"	PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	CAT43
44 "Professores de Nível Superior"	PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	CAT44
OCUPAÇÕES MÉDIAS		
32 "Ocupações Artísticas e Similares "	OCUPAÇÕES MÉDIAS	CAT32
52 "Ocupações de Supervisão "	OCUPAÇÕES MÉDIAS	CAT52
53 "Ocupações Técnicas"	OCUPAÇÕES MÉDIAS	CAT53
54 "Ocupações Médias da Saúde e Educação "	OCUPAÇÕES MÉDIAS	CAT54
55 "Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios"	OCUPAÇÕES MÉDIAS	CAT55
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO		
61 "Trabalhadores do Comércio "	TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	CAT61
62 "Prestadores de Serviços Especializados "	TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	CAT62
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO		
63 "Prestadores de Serviços Não Especializados "	TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	CAT63
81 "Trabalhadores Domésticos"	TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	CAT81
82 "Ambulantes e Biscateiros ".	TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	CAT82
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO		
71 "Trabalhadores da Indústria Moderna "	TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	CAT71
72 "Trabalhadores da Indústria Tradicional "	TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	CAT72
73 "Operários dos Serviços Auxiliares "	TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	CAT73
74 "Operários da Construção Civil "	TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	CAT74

Fonte: Observatório das Metrópoles – INCT/CNPq/IPPUR/UFRJ, Censo Demográfico do IBGE, 2010.

O desenvolvimento desta metodologia foi realizado por meio de um processo estatístico que incluiu a análise fatorial por correspondência binária, com classificação hierárquica ascendente (RODRIGUES, 2004) e a elaboração da Tipologia Sócio-Ocupacional (2010), utilizando as 24 categorias sócio-ocupacionais (CAT's), distribuídas para o território composto por 52 Áreas de Ponderação⁵⁶ da Região Metropolitana de Maringá, por meio da espacialização das 24 categorias sobre as 52 Áreas de Ponderação da RMM através de georreferenciamento. Segundo Rodrigues (2004), “essa espacialização desvenda como se reúnem, se avizinham e se afastam essas categorias no território regional maringaense” (RODRIGUES, 2004, p. 204).

Com o desenvolvimento deste procedimento de espacialização das CAT's por APOND's foi possível estabelecer uma Tipologia Sócio- Ocupacional, que nada mais é do que o retrato das configurações socioeconômicas impressas no espaço de Maringá e de sua região metropolitana. A elaboração desta tipologia deve-se, segundo Ribeiro (2003): “a) escolha da unidade social de análise; b) escolha das variáveis pelas quais a distribuição das pessoas no espaço será descrita; e c) escolha da unidade espacial de análise a partir da qual esta descrição será efetuada” (RIBEIRO, 2003, p. 15).

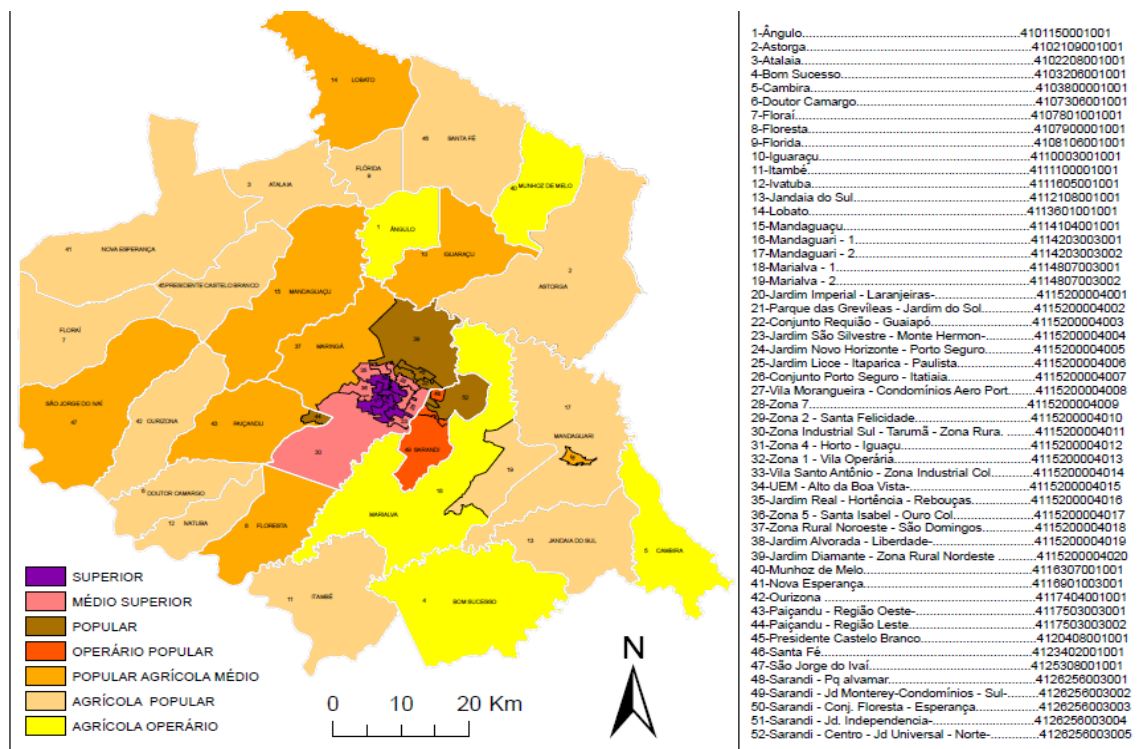
Os resultados da Tipologia Sócio-Ocupacional para a Região Metropolitana de Maringá, com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010)⁵⁷, estabeleceram e classificaram os seguintes Tipos Sócio-Ocupacionais, que se encontram mapeados por técnica de georreferenciamento na figura apresentada na sequência (mapa 15):

⁵⁶Houve um aumento do número de áreas na Região Metropolitana de Maringá em relação ao Censo Demográfico de 2000, pois naquele ano as APOND's somavam 27 e em 2010 elas passam a totalizar 51 áreas. Isto se deve, além da questão do aumento da população, a alteração no número de municípios que passaram a compor RMM no período, pois em 2000 a região era composta por 08 municípios e em 2010 ela passa a ter 25 municípios. Informa-se que os mapas apresentados se compõem por 26 municípios, pois a Tipologia Sócio-ocupacional construída para 2010 incorporou o município de Nova Esperança que passou a compor a região a partir de 2011.

⁵⁷Os resultados da Tipologia Sócio-Ocupacional para a Região Metropolitana de Maringá, com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010) foram calculados e definidos por Rodrigues e Accorsi no âmbito do projeto em desenvolvimento CNPq - INCT-Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia-Observatório das Metrôpoles (2009-2013) e gentilmente cedidos pelas pesquisadoras para a correlação com as taxas de homicídio, o nosso objeto de análise nessa dissertação. Destaca-se que esses resultados constam do Relatório Final da Pesquisa que ainda não foi encaminhado ao CNPq e tampouco divulgado. Além do Relatório Final os resultados estão sendo organizados, também, para serem publicados como capítulo de 01 livro a ser encaminhado para editora ainda nesse ano de 2013.

- Superior;
- Médio Superior;
- Popular;
- Operário Popular Médio;
- Popular Agrícola Médio;
- Agrícola Popular;
- Agrícola Operário.

Mapa 15: Tipologia Sócio-Ocupacional para a Região Metropolitana de Maringá - 2010



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010); Observatório das Metrôpoles.

Elaboração: RODRIGUES & ACORSI, 2013.

A tipologia representa claramente a configuração da hierarquia social expressa nos territórios que integram essa metropolização assim como nos demais territórios em que ela for aplicada. Observa-se claramente as diferenças representadas no território, principalmente na área conurbada de Maringá, divergências essas que foram tidas como as consequências diretas de um processo engendrado desde a criação histórica, social, política, econômica e urbanística desses municípios, estruturando espaços altamente segregados, como demonstram diversos estudos recentes, como por exemplo, o de Rodrigues (2004):

Uma sociedade hierarquizada pressupõe a convivência de diferenças que, sob um foco descuidado, pode parecer sustentada apenas no aspecto econômico. Entretanto, observou-se, pelas descrições anteriores, que outros elementos amparam igualmente (e frequentemente acentuam) a hierarquia social que caracteriza os agrupamentos humanos desde há muito tempo. A reunião de todos estes elementos diferenciadores (e muitos outros) viabiliza um acesso, igualmente diferenciado, à cidade e, por sua vez, configura os espaços segregados (RODRIGUES, 2004, p. 199).

Como apresentado acima, foram identificados para a Região Metropolitana de Maringá 07 tipos Sócio-Ocupacionais observados. Na sequência desse trabalho, será realizada uma descrição sucinta da formatação destes tipos, por meio da apresentação de alguns percentuais das ocupações presentes nos territórios conformados pelas APOND's. Contudo, a partir de agora nos deteremos somente na apresentação dos 05 Tipos que constituem os territórios dos municípios de Sarandi, Paiçandu e o polo metropolitano.

No grupo Sócio-Ocupacional classificado como tipo **Popular Agrícola Médio** estão presentes as seguintes categorias ocupacionais, com as respectivas taxas de participação percentual:

- Agrícolas: 9,8%
- Dirigentes: 0,6%
- Pequenos Empregadores: 1,09%
- Ocupações Médias: 18,28%
- Intelectuais: 4,93%
- Trabalhadores do Terciário Especializados: 14,05%
- Trabalhadores do Terciário Não-Especializados: 16,52%
- Trabalhadores do Secundário: 34,74%

No Tipo denominado **Popular Agrícola Médio** temos uma concentração de 9,8% de ocupações no grupo de Agricultores. Este é composto por trabalhadores agrícolas, sendo aqui considerados *agricultores* aqueles que não são proprietários ou os que possuem, no máximo, 05 trabalhadores empregados em sua propriedade. Esta ocupação, por estar em alta concentração neste grupo, acaba por caracterizá-lo. Ao contrário do grupo dos dirigentes com 0,6% do total. Este tem baixa presença nesse tipo, com as porcentagens distribuídas pelas categorias de *grandes empregadores, dirigentes do setor público e dirigentes do setor*

privado, representando respectivamente 0,4%, 0,18% e 0,02%. O grupo Pequenos Empregadores apresenta 1,09% do total das ocupações desse Tipo. Nas Ocupações Médias, formada por *ocupações de escritórios, supervisão, técnicas, médias da saúde e educação, de segurança pública, justiça, correios* e ainda *ocupações artísticas e similares*; soma-se 18,28% de moradores ocupados destas atividades. Dentro deste grupo, as *ocupações de escritório* somam 6,94% do total, posteriormente as *ocupações de supervisão* com 3,94%. As chamadas *ocupações técnicas* representam 3,48%.

Os Trabalhadores do Terciário Especializado compõe o **Tipo Popular Agrícola Médio** com 14,05% dos ocupados. Integram esta Categoria os *trabalhadores do comércio* com 7,96% e os *prestadores de serviços especializados*, que por sua vez, correspondem a 6,09% do total. O grupo Trabalhadores do Terciário Não-Especializados é evidenciado com uma porcentagem de 16,52%. Este é formada por *prestadores de serviços não-especializados* com 7,54%, por *trabalhadores domésticos* com 7,71%, e por fim, os *ambulantes e catadores* com 1,27%. Este agrupamento é bastante significativo por se constituir de indivíduos que desempenham ocupações que não demanda qualificação. Diferentemente da categoria formada por *dirigentes* que, para este tipo socioespacial, demonstra pouca representatividade.

Para os Trabalhadores do Secundário, observamos o montante de 34,75%, valor este mais que significativo dentre as categorias que perfazem esse tipo, denominado Tipo **Popular Agrícola Médio**. Este grupo é constituído por *trabalhadores da indústria moderna*, que, por sua vez é caracterizada por uso de alta tecnologia em seu processo produtivo. Essa apresenta 6,33% do total. Já os *trabalhadores da indústria tradicional* perfazem 8,19%; entende-se por tradicional as indústrias que não se utilizam de tecnologias de ponta em seu processo produtivo; os *operadores dos serviços auxiliares* totalizam 11,06%. Os Trabalhadores do Secundário é o grupo que concentra o maior número de moradores ocupados em toda a Região Metropolitana de Maringá, face às demais categorias definidas para essa metropolização. Juntamente com os Trabalhadores do Terciário Não-Especializados, esse é o segundo grupo mais expressivo, cuja sua somatória expressa 51,27% da população ocupada.

O Tipo **Popular Agrícola Médio** é formado, em sua maioria pelo grupo dos Trabalhadores do Secundário (34,75%), e a que possui menor presença é o dos Dirigentes, com apenas 0,6% do total.

No grupo sócio-ocupacional classificado como tipo **Operário Popular Médio** estão presentes as seguintes categorias ocupacionais, com as respectivas taxas de participação percentual:

- Agricultores: 2,48%
- Dirigentes: 0,34%
- Pequenos empregadores: 0,36%
- Intelectuais: 1,72%
- Ocupações Médias: 14,24%
- Trabalhadores do Terciário Especializado: 14,16%
- Trabalhadores do Secundário: 44,21%
- Trabalhadores do Terciário Não-Especializados: 22,5%

O grupo Agricultores no Tipo **Operário Popular Médio** representa apenas 2,48% do total, diferentemente, por exemplo, do Tipo Popular Agrícola Médio em que esses representam uma fatia equivalente a 9,8% do total. Para os Dirigentes, novamente este agrupamento está sub-representado, ao passo que temos apenas 0,34%. Destes, 0,17% se referem aos *grandes empregadores*, mesmo valor atribuído aos *dirigentes do setor público*. Os *dirigentes do setor privado* não apresentaram incidência, isso significa que nos territórios que constituem esse tipo, não há nenhum morador desempenhando essa ocupação.

Os Pequenos empregadores também somam uma parcela pouco representativa, com apenas 0,36%, valor este 03 vezes inferior quando comparado ao Tipo Popular Agrícola Médio, haja vista que neste temos o valor total de 1,09%.

O grupo denominado Intelectuais é de apenas 1,72%, sendo estes *profissionais autônomos de nível superior* 0,11%, *profissionais empregados de nível superior* 0,82%, *professores de nível superior* 0,79%. No Tipo **Operário Popular Médio** não há *profissionais estatutários de nível superior*. Esta categoria, nesse tipo, também é inferior face ao Tipo **Popular Agrícola Médio**, representado por 4,93%.

Em relação ao agrupamento intitulado de Ocupações Médias notamos um percentual de 14,24%, sendo divididas em *ocupações de escritório* com 5,41%, *ocupações de supervisão* com 2,41%, *ocupações técnicas* com 3,85%, *ocupações médias da saúde e da educação* com

1,56% e, por fim, temos as *ocupações artísticas e similares* pouco representadas, com apenas 0,17%. Esta Categoria, nesse tipo, é aproximadamente 25% inferior quando comparadas com o Tipo **Popular Agrícola Médio**.

Os Trabalhadores do Terciário Especializado corresponde a 14,16% do total das ocupações. Para tal, temos 9,32% de *trabalhadores do comércio* e 4,84% de *prestadores de serviços especializados*. Esse grupo se manteve semelhante frente ao Tipo Popular Agrícola Médio, que apresentou 14,05%. Podemos dizer que, esta categoria não apresentou grandes oscilações de um tipo a outro.

Os Trabalhadores do Secundário, nesse tipo, somam 44,21%, distribuídos em: *trabalhadores da indústria moderna* 8,75%, *trabalhadores da indústria tradicional* 7,60%, *operários dos serviços auxiliares* 7,77% e *operários da construção civil* com 20,09%. Para os *operários da construção civil* no Tipo Operário Popular Médio, pode-se dizer que é substancialmente superior quando analisada com o Tipo Popular Agrícola Médio com 9,17%.

Por fim, o grupo Trabalhadores do Terciário Não-Especializados apresenta o total de 22,5%. Para tanto, 11,62% são de *trabalhadores domésticos*, 1,46% *ambulantes e catadores* e 9,42% de prestadores de serviços não-especializados. Os agrupamentos denominados Trabalhadores do Secundário e do Terciário Não-Especializados, juntas correspondem a 66,71% do montante, número este superior quando comparamos essa ocupação no Tipo **Popular Agrícola Médio**.

Novamente o grupo dos Trabalhadores do Secundário, representou substancialmente a maior fatia neste tipo, com 44,21% das ocupações e o dos Dirigentes, assim como no Tipo Popular Agrícola Médio permaneceu sendo o que apresentou menos significância, com apenas 0,34% dos moradores ocupados desempenhando essa função nesses territórios.

No grupo sócio-ocupacional classificado como tipo **Popular** estão presentes as seguintes categorias ocupacionais, com as respectivas taxas de participação percentual:

- Agricultores: 1.45%
- Dirigentes: 0.89%
- Pequenos empregadores 0.95%
- Intelectuais: 4.14%
- Ocupações Médias: 21.76%
- Trabalhadores do Terciário Especializados: 17.99%
- Trabalhadores do Secundário: 35.59%
- Trabalhadores do Terciário Não-especializados: 17.23%

O Tipo denominado **Popular** é constituído por apenas 1,45% de Agricultores, diferentemente, por exemplo, do Tipo Popular Agrícola Médio que indicou 9,8%. Já o agrupamento de Dirigentes é composto por apenas 0,89%, sendo distribuídos em 0,72% de *grandes empregadores*, 0,14% de *dirigentes do setor público* e 0,03% de *dirigentes do setor privado*. Nesse Tipo este grupo é substancialmente superior quando a comparamos com o Tipo Operário Popular Médio.

Para os Pequenos Empregadores foi observado apenas 0,95% do total das ocupações. Valor que se assemelha ao encontrado no Tipo Popular Agrícola Médio (1,09%), e que, por sua vez, apresentam valores díspares quando comparados ao Tipo **Operário Popular Médio** com 0,36%.

O agrupamento denominado Intelectuais é representado por 4,14%, distribuídos da seguinte maneira: *profissionais autônomos de nível superior* com 0,67%, *profissionais empregados de nível superior* com 2,05%, *profissionais estatutários de nível superior* com 0,13% e *professores de nível superior* com 1,29%. Percebe-se que este grupo evidencia uma grande discrepância ao comparar com o Tipo Operário Popular Médio (1,72%), principalmente em relação a categoria dos *profissionais estatutários de nível superior* que nesse tipo não teve nenhuma representatividade, haja vista, que, diante disso, podemos afirmar que não há moradores que desempenham essa ocupação nos territórios que são constituidores deste tipo.

O grupo denominado Ocupações Médias mostrou-se bastante significativo em relação aos Tipos anteriores, com 21,76%. Para *ocupações de escritório* obtivemos 8,82%, *ocupações de supervisão* 4,78%, *ocupações técnicas* 4,44%, *ocupações médias da saúde e educação*

com 2,46%, *ocupações de segurança pública, justiça e correios* com 0,38% e *ocupações artísticas e similares* com 0,88%. Este grupo ocupa lugar de destaque face ao Tipo Operário Popular Médio, que apresentou um percentual de 14,24.

Os Trabalhadores do Terciário Especializado também se destacou quando comparado aos outros Tipos, pois nesse, se obteve 17,99% do total das ocupações, divididos em *trabalhadores do comércio* com 11,39% e os *prestadores de serviços especializados* com 6,60%.

O grupo de Trabalhadores Secundário representou 35,59%, ou seja, 7,08% de *trabalhadores da indústria moderna*, 8% de *trabalhadores da indústria tradicional*, 8,40% de *operários dos serviços auxiliares* e, por fim, 12,11% de *operários da construção civil*. Nesse Tipo esta categoria está menor representada ao compararmos com o Tipo **Operário Popular Médio** (44,21%).

Os Trabalhadores do Terciário Não-Especializados temos o total de 17,23%, subdivididos em: *trabalhadores domésticos* 7,17%, os *ambulantes e catadores* 1,56% e os *prestadores de serviços não-especializados* 8,50%. Nesse Tipo os Trabalhadores do Terciário especializados e Não-especializados não apresentam uma diferença relevante, todavia os dois agrupamentos somados representam 35,22% do total.

Nesse Tipo, as Categorias de Ocupações Médias e Trabalhadores do Secundário, são as mais significativas e juntas representam 57,05% do total. E, diferentemente do Tipo anteriormente analisado, o grupo intitulado Ocupações Médias ocupou a segunda posição mais representativa, perdendo, apenas para Trabalhadores do Secundário.

No grupo sócio-ocupacional classificado como tipo **Médio Superior** estão presentes as seguintes categorias ocupacionais, com as respectivas taxas de participação percentual:

- Agricultores: 1,13%
- Dirigentes: 2,17%
- Pequenos empregadores: 3,3%
- Intelectuais: 8,95%
- Ocupações Médias: 28,98%
- Trabalhadores do Terciário Especializados: 17,02%
- Trabalhadores do Secundário: 24,84%
- Trabalhadores do Terciário Não-Especializados: 13,65%

No **Tipo Médio Superior** a Categoria de Agricultores é de apenas 1,13%, valor novamente inferior ao Tipo anteriormente analisado. Para o grupo de Dirigentes observamos um percentual de 2,17%, com 1,86% de *grandes empregadores*, 0,12% de *dirigentes do setor público* e 0,19% de *dirigentes do setor privado*. Nesse Tipo, esse agrupamento teve um valor bastante significativo face aos demais. Isso significa que as características que cada Tipo apresenta estão diretamente atreladas a predominância de algumas CAT's nesses territórios, como é o caso, por exemplo, das categorias dos Dirigentes que nos demais Tipos, são considerados inferiores.

Os Pequenos empregadores também obtiveram lugar de destaque quando comparados com os outros Tipos, com 3,30%.

Para o grupo dos Intelectuais, neste tipo, foi representado por 8,95%, divididos em *profissionais autônomos de nível superior* com 1,94%, *profissionais empregados de nível superior* com 3,55%, *profissionais estatutários de nível superior* com 0,26% e os *professores de nível superior* com 3,12%.

As Ocupações Médias representaram, neste Tipo, 28,98%. Distribuídos em: *ocupações de escritório* com 10,46%, *ocupações de supervisão* com 6,65%, *ocupações técnicas* com 6,40%, *ocupações médias da saúde e da educação* com 3,54%, *ocupações de segurança pública, justiça e correios* com 0,56% e as *ocupações artísticas e similares* totalizaram 1,37%. Este grupo também se apresentou superior quando comparada aos demais Tipos.

O agrupamento denominado Trabalhadores do Terciário Especializado apresentou percentual de 17,02, sendo destes 10,49% para os *trabalhadores do comércio* e 6,53% para os

prestadores de serviços especializados. Valor praticamente estável face ao Tipo anteriormente analisado.

O grupo de Trabalhadores do Secundário apresentou o total de 24,84%. Grupo este dividido em *trabalhadores da indústria moderna* com 5,02%, *trabalhadores da indústria tradicional* com 5,96%, *operários dos serviços auxiliares* com 6,27% e *operários da construção civil* com 7,59%. Ao passo que tivemos uma elevação na percentagem de Intelectuais, os Trabalhadores do Secundário, nesse Tipo, representaram um valor inferior em relação ao Tipo **Popular** (35,59%).

Os Trabalhadores do Terciário Não-Especializados apresentou também resultados inferiores nesse Tipo, isso significa que apenas 13,65% das ocupações nesse tipo pertencem a essa Categoria. Essa, por sua vez, é composta por *ambulantes e catadores* com 1,13%, os *trabalhadores domésticos* com 5,59% e os *prestadores de serviços não-especializados* com 6,93%.

As Categorias de Ocupações Médias e Trabalhadores do Secundário, juntas representam 53,82% do total das ocupações presentes nesse Tipo, que por sua vez, foram as mais representativas. Nesse Tipo Médio Superior, ao passo que aumenta, por exemplo, a representatividade das CAT's inseridas no grupo Intelectuais, diminuem as CAT's das Ocupações Médias, quando comparada com o Tipo Popular, por exemplo.

No grupo sócio-ocupacional classificado como tipo **Superior** estão presentes as seguintes categorias ocupacionais, com as respectivas taxas de participação percentual:

- Agricultores: 1,32%
- Dirigentes: 5.04%
- Pequenos Empregadores: 4.96%
- Intelectuais: 21.7%
- Ocupações Médias: 35.55%
- Trabalhadores do Terciário Especializados: 12.26%
- Trabalhadores do Secundário: 10.78%
- Trabalhadores do Terciário Não- especializados: 7.85%

No Tipo denominado **Superior** encontramos 1,32% da Categoria Agricultores. Há de se atentar ao sentido de que este número pouco expressivo está intimamente ligado ao grau de urbanização elevado deste espaço, que é predominantemente urbano, igualmente as características encontradas nas demais RM brasileiras, haja vista que o Brasil é um país considerado, predominantemente urbano (IBGE, 2010).

Na Categoria Dirigente para o Tipo **Superior**, se encontram os valores mais significativos, ou seja, com 5,04%. Destes 4,32% são de *grandes empreendedores*, 0,28% de *dirigentes do setor público* e 0,44% de *dirigentes do setor privado*. Neste sentido podemos alegar que o Tipo Superior expressa claramente os interesses e os grupos sociais que o constitui, ao passo que é nesse Tipo que está a maior concentração de moradores desempenhando essas ocupações.

O mesmo ocorre com o grupo de Pequenos Empregadores que perfaz uma percentagem de 4,96%, sendo, portanto, o valor mais expressivo encontrado em todos os Tipos analisados.

A Categoria Intelectuais também segue este mesmo padrão, haja vista que esse Tipo se compõe de 21,70%. Os *profissionais autônomos de nível superior* representam 7,08%, os *profissionais empregados de nível superior* 7,06%, os *profissionais estatutários de nível superior* 1,39% e os *professores de nível superior* 6,17%. O Tipo Superior expressa claramente a hierarquia e a divisão social, pois, em nenhum Tipo foi identificado uma quantidade que representasse tão fortemente esta Categoria.

As Ocupações Médias correspondem a 35,55%, sendo, *ocupações de escritório* com 12,01%, *ocupações de supervisão* com 8,52%, *ocupações técnicas* com 8,30%, *ocupações médias da saúde e da educação* com 3,76% e as *ocupações de segurança pública, justiça e correios* com 1,44% e, por fim, as *ocupações artísticas e similares* com 1,52%.

Os Trabalhadores do Terciário Especializado somam 12,26%, divididos em *trabalhadores do comércio* com 7,64% e *prestadores de serviços especializados* com 4,62%. Estas Categorias também apresentam valores inferiores ao Tipo **Médio Superior**, com 17,02%.

Os Trabalhadores do Secundário, nesse Tipo, também apresentam resultados inferiores, ou seja, 10,78% subdivididos em: *trabalhadores da indústria moderna* com 2,22%, *trabalhadores da indústria tradicional* com 2,40%, *operário dos serviços auxiliares* com 2,57% e *operários da construção civil* com 3,59%. Este grupo também teve uma redução em sua representatividade, passando de 24,84% no Tipo Médio Superior para, os já citados, 10,78%.

Os Trabalhadores do Terciário Não-Especializados, agrupamento que representa a base da cadeia produtiva, e por consequência exige trabalhadores não qualificados, integram apenas 7,85% do total. Sendo que, 3,13% são de *trabalhadores domésticos*, 1,01% de *ambulantes e catadores* e 3,71% de *prestadores de serviços não especializados*. Ao compararmos este grupo com o presente no Tipo Médio Superior há uma redução de, aproximadamente, 50% do valor. Por fim, podemos inferir que as características dos territórios são determinantemente influenciadas pelos grupos que o constituem. Logo, os Tipos que se constituem de Categorias como, por exemplo, Trabalhadores do Terciário Não Especializados, ocupam os territórios que apresentam as piores condições de infraestrutura e serviços públicos.

O Tipo Superior é o responsável por agrupar as CAT's mais altas dentro da hierarquia social, como as que compõem os grupos de Intelectuais e Dirigentes. Dentre todos os Tipos analisados para a área conurbada da Região Metropolitana de Maringá, estes grupos apenas se destacaram com maior representatividade nesse Tipo. Contudo, as CAT's das Ocupações Médias foi a que apresentou maior significância, e a segunda, a categoria de Intelectuais com 21,7%.

Após analisarmos em detalhes o quadro das ocupações que são determinantes na constituição dos 05 Tipos identificados na área conurbada da Região Metropolitana de Maringá, passaremos a fazer a leitura dos resultados da Regressão Linear Multivariada que foi adotada como método para a construção do nosso modelo estatístico. Esta escolha foi feita, pois, esse recurso possibilita a construção de modelos que consideram a correlação entre as medidas tomadas na mesma ou em distintas unidades amostrais (NOGUEIRA, 2007). Nesse caso, utilizaremos como variável dependente a taxa de homicídios resultante da somatória dos 05 anos que essa pesquisa contempla, desagregadas por APOND, e como variáveis

independentes, a Tipologia Sócio-Ocupacional, Renda Domiciliar e Nível de Instrução. As informações contidas na tabela a seguir se referem ao resultado final da análise realizada (tabela 09).

Tabela 09: Regressão Multivariada - Taxa de homicídios x Nível de Instrução, Renda e a Tipologia Sócio Ocupacional

	B	Sig.	Beta
(Constant)	6,139	0,000	
Nível de instrução	-,032	,000	-,047
Renda Domiciliar	-,030	,000	-,033
Tipologia Sócio Ocupacional	-,313	0,000	-,476

a. Variável Dependente: Taxa de Homicídios

b. $R^2 = 0,255$

c. $F = 52813,284, sig. < 0,001$.

O R^2 nos informa que o Modelo de Regressão Multivariada, composto pelas variáveis: renda, nível de instrução e a tipologia sócio-ocupacional exposto na tabela acima (tabela 09) explica 25,5% da variação das taxas de homicídios nos municípios de Maringá, Paiçandu e Sarandi. A razão F apresentou grau significativo, já que $p < 0,001$. A partir do resultado obtido para F , podemos afirmar que há uma probabilidade menor que 0,1% que um valor de F tão alto tenha ocorrido por acaso. Desta forma, pode-se inferir que o modelo prevê substancialmente parte da incidência de homicídios, haja vista que a margem de erro que pode ocorrer para esta pesquisa é de 01 chance em 1000. A tabela ainda apresenta os resultados das estimativas de contribuição individual das variáveis independentes, sendo expressas nos valores de B . Os valores de B nos informam sobre a relação estabelecida entre as taxas de homicídios, o nível de instrução, a renda domiciliar e a tipologia.

As taxas de homicídios foram calculadas tendo em vista a unidade territorial APOND para os três municípios pesquisados, sendo que, a taxa é elaborada para o período que compreende os anos de 2007 até 2011. É possível observar que as três variáveis independentes apresentam associação negativa com as taxas de homicídios, isso significa que quanto menor a renda, o nível de instrução e o Tipo Sócio-Ocupacional maior será a taxa de

homicídios. Essas, por sua vez, demonstram um nível de significância menor que 0,1%, o que nos permite rejeitar a hipótese nula para a realização de conclusões estatisticamente seguras⁵⁸.

Ao analisar os resultados apresentados se observa que, quanto ao nível de instrução, o valor de *B* indica que se a escolaridade aumentar em um nível⁵⁹, a taxa de homicídios irá decrescer em 3,2%. No que se refere à renda domiciliar, se dá o mesmo processo⁶⁰, ou seja, a elevação em 1% da renda domiciliar diminui em 3% a taxa de homicídio. O cruzamento da variável dependente com a Tipologia Sócio-Ocupacional também demonstrou associação negativa, ou seja, a cada elevação na escala da tipologia⁶¹, a taxa de homicídio diminui em 31,3%, o que explicita uma forte correlação entre as características sociais do território e a ocorrência de homicídios.

Estes resultados encontrados evidenciam os nossos pressupostos apresentados no capítulo anterior especialmente em relação à segregação socioespacial e ao estreito vínculo desta com o aumento dos registros de homicídios, reforçando os estudos que vêm demonstrando esta relação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sendo este um campo de estudos relativamente recente, as análises que vinculam a violência urbana, em especial os homicídios à maneira como os territórios estão organizados social e economicamente, vêm ganhando força nos ambientes acadêmicos numa tentativa de desmistificar a ideia de que violência e pobreza estão diretamente atreladas. Contudo, podemos afirmar que se trata de um fenômeno urbano que perpassa os diversos

⁵⁸Devido à diferença de mensuração entre as variáveis quantitativas, renda e taxa de homicídios, foi aplicado o “LN()”, função para o “Logaritmo Neperiano” existente no SPSS que transforma os valores de variáveis quantitativas em taxas comparáveis, permitindo assim a interpretação dos resultados obtidos em porcentagem.

⁵⁹ Para esse trabalho adotamos a variável nível de instrução foi dividida em 04 níveis, são eles: Sem instrução e fundamental incompleto; Fundamental completo e médio incompleto; Médio completo e superior incompleto; Superior completo.

⁶⁰ Observa-se que para esse trabalho a variável renda (domiciliar) foi dividida nos seguintes níveis: sem renda, de R\$1,00 até R\$510,00, de R\$511,00 até R\$1.020,00, de R\$1.021,00 até R\$1.530,00, R\$1.531,00 até R\$2.550,00, de R\$ 2.551,00 até R\$5.100,00, de R\$ 5.101,00 até R\$ 10.200,00 e, por fim renda superior a R\$ 10.201,00;

⁶¹ Nessa pesquisa ressaltamos que, para os três municípios pesquisados foram definidos 05 tipos Sócio-Ocupacionais, como se observou anteriormente: Popular agrícola médio; Operário popular médio; Popular; Médio superior; Superior.

grupos sociais e os limites territoriais. Embora, notamos que as principais vítimas da modalidade de homicídios são homens com idade entre 18 a 29 anos.

Com a pesquisa pudemos comprovar que vários são os esforços e tentativas de explicar os diversos fatores que influenciam os altos índices de violência, a fim de implementar e direcionar ações capazes de reduzir os impactos desse fenômeno na sociedade atual. As ações são voltadas para que a garantia dos direitos sociais básicos, em especial o direito a segurança, expresso na Constituição da República Federativa do Brasil⁶², sejam realmente efetivados, haja vista que para um grande contingente de moradores o acesso a esses direitos, considerados fundamentais, está sendo constantemente negligenciados pelo poder público nas mais diferentes esferas.

Alguns dados levantados chamam a atenção nessa pesquisa, como as altas taxas de homicídios ocorridos em Sarandí, a quantidade expressiva de registros de confronto entre policiais em Paiçandu e, ainda, o número de homicídios contra idosos no polo metropolitano, indicando a real necessidade de ações específicas voltadas para a redução desses problemas.

Como verificamos as ocorrências dos homicídios está atrelada com as características socioeconômicas do território, isso pode ser confirmado por meio da correlação estabelecida, principalmente entre a Tipologia Sócio-Ocupacional e as taxas de homicídio. Essa acabou por revelar que a partir da hierarquia definida pelos tipos sócio-ocupacionais, a cada elevação entre os tipos, há uma redução em 31,3% da taxa de homicídio nos territórios analisados.

A correlação realizada entre a taxa de homicídio, o nível de instrução e a renda domiciliar também indicou, mesmo que com menor expressividade, que essas duas variáveis influenciam de maneira negativa as ocorrências de homicídios. O que indica que se o nível de instrução aumentar em um nível, por exemplo, a taxa de homicídios irá decrescer em 3,2%, o mesmo ocorre no tocante à renda domiciliar, pois a elevação em 1% da renda diminui em 3% a taxa de homicídio.

No decorrer desse trabalho observamos que a realidade local encontrada nos

⁶²Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde o trabalho, a moradia, o lazer, à segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta constituição.

municípios pesquisados, não difere do padrão nacional, em relação, por exemplo, ao meio mais empregado nas ocorrências de homicídios, a arma de fogo, tendo em Sarandi, Paiçandu e Maringá com 74%, 77% e 87% respectivamente, assim como no restante do país que computa cerca de 70 a 80%.

Outro fator de identidade com os dados nacionais são as características das vítimas de homicídio em relação ao sexo e faixa etária. Os homens com idade entre 18 a 29 anos são os mais vitimados (OMS, 2000). Realidade essa que foi constatada nos materiais pesquisados durante o trabalho de campo, que apontou o perfil das vítimas, sobretudo, o sexo, a faixa etária, a arma mais utilizada, local de moradia e local de ocorrência do homicídio.

O elemento mais importante se refere a identificação do local de ocorrência do homicídio, pois este nos possibilitou a espacialização nos territórios pesquisados, ou seja, conseguimos realizar um mapeamento dos locais no território municipal onde foram cometidos os homicídios, bem como a comparação e a interferência que a organização do território desempenha na maior ou menor concentração dessas ocorrências. Nesta perspectiva, a organização social, política e econômica do território são fatores determinantes em uma dada comunidade, principalmente, nas regiões que têm alto grau de integração, como é o caso de Maringá, Sarandi e Paiçandu.

Deste modo, o atrelamento das características, da organização e do planejamento do território devem ser observados e avaliados pelas gestões públicas ao elaborarem ações na tentativa de diminuição das muitas modalidades de violência. A falta de conhecimento destes territórios levam as gestões públicas a fomentarem políticas imediatistas e de curto prazo não exercendo o papel primordial das políticas setoriais de segurança pública de guardar e proteger a sociedade, o que nos leva a concluir que os programas e projetos implementados sem vínculos estreitos com as características dos territórios obterão êxito parcial ou, ainda, não alcançarão os objetivos propostos.

Faz-se necessário que as ações do Estado sejam pensadas a partir do entendimento das características sociais dos territórios, pois, uma vez que as políticas de segurança pública estejam diretamente vinculadas às políticas de planejamento urbano expressas no Estatuto das Cidades, sobretudo, nos instrumentos de gestão dos municípios, tais como os Planos Diretores Municipais, pressupomos que os resultados serão mais eficazes para a diminuição da

violência. Para além dos instrumentos de gestão é crucial que haja a integração das políticas de segurança com as demais políticas públicas estabelecendo uma rede de gestão e planejamento integrado que não somente vise o caráter repressivo e punitivo, mas sim a prevenção e, ainda, o acompanhamento dos problemas sociais mais eminentes como a expressão mais bem acabada da violência urbana, a saber, os homicídios.

Assim, espera-se que essas ações pensadas conjuntamente entre as esferas municipal, estadual e federal revertam essa lógica tão perversa, pelo fato de que a violência urbana está remodelando, inclusive a maneira das pessoas se relacionarem. Se outrora os laços de solidariedade eram os que determinavam as relações sociais, na atualidade ela é operada pelo uso da força física e coerção que, por sua vez, chega a anunciar um novo modo de sociabilidade, denominada, como vimos de “sociabilidade violenta”. Esta está sendo forjada na sociedade atual, principalmente nas áreas metropolitanas e seus entornos próximos, que desde sua gênese são constituídos por territórios altamente segregados, os quais tendem a apresentar problemas sociais e urbanísticos de toda ordem e, ainda, as maiores taxas de homicídios, essa expressão tão aguda da organização social e que tão fortemente atinge a toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea.** 2002. Disponível em:<<http://www.nevusp.org/downloads/down078.pdf>>. Acesso em: 08 de agosto de 2011.

ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n.43, nov. 1995, p.45-63. São Paulo.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, n°8, jul/dez 2002,p.84-135.

ALVES, Glória. Anúnciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. In:CARLOS, Ana Fani Alessandri.(et. al.).**A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.

ANDRADE, Luciana T. & ARAÚJO, Flávio H. M. **INCT/CNPq-Termo de Referência: Organização social do território e criminalidade violenta, 2009-2011.**

ANDRADE, Luciana T. MARINHO, Marco Antônio Couto. Explorando as relações entre metrópole, juventude e homicídio. Revista eletrônica e- metrópoles, n° 05, Ano 2. Junho de 2011, p. 13 – 21.

ARAÚJO, Marivânia Conceição. **O bairro Santa Felicidade por ele mesmo. Espaço urbano e formas de representações sociais em Maringá, Paraná.** Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Efeitos do Lugar.** In_____ Com contribuições de A. Accardo et. Al. A Miséria do Mundo. Petrópolis: vozes, 1997.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto da cidade:** Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Coordenação de Publicações, Brasília, 2001.

CANO, Ignácio; SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil.** 2 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (organizadores). **Reflexões sobre violência urbana:** (In) segurança e (Des) esperanças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

GAVÍRIA, Rosa, Margarita. **Medo ao poder e poder do medo na construção de um território de violência.** InSANTOS, José Vicente Tavares dos.(et. al. org.).**Violência e cidadania:** práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2011.

GUIMARÃES, S.P; CAMPOS, P. H. F. Sociabilidade violenta: contemporaneidade e os novos sociais. **Revista Estudos**, Goiânia, v. 35, n. 5, set./out. 2008.p. 901-913.

KAZTMAN, Rubén. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista De La Cepal**, n. 75. Dez./ 2001.p. 171-189.

MARQUES, Eduardo. **Elementos Conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado**. In MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. **São Paulo segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MISSE, Michel. **Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima**. Comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva. Disponível em:<www.necvu.org>. Acesso em: 18 de abril de 2012.

MOTA, Adeir Arcanjo. **O que é a Região Metropolitana de Maringá: os múltiplos recortes espaciais e institucionais relacionados à cidade de Maringá**. In RODRIGUES, Ana Lúcia;

NEGRI, Silvio Moisés. **A expansão da periferia na Região Metropolitana de Maringá – Pr: cidade de Paçandu um estudo de caso**.

NOGUEIRA, Fábio Esteves. **Modelos de Regressão multivariada**. Imprensa, São Paulo, 2007. Disponível in <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/45/45133/tde-25062007-163150/pt-br.php>. Acesso dia 05 de janeiro de 2013.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES/CNPQ/INCT. TR **Organização Social do Território e criminalidade Violenta**. Rio de Janeiro, 2008-2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Informe mundial sobre a violência e a saúde** (Resumo). Washington, DC: OMS, 2002.

RESCHILIAN, Paulo Romano Reschilian; UEHARA, Agnes Yuri. **Governança metropolitana: debate e experiência regional da região metropolitana de Maringá**. **RevistaUnivap**, São José dos Campos-SP, v. 17, n. 30, dez.2011.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz org. **Hierarquização e Identificação dos Espaços Urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz. **Segregação residencial e Políticas Públicas: análise do espaço social na gestão do território**. 2003.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A Pobreza mora ao lado: segregação sócio-espacial na região metropolitana de Maringá**. PUC/SP, Brasil, 2004.

RODRIGUES, Ana Lúcia & ACORSI, Clédina R. Lonardon. Tipologia Sócio-Ocupacional da Região Metropolitana de Maringá 2010, in Relatório Final INCT/CNPq-Observatório das Metrôpoles, 2013.

RODRIGUES, Ana Lúcia; ROMANO, Celso Nicola. **Organização Social do Território e Criminalidade Violenta na Região Metropolitana de Maringá**. Observatório das Metrôpoles, 2011.

ROLNIK, Raquel. **Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes**. In: Revista eletrônica- metrópoles, n° 05, Ano 2. Junho de 2011, p. 37 – 42.

SANTOS, João Vicente Tavares dos. **A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro**. In Homicídios no Brasil/ Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz, Eduardo Cerqueira Batitucci (organizadores). – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SANTOS, João Vicente Tavares dos (et. al). **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Porto Alegre: Sulina; Editora da EFRGS, 2011.

SANTOS, João Vicente Tavares dos. Novos processos sociais globais e violência. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

| _____ Violências e dilemas do controle social nas sociedades da modernidade tardia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 3.

SOARES, Glaúcio Ary Dillon. **Não Matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

SILVA, L. A. M. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13: 115-124, nov. 1999.

SOUZA, Robson Sávio Reis. **Políticas públicas e violência**. In Democracia Viva n° 33, 2006. <http://www.ibase.br/userimages/dv33_artigo3.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2010.

TONELLA, Celene. **Retratos da Região Metropolitana de Maringá: subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas**. Maringá: Eduem, 2010.

VELOSO, Elizabete Aparecida Gotardo. **Da favela ao bairro: transformação no espaço habitado em Sarandi**. UEM/Mgá, Brasil, 2003.

WASELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2011. **Os Jovens do Brasil**. Brasília, Ministério da Justiça, Instituto Sangari, 2011.

Outras fontes:

BRASIL. Secretaria Estadual de Segurança Pública. Disponível em: <www.pr.gov.br/sesp>. Acesso em: 09 de agosto de 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia. <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2012.

BRASIL. Sistema de Informação do Sistema Único de Saúde. DATASUS Morte por causas externas. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 29 de março de 2012.

BRASIL. Secretaria de Segurança do Paraná <www.seguranca.pr.gov.br>. Acesso em: 09 de agosto de 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Disponível em: <www.portal.mj.gov.br/senasp>. Acesso em: 6 de março de 2012.

BRASIL. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 06 de março de 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 2013. Disponível in http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso dia 01 de fevereiro de 2011.

PLHIS. Plano Local de Habitação de Interesse Social do município de Sarandi. Observatório das Metrôpoles, Núcleo RMM. Julho de 2008. Disponível in http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/ETAPA_1-PROPOSTA_METODOLOGICA_E_REL_DE_ATIVIDADES.pdf. Acesso dia 10 de março de 2011.

PLHIS. Plano Local de Habitação de Interesse Social do município de Paçandu. Observatório das Metrôpoles, Núcleo RMM. Julho de 2008. Disponível in http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/ETAPA_1-PROPOSTA_METODOLOGICA_E_REL_DE_ATIVIDADES.pdf. Acesso dia 10 de março de 2011.

PLHIS. Plano Local de Habitação de Interesse Social do município de Maringá. RZS Consultoria e Planejamento LTDA. Novembro de 2010. Disponível in <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/9d672a333a21.pdf>. Acesso dia 10 de março de 2011.

ANEXO 1

Lei Complementar 83 -17 de julho de 1998⁶³
Publicado no Diário Oficial nº. 5294 de 17 de Julho de 1998
Súmula: Institui a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituída, na forma do art. 25 § 3º da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaraçu e Mandaguaçu. (vide Lei 13565 de 16/05/2002)

Art. 1º. Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º., da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga e Ivatuba. (Redação dada pela Lei Complementar 110 de 10/08/2005)

Art. 1º. Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Florai, Atalaia, São Jorge do Ivaí e Ourizona. (Redação dada pela Lei Complementar 127 de 17/02/2010)

Art. 1º. Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Florai, Atalaia, São Jorge do Ivaí, Ourizona e Nova Esperança. (Redação dada pela Lei Complementar 145 de 24/04/2012)

Art. 2º. A Região Metropolitana de Maringá terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º. O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplex feita pelo Prefeito de Maringá e outro mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2º. O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada Município integrante da Região Metropolitana e de 3 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º. Incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º. Compete ao Conselho Deliberativo:

I - Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

⁶³ Informações extraídas do site <http://www.legislacao.pr.gov.br> acesso dia 12 de junho de 2012.

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º. Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesses da Região Metropolitana;

II - sugerir ao conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º. Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 17 de julho de 1998.

Des. Henrique ChesneauLenz César

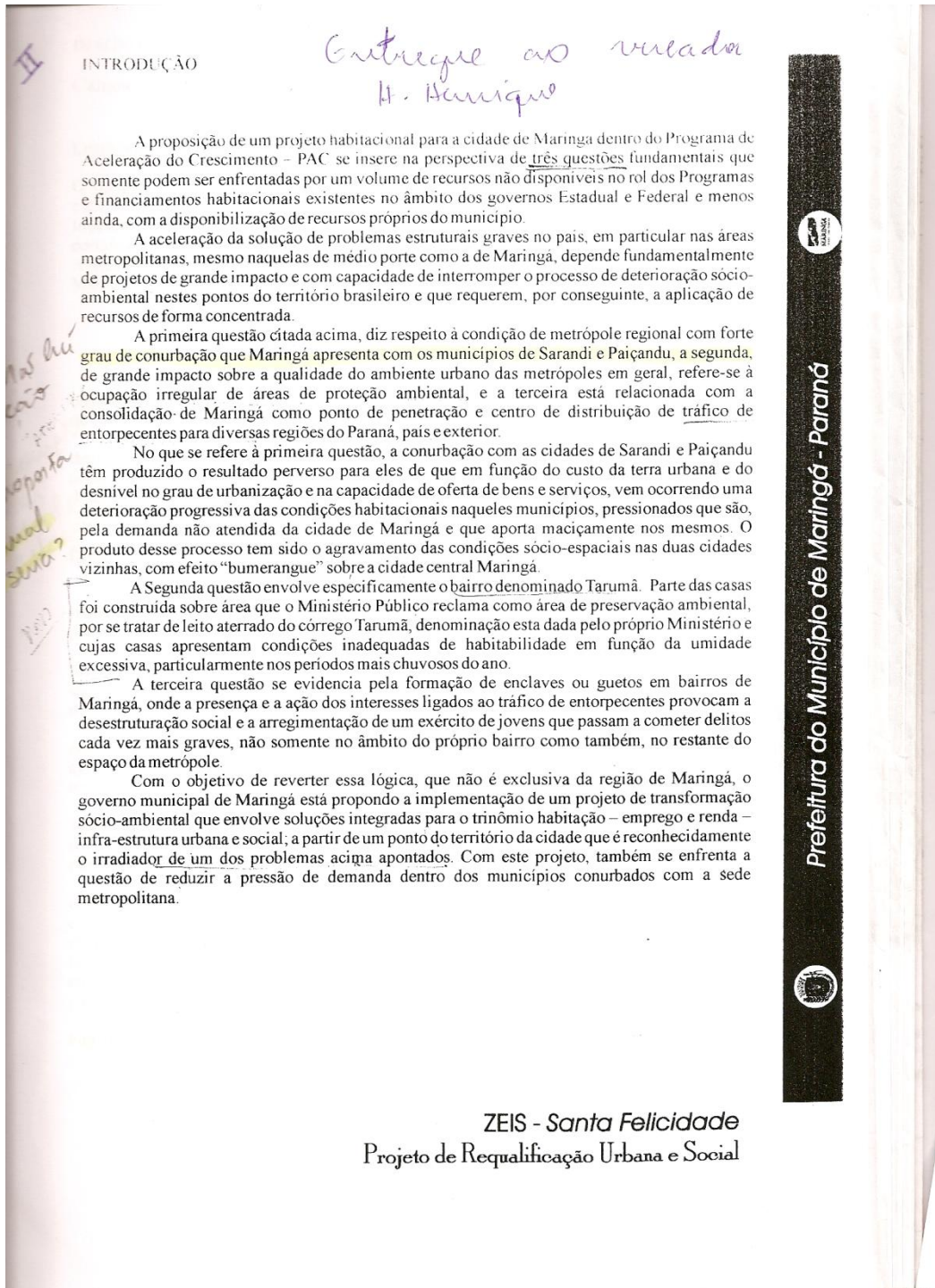
Governador do Estado, em exercício.

Miguel Salomão

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

ANEXO 2

Projeto de Requalificação Urbana e Social - ZEIS Santa Felicidade



DIAGNÓSTICO DA ÁREA

Caracterização do Município de Maringá

Localização geográfica

O Município de Maringá está localizado na região Noroeste do Estado do Paraná. No paralelo, 23° e 25', Latitude "S" e Meridiano 51° e 57', longitude "W" (passando pelo Conjunto Residencial Inocente Vilanova Jr, Conjunto Residencial João de Barro I, Parque da Gávea e Parque Itaipu), é cortado pelo Trópico de Capricórnio.

A região proposta para intervenções de requalificação urbana e social localiza-se na porção sul do Município de Maringá, nas zonas fiscais 25 e 28 e é composta dos seguintes bairros:

- 1 - Jardim Ipanema
- 2 - Conjunto Residencial João de Barro I
- 3 - Bairro Santa Felicidade
- 4 - Residencial Tarumã

Esta região possui uma população de 12.404 habitantes, concentrada na região crítica de ocupação populacional conforme mapa 01, caracterizado por uma densidade populacional acima de 100 hab/ha.

O projeto prevê ainda a edificação de 665 novas unidades habitacionais em áreas de densidade média bem inferiores à existente nos bairros supracitados, localizadas em vazios urbanos, contribuindo assim para a desconcentração da população região sul da cidade e a distribuição mais equilibrada do território urbano.

Dimensão Social

Dados históricos sociais confirmam que a região apontada para a qualificação e reurbanização foi constituída na década de 80 por moradores de 14 favelas que existiam na periferia urbana e que foram transferidos para esta região.

Atualmente esta região é conhecida como muito carente e a mais violenta do município. Em função destas condições de miséria e violência as atividades no âmbito de assistência social são contínuas e apontam que 30% da população local conta apenas com a renda da bolsa família ou do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Cerca de 25% da população da área, incluso neste índice crianças de 5 a 12 anos e idosos acima de 50 anos e portadores de deficiência visual, convivem com violência familiar, com agressões físicas com armas de fogo e arma branca, convivem com dependentes de substâncias tóxicas.

O programa governamental de atendimento ao adolescente apresenta um índice de 30,68% da população local, onde 85% dos adolescentes da população da área cumprem medidas sócio educativas em meio aberto em decorrência dos delitos de furto, agressão, tráfico, entre outros.

De acordo com o relato social, percebe-se que a população não está descoberta de apoio e orientação sócio familiar. A raiz do problema social é profunda e marcada por histórias de exclusão, paternalismo e ausências de políticas públicas eficientes e eficazes na construção da cidadania. Não basta só combater os preconceitos e estigmas contra moradores de favelas ou ex-favelados. Os problemas estão relacionados com as injustiças econômicas que vão desde a falta de emprego, às dificuldades de inserção no mercado consumidor desta parcela da população, passando pelo acesso limitado a serviços públicos.

O discurso do resgate da auto estima não serve para a população do bairro Santa Felicidade, pois ali, a auto estima não foi construída, portanto, não pode ser resgatada.

afirmo preconceituosa:
- psiq. Marivânia

ZEIS - Santa Felicidade
Projeto de Requalificação Urbana e Social



Dimensão Público Administrativa

Segurança Pública

A região proposta para reurbanização é conhecida como a mais violenta do município de Maringá, apresentando um índice de 15% de população detida em unidade penal, e com ficha carcerária. Quanto à natureza dos delitos os principais identificados em laudos oficiais foram:

- De vias de fato
- Tráfico de tóxicos
- Lesão corporal e posteriormente seguidos de ameaça de danos
- Roubo
- Embriaguez (entre outros).

De acordo com os dados formais e sigilosos através da narcodenúncia, foram confirmados e constatados a existência de 04 pontos de tráfico de tóxico, o que exige a presença contínua de policiamento na localidade.

Dimensão Econômica

Emprego e Renda

A região a ser convertida em ZEIS Santa Felicidade encontra-se localizada na região 05, cor vermelha do mapa 02, que é caracterizada por predominância de baixa renda dos responsáveis pelo domicílio.

Pode-se constatar na localidade a presença de trabalhadores informais e esporádicos bem como, uma resistência da própria comunidade em aderir a trabalhos formais.

Atualmente existem no local oito unidades de barracões abandonados que nunca chegaram a funcionar por período superior a 12 meses.

Os mesmos tinham como finalidade absorver a mão de obra local, em trabalhos apoiados pelo programa de desenvolvimento econômico, e compostos por empreendedores privados.

Das oito atividades de micro-indústria implantadas, sete empresas faliram devido a constantes roubos, assaltos e inclusive ameaças aos empresários, exigindo o fechamento definitivo dos mesmos.

A única empresa que sobreviveu no local, assim o fez pela integração da mesma na realidade do bairro e pelos trabalhos de incentivo e formação da mão de obra predominantemente feminina da empresa.

Infra-estrutura

Habitação, Saneamento Básico e Ambiental

As edificações existentes na região a ser qualificada pela ZEIS - Santa Felicidade apresentam os seguintes aspectos degradantes:

- 1 - Lotes sobrepostos, pois não obedecem ao alinhamento predial, acarretando a redução das dimensões dos lotes e caracterizando um aspecto de favela;

ZEIS - Santa Felicidade
Projeto de Requalificação Urbana e Social



2 - Construções desordenadas e insalubres, identificadas por pé direito inferiores aos recomendados pela legislação vigente;

3 - Devido a esta sobreposição de lotes, existem atualmente edificações que foram construídas sobre a malha coletora de esgoto, onde são identificados (in loco), poços de visitas da rede coletora de esgoto emergindo no interior das casas, (ex.: quartos de dormir e cozinha) e utilizadas como mobiliário (mesa) pelos moradores.

4 - Existência de ligações clandestinas de águas pluviais na rede coletora de esgoto público, ocasionando nos períodos de chuva, sobrecarga ao sistema coletor de esgoto e causando retorno de dejetos domésticos para dentro das residências, inundando-as de forma degradante, e trazendo um aspecto insalubre e riscos sanitários aos moradores do imóvel.

5 - De acordo com estatísticas da proliferação do *Aedes Aegypti* (vetor transmissor da dengue), foram identificados que 33,3% dos imóveis no local depositam inadequadamente sobre o solo material reciclado, coletado através de trabalho informal de catação marginal na malha urbana do município, o que agrava ainda mais o quadro sanitário local, apontando a região como uma das seis regiões mais críticas do município na proliferação do mosquito, contribuindo para que Maringá ocupe segundo lugar no estado por incidência de casos confirmados de dengue.

6 - Existência de duas nascentes na região proposta, as quais foram impactadas pela presença de animais e pessoas, com identificação "in loco" de lixo e sem proteção adequada para isolamento e preservação dos mesmos.

7 - A região apresenta dois córregos que são: Cleópatra e Moscados os quais se encontram impactados pela ação humana e das intempéries físicas (chuva, ventos) ocasionando a degradação de margem e leito dos córregos, podendo ser identificados nas fotos do levantamento, a presença de lixo ao longo dos córregos, processo erosivo nas margens, deformando as encostas e região ribeirinha, ausência de vegetação nos 30 metros para a proteção e preservação destes córregos. Outro fato preocupante é a presença de resíduos e materiais graxos, tipo "escuma", denunciando despejos clandestinos ao longo dos cursos de água apresentados, e que apesar de suas características de poluídos e serem proibidos para consumo e impróprios para banho, este local é utilizado pela população alvo da área proposta para intervenção, principalmente para banho.

8 - Foi identificada em lotes nas proximidades dos córregos, a presença de queimadas, normalmente provocadas, inconseqüentemente pelos moradores do local comprometendo as características dos solos e com riscos de queima da vegetação raleada que existe naquela região.

9 - O Residencial Tarumã apresenta parte das casas edificadas sobre área que o Ministério Público reclama como área de preservação ambiental, através das ações 550/2004 e 477/2005, por se tratar de leito aterrado do córrego Tarumã, denominação esta dada pelo próprio Ministério. Parte dos terrenos do bairro apresentam umidade excessiva, especialmente nos períodos mais chuvosos do ano, conferindo condições inadequadas de habitabilidade às suas respectivas casas.

ZEIS - Santa Felicidade
Projeto de Requalificação Urbana e Social



Educação

Quanto ao índice de escolaridade local, verificam-se nos dados do perfil levantado que ainda 3% das pessoas acima de 15 anos são analfabetos e 10% de jovens de 7 a 14 anos estão fora da escola por resistência à instrução, apesar da existência de escolas da rede municipal e estadual com vagas suficientes para atender à demanda das proximidades da área proposta.

Saúde

A população local apresenta um índice de 86% de dependência exclusiva ao atendimento básico à saúde do SUS, indicativo de uma demanda contínua nas três unidades de saúde localizadas nas proximidades e acarretando sobrecarga nas consultas e procedimentos destas.

Atendimento da saúde local

De acordo com os dados formais levantados, existem cerca de 399 dependentes químicos (drogas e álcool) dos quais 71% são fumantes (ex.: maconha e demais espécies de fumo) 20% são dependentes químicos de drogas ilícitas com predominância do "crack" e cocaína e 9% são dependentes do álcool, indicando que 15% da população do bairro é dependente química (drogas e álcool). Desta população cerca de 56,80% de pessoas entre 15 e 39 anos são dependentes químicos, o que interfere negativamente no comportamento destes indivíduos perante a sociedade local e regional, promovendo atos de violência e criminalidade que serão doados subsequentemente na questão segurança.

Incidência de Gravidez Precoce

Outro dado relevante constatado junto ao perfil local foi o índice de 27% de gravidez entre 10 e 19 anos, caracterizada como gravidez precoce e não planejada.

Incidência de Doenças

Na área proposta também foram constatados a incidência de doenças como: Dengue, Tuberculose, Leishmaniose, Hepatite viral, Hanseníase e AIDS.

